

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA, INICIADA NO DIA 12 DE ABRIL E CONTINUADA NO DIA 26 DE ABRIL DE 2005.** -----

----- **ACTA NÚMERO OITENTA E CINCO** -----

----- No dia 26 de Abril de 2005, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência do seu Presidente efectivo, Excelentíssimo Senhor António Modesto Fernandes Navarro, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor José Manuel Rosa do Egípto e pela Excelentíssima Senhora Dona Maria Virgínia Laranjeiro Estorninho, respectivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Abílio Martins Ferreira, Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, Álvaro António de Vasconcelos, Álvaro Manuel Ferreira Costa Flor, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Conceição Gonçalves, Ana Maria Lopes Páscoa Baptista, Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, Aníbal Jorge Dias, António Augusto Pereira, António José Borges Gonçalves de Carvalho, António da Conceição Tavares, António Joaquim Costa Cunha, António José Amaral Ferreira de Lemos, António Manuel Dias Baptista, António Manuel Pimenta Prôa, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, António Sérgio Vaz Rei Manso Pinheiro, António da Silva, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro Fonseca Mora Coelho, Bruno Filipe Esteves Medina Rolo, Carlos Alberto de Carvalho Alves Correia, Carlos Alberto Rodrigues dos Santos, Carlos Filipe Marques Lima, Carlos Manuel Marques da Silva, David Rua de Castro, Diana Sofia Almeida Barroso Soares, Domingos Alves Pires, Ermelinda Lopes da Rocha Brito, Eduardo Manuel Vieira Pereira Marques, Feliciano Marques Martins Cruz David, Fernando Manuel Dionísio Saraiva, Fernando Pereira Duarte, Fernando Pinto Trindade, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Carlos Pessoa e Costa, João de Deus Gomes Pires, João Miguel Estrompa de Almeida, João Pedro Saldanha Serra, Joaquim António de Oliveira, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim José Miranda Sarmiento, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Bacelar Gouveia, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Jorge Manuel da Rocha Ferreira, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Gonçalves Levita, José Manuel Cal Gonçalves, José Maria Ribeiro Rodrigues, José Rui Roque, Levi Marques Santos, Luís Ângelo da Silva Campos, Manuel Albino Rodrigues, Manuel Fernando Dias de Almeida, Manuel Nuno da Costa Estorninho, Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa, Maria de Lurdes de Jesus Pinheiro, Maria de Lurdes Teixeira Queiroz, Maria Eulália Gomes Frazão, Maria Cândida Rio Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Barata Niny Mexia, Maria Luísa Bulhões Silva Castelhana Sabino, Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Maria Luísa Santos Teixeira, Martinho José Baptista, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, Nelson Pinto Antunes, Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes, Nuno Roque, Orlando Bento Antunes Claro, Paulo Alexandre Silva

Quaresma, Pedro Manuel Portugal Botelho Gaspar, Ramiro Nelson Cardoso da Silva, Rodolfo José Caseiro, Rodrigo Maria Santos Mello Gonçalves, Rodrigo Jorge de Moctezuma Seabra Pinto Leite, Rogério da Silva e Sousa, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rui Manuel Pessanha da Silva, Rui Paulo Silva Soeiro Figueiredo, Rui Pereira Caeiro, Sérgio Lipari Garcia Pinto, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Vítor Manuel Alves Agostinho, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Sérgio Rui Lopes Cintra, João Gordo Martins, José Dimas Bernardes Salsinha, Manuel Filipe Correia de Araújo, Domingos Dores Rosa Estanislau, Maria Augusta da Conceição Barata Marques de Oliveira, João Nuno Farmhouse de Castro Athayde de Carvalhosa. -

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- João Jofre da Fonseca Costa, José Luís Teixeira Ferreira, José Manuel Afonso Possidónio, José Maria Valente, Lourenço Ramos Bernardino. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Deolinda Machado (PCP), por quatro dias, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Domingos Estanislau. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Fernando Ribeiro Rosa (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém, por João Nuno Athayde de Carvalhosa. -----

----- Alberto Bento (PS), Presidente da Junta de Freguesia das Mercês, por Sérgio Rui Lopes Cintra. -----

----- Irene Lopes (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina, por Maria Augusta Marques de Oliveira. -----

----- Justificou faltas o seguinte Deputado Municipal: -----

----- Jorge Ferreira (PCP), relativamente à reunião realizada no dia 12 de Abril de 2005.

----- Às 15 horas e 30 minutos, constatada a existência de *quorum*, o **Senhor Presidente** declarou aberta a reunião informando que era a segunda da Sessão Ordinária iniciada no passado dia 12 de Abril, e de seguida deu as seguintes informações: -----

----- Que inicialmente a Câmara estaria representada pelo Sr. Vice-Presidente, Prof. Carmona Rodrigues, e que mais tarde chegaria o Sr. Presidente, Dr. Pedro Santana Lopes. -----

----- Que foi recebido um ofício do Gabinete do Sr. Vice-Presidente com o seguinte teor: “Assunto: comunicação de actividade de docência. Na qualidade de Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, designado por despacho n.º 37-P/2005, de 12 de Março, venho por este meio informar nos termos e para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 64/93, de 26 de Agosto, que irei retomar a actividade de docência na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.” -----

----- Foi distribuído um segundo aditamento com mais os seguintes pontos: -----

----- **Ponto 16 - Proposta 189/2005;** -----

----- **Ponto 17 - Proposta 190/2005;** -----

----- **CONTINUAÇÃO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 2 – PROPOSTA 103/2005 – APROVAR A RECTIFICAÇÃO DA PROPOSTA N.º 319/2003 APROVADA PELA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA E PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA, NAS SUAS REUNIÕES DE, RESPECTIVAMENTE, 2003.06.18 E DE 2003.07.08, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO N.º 2 DO ARTº 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 103/2005 -----

----- “Considerando que: -----  
----- De acordo com a Proposta n.º 576/2002, aprovada pela Câmara Municipal de Lisboa, na sua reunião de 13 de Novembro de 2002, foi deliberado incumbir a Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (EPUL) de proceder à renovação urbana da cidade de Lisboa através da intervenção nos edifícios municipais degradados, tendo-se ainda aprovado a transmissão para o património da referida empresa municipal dos edifícios municipais existentes nas áreas onde a renovação urbana se revela uma prioridade; -----  
----- A intervenção da EPUL foi posteriormente alargada aos edifícios municipais demolidos e aos lotes devolutos, através da aprovação da Proposta n.º 245/2003 pela Câmara Municipal em 2003.05.14 e pela Assembleia Municipal em 2003.07.01; -----  
----- Nessa sequência, foi aprovada pela Câmara Municipal de Lisboa e pela Assembleia Municipal, nas suas reuniões de 2003.06.18 e de 2003.07.08, respectivamente, a Proposta n.º 319/2003, através da qual foi deliberado transmitir para o património da EPUL mais conjuntos de edifícios, integrados nos Grupos C, D, E e F e que, neste último Grupo, se identificou o edifício sito na Rua do Benfornoso, n.ºs 168 a 180; -----  
----- Para além dos referidos números de polícia, se pretendia, através da mesma Proposta, transmitir para a EPUL os n.ºs 182 a 186 da mesma Rua do Benfornoso e que, por lapso, não foram indicados; -----  
----- A não inclusão da parcela de terreno sita nos referidos números de polícia compromete o projecto previsto para o local em apreço, e que se torna, pois, necessário, colmatar esse lapso. -----  
----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 64º, n.º 6, alínea a) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e do artigo 148º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, -----  
----- A rectificação da Proposta n.º 319/2003, aprovada pela Câmara Municipal de Lisboa e pela Assembleia Municipal de Lisboa, nas suas reuniões de 2003.06.18 e de 2003.07.08, respectivamente, nos termos seguintes: -----  
----- Onde se lê “GRUPO F (...) Edifícios a comercializar: -----  
----- Rua do Benfornoso, 168/180, descrito na 4ª Conservatória do Registo Predial de Lisboa sob os n.ºs 633 do Livro B-2 e 4.573 do Livro B-14 e omissos na matriz predial urbana;” deve ler-se: -----

----- “Rua do Benfornoso, 168/186, descrito na 4.<sup>a</sup> Conservatória do Registo Predial de Lisboa sob os n.ºs 633 do Livro B-2, 4.573 do Livro B-14 e ficha n.º 1045 (Freguesia dos Anjos) e omissos na matriz predial urbana.” -----  
----- (Processo Privativo n.º 14/DPI/05).” -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra, disse que a proposta 103/2005 tinha apenas por efeito uma rectificação à proposta n.º 319/2003, que já foi aprovada na Assembleia Municipal em 2003, e em relação a essa rectificação o PCP nada tinha a opor. -----

----- No entanto, não podiam deixar de aproveitar esta oportunidade para fazer algumas considerações sobre o andamento do projecto “Lisboa a Cores”, no qual a proposta em apreciação se inseria. -----

----- Em Lisboa, grande número de edifícios, propriedade do Município, encontravam-se em avançado estado de degradação, e a Câmara, apesar de reconhecer a gravidade dessa situação, optara por não fazer qualquer investimento directo nesse projecto, ao apresentar, em 2002, a proposta n.º 576/2002 à Assembleia Municipal que se reportava à proposta que dera origem ao projecto que estava neste momento em discussão. -----

----- Em síntese, a proposta 576/2002 constituía uma operação imobiliária, conduzida pela EPUL mas cujo investimento na recuperação dos edifícios era feito exclusivamente por promotores imobiliários. Por isso, os imóveis eram recuperados em conjunto de cinco, dos quais, depois de recuperados, eram alienados três, dois destinados a alojamento e no final far-se-ia um acerto de contas. -----

----- Esse projecto, a que foi dado o nome “Lisboa a Cores”, uma primeira fase incluía 30 imóveis e uma segunda abrangia 42, portanto um total de 72 imóveis, e incidia em mais de 100 fracções, algumas do programa “Renovar Lisboa”. -----

----- A Câmara, na proposta 576/2002, dizia expressamente que se previa que a acção se desenvolvesse de imediato por toda a cidade e atingisse resultados a curto prazo, pelo que passados dois anos e meio parecia-lhes pertinente perguntar qual o ponto da situação nesse projecto. -----

----- Do que conheciam a situação era que, de acordo com informação da EPUL, a segunda fase do projecto nem sequer arrancara, e a primeira fase, sobre a qual incidia a proposta em discussão, pouco ou nada avançara também. De facto, o atraso era de tal ordem que desses 30 imóveis da primeira fase somente em relação a três foi lançado o concurso de empreitada e apenas no mês passado. Isso exactamente na Rua de São Bento, aquela rua que ainda há bem pouco tempo estava cheia de *outdoors* que faziam o auto-elogio da Câmara sobre o êxito da operação da reabilitação urbana da cidade, prometida pelo Executivo. -----

----- A concluir, disse que a coligação de direita, em três anos e meio de mandato, dos 72 imóveis degradados da Câmara integrados no projecto “Lisboa a Cores”, ainda não reabilitara nenhum nem seguramente iria reabilitar até ao fim do mandato, e nem sequer poderia responsabilizar a oposição pelo seu fracasso acusando-a de ser uma força de bloqueio, porque a Assembleia Municipal, como certamente se recordariam, votara favoravelmente a proposta sobre esse projecto, pelo que este caso revelava à

saciedade a incapacidade da Câmara em cumprir minimamente as obras que lançava, mesmo tratando-se do seu objectivo prioritário. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, disse que esta proposta não tinha nada que saber, era uma mera alteração circunstancial de rectificação que naturalmente seria aprovada pela Assembleia, por unanimidade. -----

----- No entanto, o Deputado Municipal Feliciano David achava por bem aproveitar esta oportunidade para chamar a atenção acerca daquilo que apelidara de atraso ou desleixo relativamente ao problema da reabilitação urbana. Estava no seu direito! -----

----- Mas também ele tinha o direito de dizer que durante 12 anos o PCP esteve à frente do Pelouro da Reabilitação Urbana e o que é que fez durante esse tempo todo na Cidade de Lisboa? Nada! -----

----- Portanto, era sintomático um Deputado Municipal do PCP ir à tribuna dizer que a actual Câmara não teria feito quanto deveria ter feito por esta ou aquela razão, porque naturalmente as dúvidas apontadas seriam explicadas pelas Sras. Vereadoras Eduarda Napoleão e Helena Lopes da Costa. Portanto, o que era importante ressaltar era esse descaramento, esse à-vontade de quem esteve com esse Pelouro durante 12 anos, não fez rigorosamente nada, deixara tudo na mesma, os prédios a cair, andaimes durante anos e anos em Alfama, na Bica, na Mouraria, e agora sentia-se no direito, perante uma Câmara que de facto tem tido como objectivo a recuperação do património edificado degradado da cidade, que todos sabiam que era uma tarefa imensa, uma tarefa que deveria ter começado há muitos anos, que teria que ser feita continuamente com muitos custos e com muito esforço, que era uma tarefa que a Câmara tem lançado em várias frentes, umas naturalmente com mais êxitos que outras, mas em várias frentes e isso era visível. -----

----- Aliás, se havia coisa de que não podiam acusar esta Câmara era de que não tivesse feito um grande esforço no sentido de tentar travar a degradação do património edificado da cidade! Mas vinha agora o PCP, com ar de mansinho, reclamar quando durante 12 anos foi responsável por essa área e não fez absolutamente nada. -----

----- Deviam ser mais discretos no mínimo, disse a terminar. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra para um protesto, disse que o Deputado Municipal Victor Gonçalves referiu-se ao passado pelo que apenas lhe apontava, muito brevemente, algumas coisas que a anterior gestão de esquerda fez. E os tempos eram outros porque a prioridade não era a reabilitação urbana! -----

----- Disse, então, que a dotação do orçamento da coligação de esquerda passara, em 11 anos, de 400.000 contos para 6 milhões. Na gestão PS-PCP os processos no âmbito do RECRUA chegaram a atingir 300 anualmente, mais de metade dos quais nos bairros históricos. Em 12 anos de gestão do PCP foram reabilitados 9.000 fogos, sendo 34% de iniciativa municipal e 66% de iniciativa privada, comparticipadas pelo Município e pelo Estado. -----

----- Por outro lado, a Direcção Municipal de Reabilitação Urbana reabilitara e promovera um conjunto de equipamentos, nomeadamente o Teatro Taborda, o Colégio das Bernardas, a Casa do Fado e da Guitarra, e grande parte da Freguesia do Castelo. ---

----- Ficava-se por aqui, mas poderia adiantar muito mais. -----

----- **A Senhora Vereadora Helena Lopes da Costa**, no uso da palavra para responder às questões colocadas, disse que se tratava apenas de uma rectificação. Na altura em que a Câmara fez a transmissão para a EPUL faltava transmitir um prédio cujo número de polícia era o 182, falha que foi detectada em reunião de Câmara pelo Sr. Vereador Vasco Franco. Portanto, a proposta foi novamente a reunião de Câmara e foi rectificada porque o projecto de arquitectura abrangia toda a zona. -----

----- Por conseguinte, a única coisa que neste momento estavam a apresentar à Assembleia era exactamente essa rectificação, porque o projecto de arquitectura estava pronto e englobava toda essa área. Isso independentemente do protocolo que existia no âmbito do “Lisboa a Cores”, em que após a conclusão da obra uns imóveis ficavam para a Câmara e outros para a EPUL. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra, depois de referir que a Sra. Vereadora não respondera às perguntas que lhe foram colocadas pelo Deputado Municipal Feliciano David, disse que desejava referir ao Deputado Municipal Victor Gonçalves que na altura devida, ou seja na discussão do ponto sobre a reabilitação urbana, o PCP responderia às questões que ele levantara, porque, de facto, era esse ponto que merecia esse tipo de intervenções. E tinham muito para dizer! -----

----- Portanto, aconselhava a que tivesse calma porque na altura devida responderiam. Aliás, o Deputado Municipal Victor Gonçalves sabia perfeitamente que muitas questões da reabilitação urbana não eram mais do que telas colocadas nas fachadas dos prédios porque as traseiras nunca foram recuperadas. O Deputado Municipal Victor Gonçalves sabia que isso era verdade! -----

----- **A Senhora Vereadora Helena Lopes da Costa**, novamente no uso da palavra, disse que aquilo que estava agendado neste ponto era a rectificação de uma proposta que anteriormente foi presente à Assembleia, que tinha apenas a ver com uma questão de património. E como todos sabiam a Sra. Vereadora responsável pelo Pelouro do Urbanismo iria apresentar hoje, num outro ponto, tudo aquilo que tem sido feito no âmbito da reabilitação urbana na Cidade de Lisboa, e muito tem sido feito. -----

----- Portanto, não valia a pena agora estar ali a querer misturar esta matéria com uma proposta que na tinha a ver com reabilitação urbana. O que estavam a fazer era tentar resolver uma questão patrimonial de passagem de imóveis da Câmara para a EPUL no âmbito do programa “Lisboa a Cores”. Enfim, era uma proposta que vinha do Património, uma proposta sua que nada tinha a ver com a reabilitação urbana. -----

----- Disse, ainda, que o Deputado Municipal Joaquim Cunha não tinha moral nenhuma para dizer o que disse porque até foi contra a criação da Sociedade de Reabilitação Urbana para a zona Oriental. Francamente não percebia qual era a reabilitação urbana que o PCP defendia, mas nesta altura não estava a falar de reabilitação urbana porque essa não era a sua área, estava apenas a defender uma proposta sua de âmbito patrimonial. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra para defesa da honra, começou por dizer que não

foi o PCP quem introduziu este tema da reabilitação urbana neste ponto, quem o introduziu foi o Deputado Municipal Victor Gonçalves. -----

----- Mas desejava dizer à Sra. Vereadora que o PCP não estava contra as sociedades de reabilitação urbana, o que defendiam era uma coisa bem diferente: era a constituição de uma comissão de fiscalização para acompanhar e fiscalizar o processo da reabilitação urbana. Isso sim, porque nunca se pronunciaram contra as sociedades de reabilitação urbana. -----

----- **O Senhor Presidente**, dado que mais ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 103/2005, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PS, CDS-PP, PPM e do Deputado Municipal independente Rodrigo Gonçalves, e a abstenção do PCP, PEV e BE. -----

----- Por unanimidade a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente á deliberação acabada de tomar. -----

----- **PONTO 3 – PROPOSTA 130/2005 – APROVAR UMA ALTERAÇÃO À REPARTIÇÃO DE ENCARGOS CONSTANTE NA DELIBERAÇÃO N.º 143/AM/2004, DE 07/12/2004 (PROPOSTA N.º 810/CM/2004, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO ARTº 22º DO DEC.-LEI 197/99 DE 8 DE JUNHO E DA ALÍNEA R) DO N.º 1 DO ARTº 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 130/2005 -----

----- “Considerando que: -----

Para adquirir os serviços de limpeza das instalações do Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica (Olivais) submeteu-se à Assembleia Municipal a Proposta n.º 759/2003, de 04.12.2003, para aprovação de lançamento de concurso público internacional; -----

----- A referida Proposta foi aprovada em reunião da Assembleia Municipal de 20/01/2004; -----

----- O concurso público internacional no.11/CPI/2004, decorreu de acordo com o estabelecido nas disposições legais e especiais aplicáveis; -----

----- Em 07/12/2004, a Assembleia Municipal aprovou, através da Deliberação n.º.143/AM/2004, a proposta de adjudicação e sua repartição de encargos; -----

----- O respectivo contrato foi assinado a 27/12/2004, data em que iniciou a produção dos seus efeitos, circunstância que motiva a necessidade de alterar a repartição de encargos inicialmente prevista na proposta de adjudicação, já que a verba inicialmente prevista para o ano de 2004 é superior aquela que é agora necessária; -----

----- A despesa relativa ao ano de 2004 se inscreve na rubrica orçamental 02.02.02:- “limpeza e higiene” da orgânica 09.03. -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere: -----

----- a) Autorizar a seguinte alteração à repartição de encargos constante na Deliberação n.º 143/AM/2004, de 07/12/2004 (Proposta 810/CM/2004): -----

----- 2004 - 1.680 ,43, que já inclui o IVA à taxa legal; -----

----- 2005 - 120.991,30, com um acréscimo de acordo com o previsto no ponto 16 do Caderno de Encargos, que já inclui o IV A à taxa legal; -----  
----- 2006 - 120.991,30, com um acréscimo de acordo com o previsto no ponto 16 do Caderno de Encargos, que já inclui o IV à taxa legal; -----  
----- 2007 - 119.333,88, com um acréscimo de acordo com o previsto no ponto 16 do Caderno de Encargos, que já inclui o IVA à taxa legal. -----  
----- b) Submeter esta alteração à aprovação da Assembleia Municipal.” -----

----- **O Senhor Presidente**, visto que ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 130/2005, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Também por unanimidade a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente á deliberação acabada de tomar. -----

----- **PONTO 4 – APRECIACÃO DO RELATÓRIO APRESENTADO PELA COMISSÃO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E DESPORTO, SOBRE A VISITA EFECTUADA A EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS DA CIDADE.** -----

----- RELATÓRIO DA COMISSÃO -----

----- “No passado dia 3 de Março a Comissão Permanente de Educação, Juventude e Desporto da Assembleia Municipal de Lisboa realizou uma visita a diversos equipamentos educativos da Cidade de Lisboa, tendo por objectivo o aprofundamento do conhecimento da realidade educativa da Cidade por parte dos Deputados Municipais e o reforço do diálogo entre a Assembleia Municipal de Lisboa e a Cidade. -----

----- A visita teve o seguinte programa: -----

----- 9h30 – Concentração junto à Assembleia Municipal -----

----- 10h00 – Jardim de Infância do Rêgo – Novo (Freguesia N.ª. S.ª. de Fátima) -----

----- 10h45 – Escola e Jardim de Infância do Alto da Faia – Nova (Freguesia do Lumiar) -----

----- 11h30 – Escola n.º 205 – Pré-fabricado (Freguesia de Benfica) -----

----- 12h30 – Jardim de Infância do B.º. Padre Cruz (Freguesia de Carnide) -----

----- Almoço na Cantina do Jardim de Infância -----

----- 14h30 – Escola n.º 75 – Situada num prédio (Freguesia da Madalena) -----

----- Participaram nesta visita os seguintes elementos: -----

----- a) Deputados Municipais: -----

----- - Paulo Alexandre da Silva Quaresma (P.C.P.) -----

----- - Ana Maria Lopes Páscoa Baptista (P.C.P.) -----

----- - Maria Eulália Gomes Frazão (P.S.D.) -----

----- - Rogério da Silva e Sousa (P.S.D.) -----

----- - José Luís Teixeira Ferreira (P.E.V.) -----

----- b) Técnicos da Câmara Municipal de Lisboa: -----

----- - José Francisco Ribeiro (Director Municipal de Acção Social, Educação e Desporto) -----

----- - Maria de Lurdes Rabaça (Directora do Departamento de Educação e Juventude) --

----- - Maria Helena Pouzada (Chefe de Divisão do Apoio Sócio-educativo) -----



----- - João Carlos Semedo (Chefe de Divisão de Equipamentos Escolares e de Apoio à Juventude) -----  
----- - diversos técnicos do Departamento de Educação e Juventude -----  
----- c) Autarcas: -----  
----- - Arlete Rito (Vogal de Educação da Junta de Freguesia de Benfica) -----  
----- d) Jornalistas: -----  
----- - Luísa Botinas (Jornal: Diário de Notícias) -----  
----- - Francisco Neves (Jornal: Público) -----  
----- Da visita destacam-se os seguintes pontos: -----  
----- - JARDIM DE INFÂNCIA DO RÊGO -----  
----- Fomos recebidos por: -----  
----- Presidente da Junta de Freguesia de N<sup>a</sup>. S<sup>a</sup>. de Fátima -----  
----- Coordenadora do Equipamento -----  
----- Elementos do Conselho Executivo do Agrupamento Escolar Marquesa de Alorna --  
----- Equipamento concluído no final de 2002 mas só entrou em funcionamento em  
Janeiro de 2005. Com capacidade para 50 crianças tem actualmente apenas 7 crianças a  
frequentar. Tal facto deve-se à abertura tardia do equipamento e à não existência de  
serviços de apoio social, nomeadamente Prolongamento de horários. -----  
----- Situa-se num espaço adaptado e tem 2 salas de aula. O sistema de alimentação é o  
*catering* a frio descartável. -----  
----- - ESCOLA E JARDIM DE INFÂNCIA DO ALTO DA FAIA -----  
----- Fomos recebidos por: -----  
----- Vogal da Educação da Junta de Freguesia do Lumiar -----  
----- Coordenadora do Equipamento -----  
----- Elementos do Conselho Executivo do Agrupamento Escolar de Telheiras -----  
----- Equipamento recente. Está a funcionar desde Setembro de 2002. Possui as duas  
valências: Jardim de Infância e 1º Ciclo. Frequentam o Jardim de Infância 110 crianças  
distribuídas por 5 salas e frequentam o 1º Ciclo 225 alunos distribuídos por 11 turmas. -  
----- Possui sistema de confecção local no que diz respeito à alimentação e tem  
prolongamento de horário / ATL assegurados pela Associação de Pais. -----  
----- - ESCOLA n.º 205 – PADRE ÁLVARO PROENÇA -----  
----- Fomos recebidos por: -----  
----- Vogal da Educação da Junta de Freguesia de Benfica -----  
----- Coordenadora do Equipamento -----  
----- Equipamento pré-fabricado onde frequentam 129 crianças, distribuídas por 7  
turmas. O sistema de refeição é *catering* a quente descartável e existem respostas no  
exterior da escola para Actividades de Tempos Livres. -----  
----- O projecto de construção da nova escola está concluído desde 2001 e continua a  
aguardar lançamento do concurso. -----  
----- A actual escola está muito degradada estando no entanto a beneficiar de obras  
numa parceria entre a Junta de Freguesia de Benfica e a Câmara Municipal de Lisboa. --  
----- - JARDIM DE INFÂNCIA DO Bº. PADRE CRUZ -----  
----- Fomos recebidos por: -----

----- Presidente e Vogal da Educação da Junta de Freguesia de Carnide -----  
 ----- Coordenadora do Equipamento -----  
 ----- Membros do Conselho Executivo do Agrupamento Escolar do B°. Padre Cruz. -----  
 ----- Equipamento recente e em funcionamento desde Outubro de 2004 (deveria estar em funcionamento desde Setembro de 2003). Possui 6 salas de aula frequentadas por 120 crianças. -----  
 ----- O sistema de refeição é confecção no local através de uma empresa local de inserção social (projecto comunitário que envolve diversas instituições locais) e possui prolongamento de horário assegurado pela Junta de Freguesia de Carnide. -----  
 ----- Está com a lotação completa e possui lista de espera. -----  
 ----- - ESCOLA n ° 75 -----  
 ----- Fomos recebidos por: -----  
 ----- Presidente da Junta de Freguesia da Madalena -----  
 ----- Coordenadora do Equipamento -----  
 ----- Equipamento situado num prédio na Rua da Madalena de propriedade privada. -----  
 ----- Tem apenas duas turmas e uma população escolar de apenas 32 alunos. -----  
 ----- O sistema de refeição é o *catering* a quente descartável e a Junta de Freguesia da Madalena assegura o ATL. -----  
 ----- Com a implementação do fornecimento de refeições a escola pensa aumentar o número de alunos no próximo ano lectivo. -----  
 ----- Após a realização da visita a comissão concluiu: -----  
 ----- 1. A Cidade de Lisboa possui uma grande diversidade ao nível dos equipamentos educativos, tais como novas construções, edifícios adaptados, edifícios pré-fabricados e prédios; -----  
 ----- 2. É fundamental que os equipamentos de Jardim de Infância e do 1º Ciclo da Cidade possuam respostas ao nível do apoio à família, tais como o assegurar do Prolongamento de horários. Através desta visita foi possível observar duas situações distintas: Jardim de Infância do Rego que entre outras razões, por ainda não possuir prolongamento de horário e por consequência encerrar às 15h00 está a funcionar a pouco mais de 10% da sua capacidade (7 crianças em 50 de capacidade), e o Jardim de Infância do B°. Padre Cruz que possui prolongamento de horário, assegurado pela Junta de Freguesia local e que está com a capacidade esgotada e possui lista de espera. Este equipamento encontra-se aberto os 12 meses do ano, das 8h00 às 19h30; -----  
 ----- 3. A reestruturação interna da Câmara Municipal de Lisboa aprovada pelo actual executivo camarário prejudicou o desenvolvimento do plano de obras e de intervenções de beneficiação dos equipamentos educativos pois retirou poderes ao Departamento de Educação. São disso exemplo o atraso de mais de 2 anos na abertura do Jardim de Infância do Rêgo, de mais de um ano lectivo do Jardim de Infância do B°. Padre Cruz e da não construção da Escola 205 em Benfica (com projecto de construção concluído em 2001); -----  
 ----- 4. Apesar do esforço do actual e dos anteriores executivos camarários ainda existem na cidade de Lisboa três escolas do 1º ciclo a funcionar em edifícios pré-

fabricados e que urge rapidamente resolver esta situação. São eles: Escola 167 – Bº. Padre Cruz (Carnide); Escola 205 (Benfica) e Escola 128 (Prazeres); -----

----- 5. O actual executivo “herdou” um património escolar diversificado a necessitar de intervenções nalguns casos mas também equipamentos com grande qualidade ao nível do espaço e dos equipamentos como por exemplo a Escola do Alto da Faia e os Jardins de Infância do Bº. Padre Cruz e do Rego. -----

----- 6. As Juntas de Freguesia da cidade têm um papel fundamental no projecto educativo da Cidade existindo boas experiências no município. O seu conhecimento da realidade local e a proximidade às escolas devem ser valorizados e servir para uma maior e efectiva descentralização de competências e meios nesta área. São exemplos dessa articulação e empenho das Juntas de Freguesia: Benfica com a recuperação da escola 205 e de Carnide com o assegurar dos prolongamentos de horário. -----

----- 7. A manutenção dos espaços exteriores das escolas devem merecer por parte da Câmara Municipal de Lisboa uma maior atenção. Exemplo desta situação é o espaço exterior do Jardim de Infância do Bº. Padre Cruz. O novo espaço possui um agradável espaço exterior que necessita de ser mantido, situação que não se verifica actualmente.--

----- 8. Deve ser dada particular atenção à questão da confecção das refeições. Verifica-se um esforço por parte da Câmara Municipal de Lisboa no alargamento do fornecimento das refeições em todas as escolas no entanto o sistema predominante é o *catering* quer a quente, quer a frio. É necessário, em nome da qualidade da alimentação das crianças da nossa cidade, estudar e implementar medidas com vista à confecção no local. Um bom exemplo de confecção no local e com o envolvimento da comunidade local é o Jardim de Infância do Bº. Padre Cruz, sendo as refeições confeccionadas por uma empresa de inserção social. -----

----- 9. No sentido de ajudar a inverter o envelhecimento da Cidade é necessário criar melhores condições às escolas do Centro da Cidade, tais como prolongamentos de horário e recuperação das instalações e fornecimento de refeições com confecção no local. Só assim será possível atrair alunos para as escolas como a 75 na Rua da Madalena. -----

----- A Comissão não pode deixar de agradecer todo o apoio prestado desde a primeira hora pelo Departamento de Educação da Câmara Municipal de Lisboa na realização desta iniciativa, através da presença, das sugestões e do papel activo das chefias e das técnicas que formam o Departamento de Educação. -----

----- A Comissão agradece ainda a presença e os testemunhos dos representantes das Juntas de Freguesia envolvidas na visita, bem como a participação e disponibilidade dos órgãos de gestão dos estabelecimentos de ensino visitados. -----

----- Um agradecimento especial também aos jornalistas que acompanharam a visita (Diário de Notícias e Público) -----

----- A Comissão Permanente de Educação, Juventude e Desporto propõe ainda que o presente relatório seja apresentado e discutido numa próxima reunião plenária da Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- O Relatório foi aprovado por unanimidade. -----

----- Em anexo: Artigos do Jornal Público e Diário de Notícias sobre a visita efectuada pela Comissão e listas de presença dos dias 3 e 7 de Março.” -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, no uso da palavra na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Educação, Juventude e Desporto, para apresentação do Relatório da Comissão, leu o seguinte documento: -----

----- “É hoje apreciado pelo Plenário um relatório elaborado pela Comissão Permanente de Educação, Juventude e Desporto desta mesma Assembleia Municipal. Trata-se de um relatório fruto do trabalho desenvolvido pelas Senhoras e Senhores Deputados Municipais que fazem parte da já referida Comissão e que foi elaborado após uma visita a 5 equipamentos educativos da nossa cidade. -----

----- Em primeiro lugar não posso deixar de agradecer a disponibilidade e o empenho dos dirigentes e técnicos do Departamento de Educação da Câmara Municipal de Lisboa, que desde a primeira hora colaboraram com a Comissão na preparação e realização da nossa visita. O envolvimento, dos técnicos e a sua experiência de anos no município, foi essencial para um melhor e mais aprofundado conhecimento da realidade por parte dos membros da Comissão. -----

----- Uma segunda nota para a Senhora e o Senhor jornalista que nos acompanharam ao longo de toda a visita. A comunicação social é um parceiro fundamental e a esta tem um papel chave em dar a conhecer aos lisboetas o trabalho desenvolvido pelos seus autarcas. Em nome da comissão o nosso obrigado pela vossa presença. -----

----- Senhores Deputados, ao propor-se realizar esta iniciativa a Comissão Permanente de Educação, Juventude e Desporto pretendia aprofundar o seu conhecimento sobre as questões da educação na nossa cidade. A Assembleia Municipal abriu as suas portas e saiu à rua, foi ao terreno contactar com a realidade, dialogar com os parceiros (professores, educadores, autarcas das Juntas de Freguesia, entre outros). -----

----- Recordo que a questão da educação tem merecido neste mandato uma particular atenção por parte da Assembleia Municipal e que este é já o 3º debate do género, o segundo proposto pela Comissão a que tenho a honra de presidir. Este é pois um sinal da importância que a educação deve merecer para um verdadeiro desenvolvimento sustentado e equilibrado da nossa cidade. -----

----- O programa desta visita foi elaborado em conjunto pela Comissão e pelo Departamento de Educação da Câmara de Lisboa. A escolha destes cinco equipamentos (Jardim de Infância do Rêgo, Escola e Jardim de Infância do Alto da Faia, Escola n.º 205 em Benfica, Jardim de Infância do B. Padre Cruz e Escola n.º 75 na Madalena) teve por base a visita a novos equipamentos, a equipamentos em pré-fabricado e em equipamentos a funcionar em prédios, onde também existe habitação. -----

----- As nove conclusões deste relatório espelham o resultado da nossa visita, apontando alguns problemas, mas apontam também algumas linhas e objectivos que devera ser tidos em atenção por este e pelo próximo Executivo camarário. -----

----- Das conclusões destaco: -----

----- 1º - A grande diversidade ao nível dos equipamentos educativos existentes na cidade; -----

----- 2º - A atenção a dar à componente social e de apoio às famílias ao nível dos Jardins de Infância e das Escolas do 1º Ciclo; -----

----- 3º - A necessidade de se reflectir sobre a estrutura interna da Câmara Municipal de Lisboa; -----

----- 4º - A urgência em terminar com as escolas pré-fabricadas ainda existentes na cidade; -----

----- 5º - A existência de equipamentos de grande qualidade ao nível dos espaços e dos equipamentos; -----

----- 6º - O papel fundamental das Juntas de Freguesia no projecto educativo da Cidade; -----

----- 7º - A preocupação pela falta de manutenção dos espaços exteriores das escolas; --

----- 8º - A necessidade de se estudarem e implementarem medidas com vista a resolver definitivamente a questão das refeições das nossas crianças; -----

----- 9º - A necessidade de se criarem melhores condições às escolas do Centro da Cidade tendo em vista ajudar a inverter o envelhecimento da nossa Lisboa. -----

----- Senhores Deputados, este não deve ser visto como um documento fechado. Antes, deve ser recebido como mais uma reflexão sobre a educação na nossa cidade. Às nove conclusões devem agora ser adicionadas novas opiniões que possam surgir neste Plenário e na discussão que iremos fazer sobre este Relatório. -----

----- De referir ainda que este documento obteve amplo consenso dos membros que constituem a Comissão Permanente de Educação, Juventude e Desporto, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

----- Por último, Senhores Deputados, permitam-me que faça uma referência pessoal, final e especial às Senhoras Deputadas Ana Páscoa e Eulália Frazão e ao Senhor Deputado Rogério Sousa pelo empenho e dedicação que sempre têm dado aos trabalhos desta Comissão. Não ficaria bem comigo próprio, enquanto coordenador de uma equipa multi-partidária, se não fizesse aqui essa referência e perdoem-me os restantes membros da Comissão mas eles certamente também concordaram comigo que esta é uma justa referência. -----

----- Senhor Presidente e Senhores Deputados, está apresentado o Relatório e faço votos que ele agora mereça uma séria e aprofundada discussão por parte deste Plenário.” -----

----- **O Senhor Presidente** disse que a Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa pediu autorização para passar uns elementos de carácter audiovisual, que eram muito breves. --

----- **A Senhora Vereadora Helena Lopes da Costa**, no uso da palavra, disse que efectivamente eram muito breves e destinavam-se a ver a evolução na área da educação durante os três anos deste mandato. -----

----- Comentando a passagem dos *slides*, disse que como podiam ver no ano lectivo de 2000/2001 tinham 18.533 alunos, em 2001/2002 tinham 18.089, e neste momento, ano de 2004/2005, verificava-se já uma inversão pois tinham 19.209 alunos. -----

----- Em termos da evolução do número de alunos nas escolas do ensino básico dos jardins-de-infância da rede pública, pediu que vissem os gráficos para verificar a evolução que tiveram ao longo dos anos. Tiveram uma quebra em 2001/2002 e 2002/2003, começaram a inverter a pirâmide em 2003/2004 e tinham uma diferença substancial em 2004/2005 com 19.200 alunos. -----

----- Quanto ao número de alunos a beneficiar de apoio social escolar, disse que aumentou com incidência no número de refeições que têm sido servidas e distribuídas em todas as escolas do ensino básico e jardins-de-infância. -----

----- Disse que no ano lectivo de 2002/2003 tinham 81 escolas em que beneficiavam de refeições 3.409 alunos, em 2003/2004 tinham 46 escolas com 3.378 alunos, e em 2004/2005, com suplemento alimentar tinham apenas 40 escolas com 2.903 alunos, o que queria dizer que os suplementos alimentares tinham vindo a baixar em termos do número de refeições que têm vindo a servir nas escolas da Cidade de Lisboa. -----

----- Em termos de refeições, disse que começaram com 8.575 no ano de 2002/2003 e estavam em 2004/2005 com 12.066 refeições nas escolas e jardins-de-infância. -----

----- Continuando a comentar os *slides*, disse que estavam a ver a evolução do número de refeições às crianças dos jardins-de-infância e do ensino básico na Cidade de Lisboa, e também uma diferença substancial porquanto encontraram em 2002/2003 8.000 crianças e em 2004/2005 tinham já 12.000. -----

----- Relativamente a escalões, disse que no ano lectivo de 2004/2005 tinham 7.300 crianças nos escalões A e B e alargaram para as crianças do escalão C o que totalizava 12.076 crianças, portanto mais 4.776 crianças. -----

----- No ano lectivo de 2003/2004, a Câmara Municipal de Lisboa decidira pagar a totalidade das refeições aos alunos abrangidos pelo escalão B, apesar da legislação em vigor, como era sabido, estabelecer apenas como obrigatória a comparticipação em 50%. -----

----- Relativamente à actual situação das cozinhas com confecção no local, disse que a Câmara tem neste momento 30 cozinhas com confecção no local, e tinha em obra, ou para início de obra, 16 novas cozinhas. -----

----- Sobre o número de cozinhas para confecção previstas para o próximo ano lectivo, disse que eram 46, as 30 que estavam neste momento mais as 16 que estavam em início de obra ou já em obra. -----

----- Quanto aos *caterings* em Janeiro de 2005, apontou aqueles que eram a quente descartável, a frio descartável, a frio, os complementos alimentares que eram alguns servidos em instituições, e a confecção no local em 30 cozinhas. -----

----- Depois tinham os programas sócio-educativos na cidade. -----

----- Como era sabido houve uma grande adesão de todas as escolas aos vários projectos. Tinham as oficinas de teatro que cobriam 2.300 alunos; o programa Educális que cobria 27 escolas; o programa Infância em Movimento, que era apenas dos jardins-de-infância que cobria 1.410 alunos; o programa Musicalix que cobria 4.222 alunos; as marchas infantis abrangiam 2.000 crianças; e a Semana Eléctrica, a começar agora, abrangia 9.901 crianças. -----

----- O PlayGym, como era sabido foi uma iniciativa da Câmara no sentido de levar a educação física a todas as escolas da Cidade de Lisboa, e nesse programa participavam 15.322 crianças em aulas de educação física duas vezes por semana. -----

----- Em termos de tempos livres, disse que em 2000/2001 a Câmara tinha apenas 16 escolas com ATLS, neste momento tinha 56 e o objectivo, até ao final do mandato, independentemente de não terem o Orçamento aprovado, era que todas as escolas

estivessem abrangidas com prolongamento através do Projecto Roda ou com associações de pais que tivessem prolongamento de horários. -----

----- Relativamente a manuais escolares, disse que em 2001 apenas 5.059 alunos eram abrangidos, e neste momento tinham 7.307 alunos abrangidos com manuais escolares. --

----- Quanto a projectos que visavam a promoção das novas tecnologias, disse que tinham os projectos “Acordar” e o “Prodep III”, e têm todas as salas de aula equipadas com computadores e impressoras, todos eles ligados à Internet. -----

----- Sobre construções novas, disse que tinham a execução dos projectos dos espaços exteriores da Escola do 1º Ciclo e do jardim-de-infância do Bairro do Armador, da Escola Básica e do jardim-de-infância n.º 3 dos Olivais, e execução do anteprojecto do jardim-de-infância do Lumiar, jardim-de-infância do Bairro do Armador e da Escola Básica e jardim-de-infância do bairro dos Alfinetes. -----

----- Neste momento estavam com a apreciação do anteprojecto e elaboração do projecto de execução do jardim-de-infância n.º 3 dos Olivais, a reformulação do projecto do jardim-de-infância das Galinheiras já concluído, e a elaboração do estudo prévio para o jardim-de-infância com três salas anexas à Escola n.º 121. -----

----- Em termos de remodelação e beneficiação, tinham a elaboração do projecto de beneficiação geral da Escola Rainha Santa Isabel já concluído, tinham o anteprojecto de arquitectura para beneficiação geral da Escola n.º 31, a proposta de remodelação da Escola n.º 15 com construção nova para cozinha e refeitório, neste momento estavam com a apreciação final dos projectos de beneficiação geral e remodelação das escolas n.ºs 45 e 147, e o acompanhamento e elaboração dos projectos de execução para remodelação da Escola n.º 53. -----

----- Por outro lado, estavam também a analisar o estudo prévio de arquitectura para a construção da cozinha e refeitório da Escola Básica do agrupamento Fernando Pessoa, da Escola Dr. João dos Santos e do projecto de execução da cozinha da Escola de Santa Maria dos Olivais. Estavam também em fase de análise do projecto de arquitectura de reabilitação da Escola Básica n.º 91 e da casa de Função da Escola Básica n.º 1, e estavam com a proposta de criação de mais uma sala de ATL, com a separação da zona da cozinha, na Escola Básica Mestre Querubim Lapa. -----

----- Em 2001 tinham 77 recreios que necessitavam de intervenção urgente, já reabilitaram 21 ao abrigo do mecenato. -----

----- Terminada a passagem dos *slides*, disse que estes foram os desafios. Infelizmente encontraram o parque escolar muito degradado, encontraram muitas carências ao nível da educação, mas lançaram mãos à obra e conseguiram fazer muito, muito, nestes últimos três anos. Neste momento, tudo o que faltava fazer estava diagnosticado e estava preparado para logo que houvesse disponibilidades financeiras ser lançado. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)**, no uso da palavra, começou por protestar quanto à forma como a Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa fez a apresentação da matéria. Não pela apresentação em si porque as apresentações com imagens mostrando dados poderiam ser úteis, mas sim porque como membro da Comissão não teve conhecimento prévio dessa situação, e gostaria de ter tido pois a Comissão, como qualquer Grupo Municipal, poderia querer ripostar. -----

---- Depois, leu o seguinte documento: -----  
----- “Começo por reiterar os agradecimentos, já aqui expressos, ao Departamento de Educação da Câmara, que facilitaram a visita por nós efectuada e que nos foram dando resposta a todas as questões que fomos colocando. -----  
----- O Relatório da visita que a Comissão de Educação, Juventude e Desporto efectuou a diversos equipamentos educativos da Cidade de Lisboa mostra bem a realidade que encontramos no terreno: ao contrário daquilo que a Sra. Vereadora tem afirmado aqui na Assembleia (o estado caótico em que encontrou o sector da Educação!), esta Vereação herdou da anterior equipamentos degradados, mas também herdou obra feita e equipamentos educativos de grande qualidade, como tivemos ocasião de constatar, e que são indicadores da obra realizada no anterior mandato. Evidentemente e como qualquer equipamento, sobretudo os que estão sujeitos a grande utilização, há que preservá-los! -----  
----- A cidade tem, efectivamente, uma grande diversidade de equipamentos. Em relação aos equipamentos degradados e à necessidade de obras urgentes e/ou à sua substituição, já por diversas vezes foram referidas nesta Assembleia, situações de escolas nessas condições. Tivemos ocasião de ver, *in loco*, a escola n.º 205, de Benfica, que está para ser substituída e que tem projecto aprovado desde 2001. Aqui, apesar das pequenas obras e do esforço gasto, só o calor humano que encontramos compensa o ar ténico e a absoluta falta de condições em que estudam e convivem as suas 130 crianças.-----  
----- Para além das referências já aqui feitas por Srs. Presidentes de Junta, e estou certa que muitos outros aqui poderiam vir dar testemunho, gostaria apenas de referir a situação da Escola n.º 113, nos Olivais, onde a degradação é tremenda e que ainda não foi intervencionada. Desconhecemos o que se vai passar no próximo ano lectivo, se se prevêem obras, qual o ponto de situação. -----  
----- Vai continuar a funcionar desta maneira, com perigo para as crianças, professores e pessoal auxiliar? Por exemplo, no refeitório, quando se liga o forno de aquecimento o quadro “cai”, situação que pode ser problemática e perigosa para todos os que nela trabalham. -----  
----- Uma outra situação com que nos deparámos e a merecer atenção diz respeito ao prolongamento de horário nos jardins-de-infância. Foi aprovada nesta Assembleia, em 2004, uma Recomendação à Câmara no sentido de desencadear o “processo que possibilitasse a assinatura de um protocolo com o M.E.” As escolas não têm condição de funcionar em pleno sem este prolongamento (como tivemos ocasião de constatar), visto que a maioria das famílias não dispõe de apoios que permitam ir buscar as crianças findo o horário escolar ou para almoço. Para quando esse protocolo? -----  
----- Como se refere no Relatório e verificamos, as escolas com prolongamento estão cheias e as que não têm esse apoio social caracterizam-se pela baixa taxa de ocupação, pelas dificuldades óbvias que as famílias sentem. -----  
----- No que diz respeito ao fornecimento de refeições, a Recomendação aprovada em 2004 continha um ponto propondo a constituição de um “Grupo de Trabalho para o acompanhamento da questão das refeições escolares”. Qual o ponto de situação? Como



vai ser o próximo ano lectivo? Vai-se continuar a apostar neste tipo de refeições ou vão ser estudadas medidas com vista à confecção no local, onde tal seja possível? Mesmo no actual sistema de fornecimento de refeições (o *catering*), há escolas sem condições mínimas de funcionamento. Por exemplo, na n.º 175 o material é lavado nos laboratórios, onde também lavam as mãos. Também aqui há que criar outro tipo de condições. -----

----- Srs. Vereadores -----

----- A educação pré-escolar e os primeiros anos de escolaridade (exactamente aqueles a que competem responsabilidades no âmbito das autarquias e em que se foi verificando uma desresponsabilização do Governo sem as necessárias contrapartidas) dão um importante contributo ao nível do desenvolvimento integral do indivíduo e são essenciais para que cada cidadão possa enfrentar com maior igualdade de oportunidades os desafios que a vida lhe irá trazendo. -----

----- O desenvolvimento global da criança/jovem, nas suas diversas vertentes (cognitiva, sócio-afectiva, criatividade e capacidade crítica), só se consegue com medidas que melhorem as condições de trabalho de professores e alunos. Tal significa a absoluta urgência de acabar com um parque escolar caracterizado pela degradação, pela falta de conforto e/ou de recursos e equipamentos educativos; tal significa também a dotação do número adequado de auxiliares de acção educativa. -----

----- Em suma, é necessário que esta vereação tenha uma política que assuma a educação como um valor fundamental para o desenvolvimento da cidade.” -----

----- **O Deputado Municipal José Rodrigues (PS)**, no uso da palavra, disse que a sua intervenção não podia deixar de traduzir alguma surpresa e algum espanto. De facto, enquanto membro da Comissão de Educação gostaria de poder comentar os números que foram agora apresentados e fazer uma análise dos mesmos. -----

----- Surpreendia-o também que tivessem tido hoje esta apresentação e que nada sobre esses números que foram apresentados tivesse sido incluído no Relatório de Gestão que lhes foi distribuído para análise, que era o lugar próprio para essa informação ser esplanada a todos. Aliás, no Relatório de Gestão de 2004, como no de 2003 e 2002, não houve esta informação! -----

----- Na Comissão já tiveram oportunidade de ouvir a Sra. Vereadora sobre essa temática, mas os números agora apresentados não lhes foram nunca dados em todo o mandato, e não acreditavam que eles, a serem verdadeiros, tivessem sido todos feitos só neste ano. -----

----- Na verdade, em nenhuma das informações escritas que durante todo o mandato foram distribuídas, nem nas diversas reuniões que também ao longo do mandato a Sra. Vereadora teve com a Comissão, nunca conseguiram ter informação que os conduziu a estes surpreendentes números que foram hoje apresentados. -----

----- Portanto, enquanto membro da Comissão em particular, desejava ter informação detalhada que permitisse fazer um juízo de valor e perceber quais eram e quantas eram as obras que ali foram relatadas como feitas, porque os surpreendia esta apresentação que agora foi feita quando ao longo de todo o mandato estes dados não lhes tinham sido disponibilizados, quer por escrito, quer pela Sra. Vereadora nas reuniões da Comissão.--

----- Terminou dizendo que não tinham conhecimento e gostariam de o ter para que pudessem abalizar da dimensão das intervenções que foram realizadas. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, no uso da palavra, agora enquanto Deputado Municipal, leu o seguinte documento: -----

----- “Mais uma vez a Assembleia Municipal de Lisboa esta de parabéns! Ao apreciar este Relatório elaborado por uma das suas Comissões Permanentes a Assembleia Municipal está novamente a dignificar-se! -----

----- É uma das Comissões Permanente da Assembleia Municipal que toma a iniciativa, vai para o terreno, promove o diálogo e o debate extra-muros e regressa aqui para reflectir sobre uma questão essencial para o presente e futuro da nossa Cidade: a Educação! -----

----- O Partido Comunista Português orgulha-se do trabalho desenvolvido nos anteriores mandatos nesta área e orgulha-se da herança que deixou à Cidade e aos Lisboetas em matéria de Educação. Desenvolvemos um trabalho sério, com objectivos bem claros e em estreita ligação com as comunidades educativas. -----

----- Ao longo deste mandato o Partido Comunista Português, agora na oposição, tem-se mantido atento às questões da Educação, tem promovido o debate, tem apontado falhas, tem exigido medidas, tem apontado alternativas e sugestões. Para nós a Educação é uma prioridade na cidade! -----

----- Em anteriores debates sobre esta problemática alertámos para a falta de diálogo, par a falta de articulação entre os diversos serviços da Câmara Municipal de Lisboa e entre o Pelouro e o Departamento de Educação, para a falta de iniciativa e de rumo e ainda para a falta de sensibilidade e de tempo para as questões da educação por parte da Senhora Vereadora Responsável por esta área, a Senhora Vereadora Helena Lopes da Costa. -----

----- E Senhores Deputados, este Relatório vem mais uma vez dar-nos razão. Este relatório vem dar sustentabilidade às críticas apresentadas pelo Partido Comunista Português e basta ler as conclusões do documento e ver que tínhamos e continuamos a ter razão. Senão vejamos: -----

----- 1ª nota: Temos permanentemente alertado para a necessidade de se implementarem serviços sociais e de apoio às famílias, nomeadamente o Prolongamento de Horário em todos os Jardins de Infância da Cidade. É necessário e urgente que os nossos Jardins de Infância e as nossas Escolas Públicas funcionem com actividades de qualidade e diversificadas e com horários compatíveis com os horários das famílias. Um Jardim de Infância não é um Jardim de Infância em pleno se fechar dois meses no verão e se encerrar todos os dias às 15 horas! É urgente implementar os Prolongamentos de Horário nos Jardins de Infância. Veja-se o que está a acontecer por exemplo no Jardim de Infância do Rêgo com capacidade para 50 crianças e que está a funcionar apenas com 7! Será que é porque não existem crianças na zona ou será porque os horários não são compatíveis com os horários das famílias? A resposta é óbvia! -----

----- A Junta de Freguesia à qual presido assegura o Prolongamento de Horário nas 11 salas de Jardim de Infância existentes na freguesia, sendo uma resposta social a mais de

200 crianças. Assim, temos em Carnide uma Verdadeira Escola de Qualidade e Para Todos aberta os 12 meses do ano, das 8h00 às 19h30. Era bom que a Câmara Municipal de Lisboa seguisse o exemplo e implementasse de imediato a medida. E Senhora Vereadora, provavelmente não seriam necessários muitos mais meios financeiros, talvez meia dúzia de outdoors a menos na Cidade seriam suficientes... -----

----- 2ª nota: Repetidamente temos vindo a afirmar que a reestruturação dos serviços pensada e executada por esta maioria foi um desastre para a Cidade. O Departamento de Educação, como outros Departamentos, como o do Desporto por exemplo, foram esvaziados de uma competência fundamental. Hoje não têm autonomia para acompanhar e executar obras. O relatório é bem claro neste aspecto, e passo a citar: “A reestruturação interna da Câmara Municipal de Lisboa aprovada pelo actual Executivo camarário prejudicou o desenvolvimento do plano de obras e de intervenções de beneficiação dos equipamentos educativos pois retirou poderes ao Departamento de Educação.” Mas ainda não ouvimos os responsáveis políticos por esta desastrosa medida reconhecerem as suas responsabilidades nesta área e aqui falo do Dr. Pedro Santana Lopes pai desta trapalhada! -----

----- 3ª nota: Algo muito querido à Senhora Vereadora Helena Lopes da Costa: a herança do passado! A Senhora Vereadora repetiu até à exaustão que aquilo que tinha encontrado na Cidade ao nível dos equipamentos educativos tinha sido algo que não se poderia honrar. E foi mais longe afirmando que uma das prioridades do actual executivo passava pela requalificação do parque escolar e que após uma vistoria, que todos continuamos sem conhecer os seus resultados, os resultados foram desastrosos para o Concelho de Lisboa e que tinha encontrado o parque escolar completamente degradado. O que foi feito? Nada! Promessas atrás de promessas e nada foi feito. E afinal a herança não foi assim tão má. A Senhora Vereadora por desconhecimento e por falta de contacto permanente com a realidade esqueceu-se da herança de novos equipamentos educativos de qualidade como a Escola do Alto da Faia, no Lumiar, os Jardins de Infância do B°. Padre Cruz, do rego, da Horta Nova e de tantos outros. De equipamentos educativos prontos para lançar concurso mas que passados 3 anos e meio continuam na gaveta! Veja-se a Escola 205 em Benfica! A herança que este Executivo Camarário deixa é que será muito pesada! Que novo equipamento foi pensado, planeado ou construído por esta maioria? Senhores Deputados Municipais, todas as obras que estão neste momento em curso, e passados 3 anos e meio deste a tomada de posse desta maioria, foram planeadas e lançadas pelo anterior executivo. E mesmo essas estão a ser executadas com grandes atrasos. Não se conhece um único projecto de construção de um equipamento educativo! -----

----- Com a apresentação do Relatório de Actividades que iremos em breve apreciar e discutir esta realidade toma-se ainda mais cinzenta e objectiva! Em 2004 a taxa de execução em equipamentos escolares bateu um recorde histórico, apenas 24%. De uma previsão de 5,5 milhões de euros foram apenas investidos 1,3 milhões de euros. -----

----- A taxa de execução no Plano Plurianual de Investimentos nesta área foi de apenas 15%. Repito vergonhosamente 15%!!! -----

----- Afinal temos razão para estarmos preocupados com a herança mas essa preocupação deve ser é com a herança que os Senhores nos vão deixar! -----

----- 4ª nota: O papel das Juntas de Freguesia no projecto educativo da cidade! Ao longo deste mandato e ao contrário do que sucedia no passado as Juntas de Freguesia não são ouvidas, não conhecem os projectos e as prioridades do pelouro. A descentralização ao longo destes três anos e meio não foi aprofundada. Valerá a pena recordar as sucessivas promessas de aprofundamento da descentralização e da clarificação de critérios em relação aos Protocolos, em todas as áreas, com as Juntas de Freguesia? Alias foi o Dr. Pedro Santana Lopes que várias vezes falou no assunto. Até incumbiu a Senhora Vereadora Ana Sofia Bettencourt da tarefa de elaborar um estudo sobre o assunto. Esteve como Presidente, saiu, foi para Primeiro Ministro, regresso mas tudo ficou na mesma e nada se alterou. Mais uma promessa de show-off sem concretização! Mas na área da educação a situação mantém-se caricata nalguns aspectos. Como já aqui denunciámos no passado, há freguesias que deixaram de ter escolas ou menos salas em funcionamento e continuam a receber a verba que estava inicialmente protocolada para as pequenas reparações e limpeza geral anual, ao passo que outras aumentaram o número de salas e/ou edifícios mas recebem o mesmo valor anteriormente atribuído! -----

---- Eu sei Senhor Vereador Pedro Pinto que irá amanhã a Sessão de Câmara uma proposta com vários aditamentos aos Protocolos com as Juntas de Freguesia, mas infelizmente ainda não é desta que esta situação é resolvida, pois estas áreas não foram revistas. -----

----- 5ª nota: A manutenção dos espaços exteriores das escolas! Continuam a ser terra de ninguém. A Câmara não toma medidas, nada faz e também não inicia o diálogo com as Juntas de Freguesia no sentido de aprofundar a descentralização de competências nesta área. E por favor Senhora Vereadora não volte com o argumento de quem desesperadamente não tem outros argumentos de que se fosse Presidente da Junta teria vergonha em ter recreios como aqueles que ainda temos na Cidade. Vergonha deve ter quem nada fez e tinha responsabilidades directas nesta área, ou seja a Senhora Vereadora! -----

----- 6ª nota: As refeições nas escolas! Continua sem definição clara o fornecimento de refeições nas Escolas da Cidade. Continuamos sem uma solução definitiva para este problema. Também aqui a Senhora Vereadora tinha feito a promessa de apresentar e executar um vasto plano de recuperação de cozinhas e de refeitórios escolares. Mas tudo voltou a ficar no papel. Os concursos lançados para fornecimento das refeições terminam dentro de 2 meses e meio. E depois? Continuamos sem uma solução definitiva e que satisfaça os interesses das crianças e das famílias. Senhora Vereadora diga-nos hoje aqui pelo menos uma cozinha remodelada neste mandato e que tenha passado do sistema de *catering* para confecção no local? Nada foi executado! O Partido Comunista Português continua a ver com preocupação esta questão e ao contrário do prometido não vê qualquer iniciativa com vista a alterar a situação do fornecimento de refeições. -----

----- 7ª e última nota, um pouco à margem deste relatório: O Conselho Municipal de Educação continua sem existir na Cidade de Lisboa. A capital do nosso país continua sem cumprir a lei e a Câmara Municipal de Lisboa ainda não conseguiu convocar a primeira reunião desse órgão já aqui aprovado nesta Assembleia. -----

----- Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, volto a repetir hoje aqui esta ideia: pior do que um mau projecto é a ausência dele! Pior que uma má decisão é uma indecisão permanente! Nós, Partido Comunista Português, enquanto fomos poder e responsáveis por esta área tínhamos um projecto educativo para a Cidade e continuamos a tê-lo! Podia e pode ser discutível, pode não ser consensual mas ele existia e era apresentado e discutido permanentemente com todos os parceiros! Mas esta maioria não tem um projecto educativo coerente e claro para esta Cidade! São medidas avulsas, são medidas anti-sociais, são projectos desarticulados com os parceiros! -----

----- O Grupo Municipal do Partido Comunista Português volta a apresentar uma nova recomendação semelhante à já apresentada anteriormente mas que pelo visto não teve eco na Câmara Municipal demonstrando mais uma vez a falta de consideração por esta Assembleia. -----

----- A esta Câmara volta-se a pedir mais verbas para a Educação e que repense toda a sua política nesta área. É fundamental que a Câmara Municipal de Lisboa esteja em permanente diálogo e que aceite as Juntas de Freguesia, as Escolas, os Jardins de Infância e as Associações de Pais como seus parceiros estratégicos e fundamentais! -----

----- Tenho dito!” -----

----- Finda a leitura entregou na Mesa a seguinte recomendação: -----

#### ----- RECOMENDAÇÃO -----

##### ----- Educação na Cidade de Lisboa -----

----- “Os Deputados Municipais do Partido Comunista Português ( PCP ) propõem à Assembleia Municipal de Lisboa que recomende mais uma vez à Câmara Municipal de Lisboa que: -----

----- 1. Sejam sempre divulgados às direcções das Escolas e Jardins de Infância, às Associações de Pais e às Juntas de Freguesia os relatórios de segurança e das vistorias realizadas pela Câmara Municipal de Lisboa às instalações educativas da Cidade; -----

----- 2. Desencadeie o processo que possibilite a assinatura do Protocolo com o Ministério da Educação com vista ao apoio aos Prolongamentos de Horário dos Jardins de Infância da Rede Pública; -----

----- 3. Tome as medidas necessárias no sentido de a médio prazo acabar com as Escolas Pré-fabricadas ainda existentes na Cidade (ex: Escola 205 em Benfica e Escola 167 no Bº. Padre Cruz); -----

----- 4. Dada a especificidade do Pelouro da Educação que sejam dados poderes acrescidos à Divisão de Obras do Departamento de Educação da Câmara para que esta tenha os meios necessários para o planeamento, execução e acompanhamento das obras nos estabelecimentos de educação; -----

----- 5. Apresente brevemente a esta Assembleia Municipal o plano de construção de novos equipamentos educativos previstos para os próximos anos; -----

----- 6. O possível encerramento de escolas ou alterações à constituição de agrupamentos escolares seja sempre procedido de um debate com toda a Comunidade Educativa envolvida; -----

----- 7. No mais curto espaço de tempo coloque em funcionamento o Conselho Municipal de Educação; -----

----- 8. A constituição de um Grupo de Trabalho para o acompanhamento da questão das refeições escolares nas Escolas do 1º Ciclo e Jardins de Infância. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa delibera ainda tornar publica esta recomendação através da sua publicação em dois jornais diários.” -----

----- **O Senhor Presidente**, a propósito da utilização de meios audiovisuais, esclareceu que receberam, em 11 de Abril, um pedido de projecção de meios audiovisuais, enviado pela Câmara Municipal, no que respeitava à discussão do ponto 5 da Ordem de Trabalhos, documento esse que foi à Conferência de Representantes no dia 12 de Abril. Estava consensualizado na Conferência que os pedidos de utilização de meios audiovisuais tinham que dar entrada até à quinta-feira anterior ao dia da reunião, e este novo pedido da Câmara dera entrada às 17 horas e 18 minutos do dia 22, portanto sexta-feira, e não explicitava – já falou disso com a Sra. Vereadora – que era desta área do ponto que estava em discussão. Pensou que teria a ver com o segundo pedido em relação ao ponto 5, e daí não ter informado a Comissão nem os líderes porque se este pedido tivesse sido explícito, apesar de ter chegado atrasado, obviamente teria informado a Comissão e os líderes da sua chegada. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Santos (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Campolide, no uso da palavra, disse que gostava que a Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa lhe pudesse responder a questões relacionadas com o Ensino Básico na sua freguesia, nomeadamente sobre as escolas n.ºs 13, 80 – especialmente esta – e a 96. Como era sabido, a maioria das escolas estavam a funcionar numa escola só e outros alunos estavam na Av. de Ceuta. -----

----- Constatou-lhe que a Câmara encontrara uma anomalia na construção da Escola da Bela Flor, pelo que perguntava se a Sra. Vereadora sabia o que se passava ou não. Toda a gente sabia que existia ali um vazadouro do Metropolitano de Lisboa quando se iniciara, coisa que deveria ter sido acautelada porque isso já lá existia. Portanto, pedia à Sra. Vereadora que lhe esclarecesse hoje esta questão para que ele pudesse responder à população que o questionava. -----

----- Disse, ainda, que havia um transporte que levava as crianças da freguesia para a Escola n.º 23, mas acontecia que a Câmara já devia ao Pelouro da Educação da Junta 37.000 euros! Iam parar com aquele transporte! Amanhã mesmo a Junta tinha reunião e o transporte ia parar imediatamente! Não deixava que as coisas continuassem naquele estado porque o dinheiro que tinham não era para esse efeito. Portanto, pedia à Sra. Vereadora que visse o que podia fazer por essa situação o mais rapidamente possível. ---

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia da Encarnação, disse que o seu camarada, Deputado Municipal José Rodrigues, fez já a intervenção de fundo sobre a matéria em discussão, mas uma vez que estavam a falar de educação, desejava também colocar uma questão à Sra. Vereadora. -----

----- Antes, porém, fazia duas ou três afirmações. Tinha para si, e sabia que era verdade, que o desenvolvimento harmonioso da criança era um direito e, como tal, tudo o que a autarquia fizesse era sempre pouco. A criança, para ter disponibilidade de aprender necessitava de um mínimo de condições, quer condições físicas em termos de edifícios e equipamentos, quer de professores disponíveis para facilitar a aprendizagem. -----

----- Sabiam quão difícil era atingir esses objectivos, sabiam bem isso! Já passou o tempo em que as escolas eram totalmente vandalizadas, felizmente a população de Lisboa percebera que quando vandalizava uma escola estava a prejudicar-se a si própria. -----

----- Era imprescindível que as crianças pudessem ter uma alimentação saudável, e por isso sugeria que se desse prioridade à reabilitação das escolas, que se proporcionassem materiais escolares e que se proporcionasse também uma alimentação saudável às crianças da cidade. -----

----- Por outro lado, os jardins-de-infância tinham também que proporcionar um horário alargado. Defendeu sempre até às 18 horas, no máximo até às 19 horas, porque a criança também necessitava de ter a ternura do colo do pai e da mãe. As crianças tinham necessidade de brincar e descansar para poderem aprender. Tudo o que a Câmara investisse na educação era sempre pouco, e daí a questão que queria colocar à Sra. Vereadora. -----

----- Disse, então, que viu há pouco a apresentação pela Sra. Vereadora mas não viu a reabilitação da Escola n.º 12, Padre Abel Varzim, sita na Rua da Rosa. Sabia que era a Reabilitação Urbana que estava a efectuar essa obra, mas seria que desistiram da obra? -

----- Esta era a sua questão, e aproveitava para saber se no ano lectivo de 2005/2006 as crianças que frequentaram essa escola tinham agora possibilidade, ao fim de uns anos de espera, de voltar para lá, já que era uma escola com todas as condições para as crianças aprenderem de uma forma saudável. -----

----- Quanto a heranças, disse que não ia por aí, esse não era o seu caminho. -----

----- **O Deputado Municipal Manso Pinheiro (PEV)**, no uso da palavra, disse que em relação à apresentação que a Sra. Vereadora fez ia levantar algumas questões mais relacionadas com as refeições e a prestação dos serviços nessa área, porque, quanto ao resto, no essencial, segundo percebera estavam em conclusão uma série de projectos, mas em termos de obra não seria tanto assim. -----

----- Disse que tinha memória de algumas reclamações, neste último ano, da Escola do Bairro de São Miguel em relação à deterioração da qualidade da alimentação, portanto gostava de saber o ponto da situação. -----

----- Em relação aos gráficos e aos quadros que foram apresentados, disse que havia um crescimento brutal – 8.000 para 12.000 – no número de crianças que eram beneficiadas com refeições completas, e a sua dúvida era se isso representava um acréscimo da capacidade e da competência dos serviços no enquadramento da matéria, ou se significava que havia presentemente muito mais crianças abrangidas pelos projectos por serem enquadráveis neles devido à degradação das condições da vida económica das famílias, em resultado da governação do País. -----

----- Mas uma questão sobre a qual não ouviu nada e em relação à qual tinha alguma preocupação – e gostava de ouvir a Sra. Vereadora falar sobre essa matéria – tinha a ver com as características e a qualidade das refeições. Como se sabia começava a haver sinais de obesidade e de deficiência da qualidade alimentar, havia experiências na União Europeia no sentido de criar a interdição da venda de produtos como refrigerantes, chocolates, bolos, etc., não só na própria escola mas mesmo num raio, a chamada linha vermelha, onde essa venda era proibida. -----

----- Ainda nesse quadro, perguntou se havia ou não o acompanhamento por técnicos competentes na área da definição das refeições. Isto é, quanto às calorias, quanto às componentes e a riqueza da alimentação, quais eram os critérios que estavam a ser seguidos e se isso eram normas metidas nos concursos como condição complementar? -

----- **O Deputado Municipal Fernando Saraiva (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Benfica, no uso da palavra, disse que ouviu a Sra. Vereadora dizer que no próximo ano lectivo – e aplaudia – todas as escolas de Lisboa teriam ocupação de tempos livres, mas gostava de saber, porque com certeza havia estudos feitos, sob a gestão de quem seriam criados esses tempos livres. Havia programas? A que preços? ---

----- Por exemplo, citava o caso de um equipamento municipal, um jardim-de-infância em Benfica, onde uma comissão de pais não dava contas a ninguém, talvez a alguns pais, e cobrava por cada criança 107 euros por mês. Nem todos podiam pagar essa quantia! -----

----- Mas o que perguntava, de facto, era se havia algum programa para ocupação de tempos livres. Não bastava dizer que havia em todas as escolas! Era preciso que se soubesse sob que gestão, que programas e a que preços! -----

----- Depois, relativamente à Escola n.º 205, disse que teve pena de não ver na exposição da Sra. Vereadora a indicação do início de construção, ou pelo menos do lançamento para obra, uma vez que era uma escola tão falada, tão degradada e que tinha já projecto aprovado há muito tempo. -----

----- Agradeceu à Comissão o trabalho que fez, e disse que na Escola n.º 205, apesar de tudo, o que a Comissão viu foi um grande esforço da Junta em mudar telhados, pintar paredes, etc., muitas vezes com um protocolo em que a Câmara levava meses e meses, anos até, sem mandar as verbas, com o que era complicadíssimo trabalhar. Mas, mesmo assim, de tal forma estavam degradadas as instalações que a Junta avançou com as verbas que lhe foram prometidas pela Câmara. -----

----- Perguntou qual a posição da Câmara relativamente à Escola n.º 17, em Benfica, que era considerada, e julga que ainda é, uma escola modelo, tendo em conta o projecto apresentado para o traçado da CRIL quando era Primeiro-Ministro o actual Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e era Ministro das Obras Públicas o actual Vice-Presidente, que aprovaram o projecto de ligação do nó da Buraca à CRIL com um impacto brutal sobre essa escola modelo da cidade. -----

----- **O Deputado Municipal Luís Campos (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, no uso da palavra, disse que no início do mandato a Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa recebeu-o a fim de tratar da questão da Escola de Santiago que ia ser fechada porque não tinha condições mínimas para ser frequentada pelas crianças, e



então tentou argumentar com possíveis alternativas. Mas não se esquecia da frase então pronunciada pela Sra. Vereadora: “não tenho discussão com V. Exa., eu quero e delibero que a escola seja fechada”. -----

----- *A posteriori* teve conhecimento que a escola poderia ser aberta após algumas obras, mas passaram já três anos e meio e a escola continuava fechada apesar da Câmara continuar a pagar a sua renda. Ou seja, a Câmara pagava uma renda pelas instalações de uma escola que não tinha utilidade nenhuma para as crianças da sua freguesia. -----

----- Deslocara a Sra. Vereadora as crianças da Freguesia de Santiago para a Freguesia do Castelo, passaram a ter duas directoras, passaram a ter dois turnos, um de manhã outro à tarde, ninguém se entendia, ninguém sabia de nada, e todos os contactos que tem tido com o Gabinete da Sra. Vereadora por isto ou por aquilo estavam sempre em reunião. -----

----- Pediu à Sra. Vereadora que os respeitasse, que acedesse aos seus pedidos, que os ouvisse, que conversasse com eles pois poderiam não ter razão mas estavam receptivos a que a Sra. Vereadora pudesse abrir aquela escola que era muito importante para as crianças da sua freguesia. -----

----- **O Deputado Municipal João Pinheiro (PS)**, no uso da palavra, disse que ao longo dos três anos de mandato têm-se realizado na Assembleia Municipal, com uma periodicidade regular, debates sobre a educação, o último dos quais por ocasião da abertura do ano escolar, portanto em Setembro/Outubro de 2004. -----

----- Para quem registara as intervenções e os conteúdos que foram transmitidos à Assembleia pela Sra. Vereadora, e para aqueles que também tiveram o privilégio de irem acompanhando os trabalhos da Comissão, até porque o fim do mandato se aproximava, pensava que já era possível desenhar traços conclusivos e sínteses sobre o que foi a acção do Executivo municipal na área da educação. -----

----- E pessoalmente, até reiterando intervenções de outros colegas, especialmente dos Presidentes de Junta, que têm um conhecimento efectivo e apontavam ali casos concretos de situações que revelavam discrepância relativamente ao que era transmitido pela Sra. Vereadora e o que realmente se aplicava no terreno, pensava que era possível identificar a ausência de um projecto estratégico para a educação na Cidade de Lisboa. -

----- Portanto, para além de projectos relevantes de gestão corrente, como o fornecimento de refeições e a aplicação do programa PlayGim, não se vislumbrava para a área do concelho um projecto integrado de requalificação ou de criação de mais-valias educativas em determinadas zonas carenciadas da cidade. Em zonas que necessitavam de atrair agregados familiares jovens e em que a oferta educativa nas escolas que sofriam intervenção municipal pudesse aumentar a apetência da sua deslocação para essas zonas. Isso não se vislumbrava e era um dos aspectos que conseguia discernir. ----

----- Outro aspecto era a dificuldade em comparar os dados que iam sendo transmitidos, neste caso pela Sra. Vereadora em representação da Câmara Municipal, sobre a acção na educação. -----

----- Por exemplo, em Setembro foi ali transmitido um programa de intervenções, amplo, vasto, de reabilitação em diversos equipamentos escolares, outros de

construção, outros de intervenção nos espaços verdes com recurso ao mecenato. Isso foi transmitido com quadros diferentes daqueles que foram transmitidos agora, e olhavam para dados concretos e objectivos e sobre os quais a Câmara respondia na sua totalidade, como sejam os relatórios de gestão e as demonstrações de resultados, e verificavam que dos 13 projectos inscritos para o ano de 2004 a maioria não teve sequer intervenção, porque a dotação zero correspondia execução zero, e aqueles que estavam inscritos tinham execuções fortemente negativas, a maioria acima dos 95%. -----

----- Isso queria dizer o quê? Queria dizer que aos números apresentados no quadro pela Sra. Vereadora contrapunha-se depois uma realidade concreta que estava espelhada nos documentos, e era uma realidade que evidenciava carência de intervenção municipal em equipamentos de ensino na cidade, que abrangiam quase a cidade toda, para além das questões que já ali foram referidas pelos Presidentes de Junta. Falavam da escola da Rua Possidónio da Silva, da escola e jardim-de-infância da Quinta da Bela Flor, da escola e infantário n.º 205, em Benfica, do jardim-de-infância do Bairro da Horta Nova, jardim-de-infância do Bairro Padre Cruz, jardim-de-infância do Lumiar, jardim-de-infância das Galinheiras, jardim-de-infância da Zona M de Chelas, portanto era uma série de zonas da cidade com carências ao nível da intervenção da Câmara, muito diferentes da realidade que lhes era transmitida pela Sra. Vereadora. -----

----- E depois havia um outro dado que não enriquecia a população mas também transmitia a necessidade de recurso a esses argumentos, que era a insistência na utilização do tema educação como arma de arremesso contra a coligação de esquerda que governara a cidade até 2001. Ora, as pessoas que pretendiam beneficiar dos serviços da Câmara não era com essas trocas de galhardetes que iriam perceber se o seu futuro seria melhor e se as suas crianças teriam melhor oferta educativa. -----

----- Até porque se vislumbrava outra coisa. A Sra. Vereadora falava ali em números, falava na oferta promovida pela acção social escolar, e depois ia-se ver o reflexo dessa intervenção municipal nas Demonstrações Financeiras e no Relatório e viam que também tinha taxas de execução negativas. Portanto, estavam sempre com dificuldade em discernir o quão fidedignos eram os números apresentados. E depois também não lhes apresentava elementos de comparação! Em alguns dos aspectos referia números de 2001, noutros não referia, pelo que não era um quadro transparente aquele que lhes apresentara. -----

----- E não era transparente relativamente ao número de alunos abrangidos. Referia que aumentara, mas não referia qual era o universo global de alunos, não referia a qualidade dos serviços prestados, e não referia, como disse também o Deputado Municipal Manso Pinheiro, as necessidades efectivas da população escolar. -----

----- Para além da insistência nessa técnica de divulgar números, até era capaz de antever qual seria a reacção da Sra. Vereadora: seria em resposta às intervenções subir à tribuna e repetir os números que já ali referira, não tendo, admitia ele, capacidade de resposta para rebater as principais críticas que foram feitas, porque já assim tinha acontecido em Setembro/Outubro de 2004 quando foi questionada sobre a taxa de execução nos equipamentos escolares e remetiera para esclarecimentos posteriores. -----

----- Pois bem, tinham a felicidade de discutir no mesmo dia o Relatório da Comissão e o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras, e com elementos objectivos concluía dizendo que estava muito longe a taxa de execução a esse nível com os dados que ali foram transmitidos pela Sra. Vereadora. -----

----- **O Deputado Municipal Bruno Rolo (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia da Ameixoeira, no uso da palavra, disse que em Abril de 2004 foi aprovado um grande projecto de urbanização para o Vale da Ameixoeira, na zona da Ameixoeira e Galinheiras, foi ali discutido várias vezes, inclusivamente a questão do concurso para as candidaturas e a nomeação de um membro da Assembleia Municipal para fazer parte do júri desse concurso, correspondendo esse projecto a 910 fogos de habitação com custos controlados para casais jovens. Ora, casais jovens, em princípio, serão aqueles que têm filhos pequenos. -----

----- Na mesma altura, estava prevista nessa área de intervenção uma zona para construção de um jardim-de-infância. Hoje, lamentavelmente, por razões profissionais não pôde chegar a tempo da exposição mediática da Sra. Vereadora, mas foi informado que foi anunciada a construção do jardim-de-infância das Galinheiras, e, nesse sentido, a sua questão era muito objectiva. -----

----- Se o Vale da Ameixoeira sofreu nos últimos anos uma intervenção de realojamentos brutais, se depois disso foram ainda realojadas mais de 40 famílias do Vale do Forno, que como se sabia eram famílias numerosas e com muitas crianças em idade escolar e em abandono escolar, estavam a ser criados, e já quase em fase final de construção, mais 910 fogos para casais jovens, era hoje, a seis meses do final do mandato, que era anunciada a construção de um jardim-de-infância nas Galinheiras. ----

----- Parecia-lhe que havia aí uma descoordenação e por isso perguntava à Sra. Vereadora qual a razão porque continuavam a persistir no erro de pôr sempre a carroça à frente dos bois. Era preciso planear a cidade, o Vale da Ameixoeira estava sobredimensionado relativamente aos equipamentos disponíveis, e mais uma vez, apesar do alerta que ele próprio ali deixou no ano passado, voltou-se a cair no mesmo erro. E não foram as Juntas de Freguesia ou a Assembleia Municipal! Quem caiu nesse erro foi, mais uma vez, o Executivo da Câmara Municipal de Lisboa que por isso mesmo teria que assumir as suas responsabilidades. -----

----- Terminou dizendo que gostava de conhecer o prazo estimado para a conclusão do jardim-de-infância, para saber quantos anos as crianças das famílias que forem residir nos novos fogos das Galinheiras e da Ameixoeira iam ter que esperar para poderem ir à escola. -----

----- **O Deputado Municipal António Pereira (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, começou por recordar que a Sra. Vereadora já uma vez afirmara na Assembleia Municipal que tinha herdado um parque educativo altamente degradado na cidade, e nessa altura disse-lhe que se efectivamente estivesse tão degradado já não havia equipamentos escolares porque já teriam caído face ao que tinha sido feito de então até ao presente. De facto, se a Sra. Vereadora herdara em 2001 um parque degradadíssimo conforme dizia, se efectivamente isso fosse verdade hoje já não havia equipamentos escolares tal o grau de investimento que se tem verificado nessa matéria. -

----- Portanto, não concordava com isso, muito pelo contrário. Aquilo que lamentavam era que efectivamente houvesse diversos projectos, e muitos tem havido para a área da educação, mas que, infelizmente, até ao presente não tivessem passado disso mesmo, projectos. Era o projecto da escola e jardim-de-infância do Bairro do Armador, projecto esse que se calhar já tinha mais de 10 anos, já tinha barbas e não passava de projecto; era o projecto para obras gerais na escola n.º 53, que também já existia há três ou quatro anos; era o projecto da escola n.º 9 do 1º ciclo, no Bairro dos Lóios, que também já existia e não passava de projecto. -----

----- Portanto, aproveitando a presença da Sra. Vereadora, o que efectivamente pretendiam saber era quando se passava dos projectos às obras, porque de projectos estavam já fartos de ouvir falar. -----

----- Por outro lado, aquilo que a Sra. Vereadora ali tentara apresentar como positivo do seu trabalho, era justamente aquilo que ele entendia que era negativo. De facto, ao dizer que passou a haver necessidade de fornecer mais 4.000 refeições, que manuais escolares passaram a ser mais 2.000, etc., etc., isso revelava que fruto das políticas de direita que o País tem imposto às famílias portuguesas tinha levado a que cada vez mais famílias precisassem de ser encaixadas nesses escalões de apoio de solidariedade social.

----- Por isso, em vez de se congratularem com a situação deveriam estar pesarosos e todos tomar medidas para que as famílias portuguesas não precisassem de facto desse tipo de apoios, todas deveriam ter um salário digno para que pudessem ter uma vida digna enquanto cidadãos, e não uma vida de subsistência. -----

----- **A Senhora Vereadora Helena Lopes da Costa**, no uso da palavra para responder às várias intervenções, disse que até ao dia 10 de Maio todas aquelas questões com datas precisas, que como era evidente seria muito fastidioso estar agora a repetir, a Sra. Directora de Departamento e o Sr. Director Municipal tomaram nota delas e iriam fazer chegar aos Srs. Deputados Municipais todas as respostas concretas e objectivas. -----

----- Mas sobre duas ou três questões concretas que foram apresentadas francamente desejava falar. -----

----- Aquilo que apresentou no início do debate deste ponto falava por si. Falava daquilo que fizeram durante os três anos de mandato em prol das crianças e da educação na Cidade de Lisboa. -----

----- Mas perguntava-se que ideia tinham, em termos de educação, para as crianças de Lisboa, ao que respondia que era apostar cada vez mais em termos de jardins-de-infância e no prolongamento de horários. Era não permitir que as crianças andassem na rua sem que tivessem qualquer acompanhamento; era não permitir que de qualquer forma os jardins-de-infância e todos os prolongamentos de horários em termos de ATLS e escolas básicas do 1º ciclo se tornassem depósitos; era cada vez mais tentar que as famílias acompanhassem a educação das crianças; era não permitir que algumas crianças da cidade não tivessem sequer uma refeição por dia e por isso foi alargado o número de refeições nas escolas; era ter alargado também o suporte informático a todas as crianças da cidade; era ter alargado a acção social escolar, era ter alargado os manuais escolares ao maior número de crianças carenciadas da cidade. -----

----- Havia muito que fazer, como era evidente, numa cidade como Lisboa, porque também fruto da situação económica como foi referido e toda a gente sabia, tiveram que privilegiar mais crianças na cidade. Não há que escamotear essa situação! -----

----- Quando começaram havia escolas novas, era verdade, mas também tinham muitas escolas degradadas, tiveram que lançar empreitadas para muitas delas, e este ano, sem o Orçamento aprovado, tem sido muito difícil iniciar algumas delas. -----

----- Sobre a qualidade das refeições, disse que elas estavam a ser acompanhadas pela Faculdade de Motricidade Humana, por nutricionistas e por um Departamento da Câmara que as analisava. As crianças realmente ofereciam resistência às terças e quintas-feiras que era quando as nutricionistas aconselhavam que tinham que comer peixe, mas era verdade que as refeições eram escrupulosamente estudadas. -----

----- Houve outras questões que foram colocadas, como a da Escola Abel Varzim que esperava bem pudesse abrir já em Setembro de 2005, e depois também questões que tinham a ver com os preços que eram praticados em termos dos ATLS, que a Câmara queria uniformizar porque entendia que não era justo uma associação de pais cobrar “X” pelo prolongamento dos tempos livres. A Câmara, através do Projecto RODA, praticamente não cobrava nada e as Juntas de Freguesia cobravam esse tal preço. Queriam uniformizar os preços também nessa matéria. -----

----- Portanto, o trabalho estava à vista, foi ali mostrado, e relativamente às questões mais pequeninas que foram colocadas teria muito gosto em fazer chegar a resposta até ao dia 10 de Maio. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que o que ia dizer era muito claro e serviria para desmascarar tudo aquilo que a Sra. Vereadora referiu. -----

----- A Sra. Vereadora disse que uma das apostas da Câmara era o prolongamento dos horários dos jardins-de-infância, pelo que a desafiava a dizer ali quantas crianças estavam em prolongamento de horários nos jardins-de-infância assegurados directamente pela Câmara Municipal de Lisboa. Era zero, desafiava a Sra. Vereadora a dizer o contrário para o desmentir. -----

----- **A Senhora Vereadora Helena Lopes da Costa**, em resposta ao pedido de esclarecimento, disse que o que tinha referido foi que quando chegaram à Câmara tinham 16 prolongamentos nas escolas do 1º ciclo do ensino básico e que neste momento tinham 56. De resto, como o Deputado Municipal Paulo Quaresma sabia, se houve alguém que se bateu por aqueles jardins-de-infância que na altura foram criados pelo PS e que francamente não serviam as crianças mais carenciadas de sítio nenhum do País, foi justamente o PSD porque todos sabiam que as pessoas que não tinham onde deixar as suas crianças tinham que recorrer aos jardins-de-infância que tivessem complemento de horário através das Juntas de Freguesia. -----

----- Portanto, quem implementou esses jardins-de-infância, que francamente não serviam ninguém, foi exactamente o PS, e neste momento a Câmara estava em conversações com a DREL no sentido de procurar conseguir um complemento de horário para os jardins-de-infância, tal como já conseguira fazer com as escolas do 1º

ciclo do ensino básico alargando de 16 para 56, porque entendiam que os jardins-de-infância da rede pública não serviam as famílias mais carenciadas, mas sim quem tinha alguém em casa que podia ir buscar as crianças à uma hora da tarde. -----

----- Por isso, era preciso um grande esforço! Através da DREL, das Juntas de Freguesia e das associações de pais, no sentido de se conseguir um complemento de horário nos jardins-de-infância da rede pública, porque eles, efectivamente, não serviam as crianças mais carenciadas não só da Cidade de Lisboa mas de parte nenhuma do País porque o horário não servia a ninguém. Mas agora que o PS estava no Governo e estava tão preocupado com o ensino do inglês para as crianças do 1º ciclo do ensino básico, esperava que também se preocupasse com o alargamento temporal nos jardins-de-infância que era uma das paixões na altura do Engº António Guterres. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que a Sra. Vereadora para explicar à Assembleia a ausência de obra física não realizada, um dos argumentos que utilizou, simpaticamente, foi que não aprovado o Orçamento de 2005 isso dificultava mais a execução, quando era evidente que todos sabiam, começando pela Sra. Vereadora, que essa era uma falta questão, era uma questão que dava jeito utilizar mas que não correspondia à realidade dos factos. -----

----- E, usando exactamente um dos argumentos da Sra. Vereadora, perguntava-lhe, utilizando aquele que é um instrumento da Câmara, se foi por essa razão que no ano passado a execução de 22% no Pelouro da Sra. Vereadora, no que respeitava ao equipamento escolar, se teria ficado a dever a ausência de Orçamento. -----

----- Perguntou depois à Sra. Vereadora se seria possível fazer distribuir à Assembleia Municipal aquilo que foi a apresentação que fez, que seria útil tanto mais que a própria Comissão não tinha conhecimento e seria importante que a Assembleia passasse a dispor desse instrumento de trabalho. -----

----- A segunda questão que colocava tinha a ver com a paixão da Sra. Vereadora pelos jardins-de-infância, que também era paixão do PS. Pelos vistos a Sra. Vereadora não concordava que ela fosse uma questão importante, seria certamente uma questão de *lapsus linguae*, era daí que advinha tudo o que era fundamental para a educação, e exactamente por isso era importante que a Sra. Vereadora fizesse chegar também à Assembleia Municipal uma listagem de todos os jardins-de-infância actualmente existentes na cidade, porque havendo a constatação daqueles que tinham e dos que não tinham prolongamento, parecia que seria útil que a Assembleia pudesse partilhar com a Sra. Vereadora dessas preocupações que certamente contribuiriam para melhorar. -----

----- Por fim, sobre a bondade da opção e preocupação com os jardins-de-infância, disse que lhe parecia que a Sra. Vereadora quando pretendia colocar uma farpa nas preocupações do PS, era manifestamente a necessidade que sentia de procurar que a reunião da Assembleia decorresse com maior vivacidade, porque, como a Sra. Vereadora bem sabia, não era essa uma das preocupações que estivesse em causa já que em relação aos jardins-de-infância estavam todos de acordo, por um lado quanto à

sua necessidade, por outro quanto à necessidade de aumentar a rede, e, por outro ainda, quanto ao prolongamento dos horários. Portanto, parecia-lhe manifestamente despropositada esta questão da Sra. Vereadora, assim como também a questão do inglês foi apenas a vontade da Sra. Vereadora para a luta política e nada mais. -----

----- **A Senhora Vereadora Helena Lopes da Costa**, em resposta ao pedido de esclarecimento, disse que o Deputado Municipal Dias Baptista se enganou nos números já que neste momento tinham 77,2% de execução, portanto havia aí um engano objectivo. -----

----- Em relação aos dados que ali foram por si avançados, disse que ia mandar distribuí-los por todos os Deputados Municipais. -----

----- Disse, depois, que as educadoras que trabalhavam nos jardins-de-infância da rede pública tinham apenas um horário laboral de cinco horas por dia, das 08 às 13 horas, e a Câmara não podia interferir no alargamento do horário dos jardins-de-infância da rede pública sem autorização da DREL e sem que as educadoras de infância manifestassem essa vontade à DREL. E era exactamente esse trabalho que estava a ser desenvolvido neste momento no sentido de poderem prolongar, através de associações de pais, de Juntas de Freguesia e instituições privadas de solidariedade social, esses horários. Mas isso precisava de uma autorização prévia da DREL. -----

----- Portanto, esperava que os Deputados Municipais do PS ajudassem agora, junto do Governo do PS, a ultrapassar estas questões com alguma agilidade. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, novamente no uso da palavra, disse que ficou claro que a Sra. Vereadora era muito hábil a baralhar números, e quem não estava por dentro da área da educação às vezes conseguia ser enganado. Mas quem estava por dentro da educação claramente percebia que era a Sra. Vereadora quem não percebia nada das questões da educação. -----

----- É que tinha colocado uma questão muito clara e a Sra. Vereadora mentiu à Assembleia quando disse que estavam a apostar nos prolongamentos dos jardins-de-infância e depois como sabia que não tinha uma única criança em prolongamento de jardins-de-infância vinha baralhar dados com o 1º ciclo. Isso era baralhar dados e fugir à verdade. -----

----- Portanto, ficou bem claro que não podiam confiar nos dados apresentados porque eles careciam de objectividade. De facto, a Cidade de Lisboa não tinha uma única criança a beneficiar de prolongamento nos jardins-de-infância apoiados pelo Município de Lisboa. Na sua freguesia orgulhava-se de ter 11 salas de jardins-de-infância com prolongamento, num total de 200 crianças, e isso era assegurado pelas Juntas de Freguesia. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa não tinha uma única criança a beneficiar de prolongamento, que isso ficasse bem claro. Mentiras ali ficavam mal! -----

----- Por outro lado, chocava-o, como professor, que a Sra. Vereadora agora dissesse que a responsabilidade de não haver prolongamentos nos jardins-de-infância era dos profissionais de educação, nomeadamente das educadoras, porque isso era

escandaloso. A sua Junta fazia prolongamentos nos jardins-de-infância, eram 11 salas com 220 crianças, e as educadores estavam com a Junta. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, disse que registou com muito interesse a resposta que a Sra. Vereadora lhe deu, sobretudo quando começou por desmentir o facto de ter citado documentos da Câmara Municipal, o que achava curioso porque disse que ele estava a ler mal um documento oficial. É que se efectivamente estava a ler mal a Sra. Vereadora teria documentos de que a Assembleia não dispunha, o que era uma coisa caricata. -----

----- Aliás, dava-se a importante circunstância de hoje terem para discutir também as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Actividades de 2004, e portanto era evidente que estando a fazer uma análise daquilo que era o Pelouro da Sra. Vereadora isso vinha exactamente a preceito. E o número que leu era exactamente o constante da errata do Relatório que, a páginas 333, dizia precisamente o seguinte: “Educação e Juventude – equipamentos escolares – taxa de execução 22%”. Agora a Sra. Vereadora dizia que era 76%, pelo que, se calhar, havia ali um erro, mas esse erro não era seu, era da Sra. Vereadora ao referir no mesmo documento, o Relatório do Plano de Actividades anual, haver uma taxa de execução de menos de 76%, ou seja, não executou mais de 76%. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra, disse que quando a Assembleia tinha oportunidade de discutir situações concretas, como era o caso da educação, era lógico que os conflitos surgiam porque efectivamente havia situações em relação às quais não era possível desmentir ou contrariar o que era dito. -----

----- No que dizia respeito a acções da Câmara na área da educação, disse que hoje gostaria de estar ali a valorizar esse trabalho, nomeadamente na parte que dizia respeito à sua freguesia, mas não o podia fazer porque a Câmara Municipal, não sabia por que motivo, aproveitara o período de acção escolar para intervir nas duas escolas da Freguesia do Beato. A escola n.º 138, por exemplo, foi completamente entaipada porque a Câmara decidira intervir em toda a escola isolando completamente as áreas de recreio para poder executar as obras. -----

----- Qual é a resposta em relação a isso? Segundo o empreiteiro, a Câmara Municipal de Lisboa impôs-lhe três meses para executar a obra, ou seja, Maio, Junho e Julho, que era precisamente um espaço de tempo em que a escola estava em funcionamento, e perguntava se acontecesse um acidente nessa escola de quem era a responsabilidade, porque era evidente que sendo crianças desde o jardim-de-infância até à quarta classe, numa vedação em chapa era sempre possível que houvesse acidentes. -----

----- Disse que a Junta teve oportunidade de referir à Câmara que considerava que as obras que estavam a ser efectuadas na escola 138 eram importantes. Já as tinham reclamado, mas era um facto que deveria ter sido escolhida a altura certa para a sua realização. A escola ficou três dias sem aulas – quarta, quinta e sexta-feira – porque se colocaram máquinas pesadas a fazer o levantamento do chão, rebentaram toda a canalização de água. Portanto as crianças ficaram sem escola nesses dias porque não



havia água, os pais, obviamente, tiveram que suportar esse problema, e tudo isso seria evitado se fossem feitas as obras no período de férias. -----

----- Ainda sobre a mesma escola, disse que o sistema de abastecimento de água teria que ser completamente novo, porque o que estava foi completamente destruído. -----

----- Portanto, esse problema das obras nas escolas deveria ser coordenado com as Juntas de Freguesia, porque, por exemplo, nesta escola mesmo nesta altura as obras poderiam ser feitas se fossem faseadas. A escola tinha duas áreas de ocupação dos tempos livres das crianças, e se se fizesse numa área primeiro e na outra depois a escola não teria os problemas que tem nem sequer teria havido falta de aulas. -----

----- Em relação à escola n.º 28, disse que estava a ser colocada a cobertura, questão que vinham reclamando há muito tempo e que consideravam importante, e essas obras estavam a decorrer sem implicar com o funcionamento da escola porque, ali sim, foram tomadas algumas medidas importantes para que assim acontecesse. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, disse que ao assistir ao debate deste ponto às vezes dava-lhe a impressão que estava numa Assembleia de Freguesia e não numa Assembleia Municipal, tal era o pormenor das questões que os Presidentes de Junta aproveitavam para ali dirigir à Vereação. -----

----- Mas não podia esquecer, como era óbvio que ninguém ali se esquecia, que os pelouros da educação e do desporto foram nos últimos anos, anteriores ao presente mandato, da responsabilidade do PCP. E dificilmente se esqueciam, porque tinham memória, que durante esse período, tirando naturalmente algumas coisas que tinham que ser sempre feitas, a maior parte da estratégia desses pelouros tinha muito de vertente política de utilização desses meios em termos de *show-off* político. E o Deputado Municipal João Pinheiro sabia disso, não estava nesse tempo na Assembleia Municipal de Lisboa mas naturalmente era já uma pessoa atenta e com certeza também já lho teriam dito. -----

----- Ou então, tudo aquilo que ali ouviram e que sabiam que existia, era irrealista, era virtual! Dizer-se que a actual Câmara não tinha uma estratégia para a educação, naturalmente o ensino básico na Cidade de Lisboa, quando foi ali referida a problemática da alimentação, foi referida a problemática do ensino da música, foi referida a problemática da educação física, foi ali referida toda a preocupação envolvente com os jovens mais pequenos, de facto dizer que isso não era uma estratégia levava-o a perguntar ao Deputado Municipal João Pinheiro o que pensava como estratégia para a educação, se porventura seria aquilo que era antes: a festa, o fungagá da bicharada e o *show-off* que todos sabiam que era a grande predominância nos pelouros do desporto e da educação. -----

----- Portanto, a discussão já ia longa, era triste ver ali esse tipo de insistências nesta forma de debate, mas entendia que aquilo que o Executivo municipal vinha fazendo na área da educação só deveria merecer o aplauso da Assembleia e o seu orgulho, porque, de facto, apesar de, como ali foi dito, dar a impressão que a taxa de execução do Pelouro foi baixa isso já foi explicado. O que era que interessava mais, a taxa de execução financeira ou aquilo a que chamariam a taxa de execução física? Era a obra real ou aquilo que foi pago? E as razões que levaram a este valor da taxa de execução

financeira foram amplamente explicadas em Sessão de Câmara como todos tiveram oportunidade de ler! Foi o próprio Vereador Fontão de Carvalho que o explicou! -----

----- Porque era que se estava a insistir agora, como foi o caso do Deputado Municipal Dias Baptista, que a taxa de execução financeira foi ridícula, quando se sabia que isso não correspondia à realidade, quando se sabia que o que interessava à cidade era a taxa de execução física, a obra que era executada, era a capacidade de realização que por razões de natureza financeira, orçamental, ou por dificuldades na venda de algum património não houve a capacidade de realização dos meios financeiros suficientes. ---

----- Disse, ainda, que quer o PS, quer o PCP, em 12 anos tiveram meios financeiros à fartazana, quer em termos de benefícios de fundos comunitários, quer em termos de empréstimos bancários, porque como era sabido circunstâncias houve em relação à questão do défice que obrigaram a que a Câmara de Lisboa, como outras, não se pudessem endividar da forma que a coligação de esquerda endividara a Câmara de Lisboa, e tudo isso, obviamente, justificava que houvesse uma taxa de execução financeira que não era comparável com aquilo que era realidade, isto é, a execução física. E aquilo que a oposição deveria procurar saber da Vereação era qual foi, de facto, a taxa de execução real! Foi ali explicado que era cerca de 80%, o que era uma grande diferença! -----

----- Por fim, disse que o PCP deveria olhar para si próprio antes de criticar da forma que criticava, porque a passagem do PCP pela cidade não foi nada agradável para os lisboetas. Por alguma razão os seus *compaguons de route* já estavam fartos deles. ----

----- **O Deputado Municipal João Pinheiro (PS)**, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, disse que a intervenção emocionada e empenhada do Deputado Municipal Victor Gonçalves, aliás em registo que os vinha habituando e que fazia parte deste mandato ficaria com certeza na memória de todos os que participavam nele, motivava-lhe, no entanto, duas questões simples relativamente à estratégia que considerada estar preenchida. -----

----- Porque era que nas apresentações da Sra. Vereadora e respectiva documentação não surgiam traços de algo mais ambicioso, como, por exemplo, a educação ambiental já no primário? A educação de cidadania? A interacção com as associações, as colectividades e a vivência da cidade? Isso também era estratégico, também permitia diferenciar e criar desde a base uma massa humana com capacidade de reflexão e capacidade de interacção com o meio que a rodeava. -----

----- Portanto, devolvia-lhe a questão! Por que era que essas matérias não vinham incluídas? Acharia que não eram relevantes? -----

----- Por outro lado, perguntava também porque era que não havia ao nível da gestão dos equipamentos e da gestão da reabilitação dos mesmos, um acompanhamento da evolução da cidade, em zonas onde se verificava um aumento da densidade populacional, por exemplo na Ameixoeira, no Lumiar e nas Galinheiras! Portanto, não havia um reflexo de investimento municipal em equipamentos de educação, e conseqüentemente onde se verificava um refluxo, ou seja nas zonas centrais e nos centros históricos da cidade, em que era preciso cativar de outras formas as

populações a fixarem-se nesses pontos, também não se verificava uma acção do Município nesse sentido. -----

----- E era nesses termos que devolvia as questões! Onde era que estava a orientação do Executivo municipal e o pensamento político do PSD sobre essas matérias? -----

----- Devolvo as questões e aguardo resposta, disse a terminar. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, em protesto, disse que com todo o respeito que tinha pelo Deputado Municipal Victor Gonçalves, tinha que lhe dizer que quando havia falta de argumentos entrava-se um pouco pela provocação. E foi isso que o Deputado Municipal Victor Gonçalves fez, foi voltar ao passado e acusar o PCP. Realmente o anticomunismo ainda estava muito arreigado a muitas pessoas! -----

----- Efectivamente, o Deputado Municipal Victor Gonçalves falou do PCP, teria também que falar do PS porque foi uma coligação, e na verdade o PCP esteve à frente dos pelouros da educação e do desporto e fez aí um belíssimo trabalho, nomeadamente no domínio do desporto, como era de todos conhecido. -----

----- Mas falava em *show-off!*? Um Deputado Municipal do PSD falar de *show-off!*? Realmente era a última coisa de que deveria falar porque era bem conhecido todo o trabalho desta coligação de direita! -----

----- A questão fundamental era que havia falta de obra, e efectivamente a Sra. Vereadora o que ali veio falar não foi de obra feita mas fundamentalmente de projectos. E, curiosamente, os Deputados Municipais do PSD praticamente não argumentaram. -----

----- Terminou dizendo que este foi um debate importante em que muitos dos seus camaradas e do PS colocaram questões interessantes e de forma construtiva, e isso é que era importante. Portanto, foi um belo debate e a Câmara deveria aprender e reformular toda a sua estratégia, porque realmente não tinha estratégia nesta área. -----

----- **O Deputado Municipal Luís Campos (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, no uso da palavra para defesa da honra, disse que não tinha o prazer de conhecer o Deputado Municipal Victor Gonçalves pessoalmente, mas depois daquilo que ele disse sentia-se profundamente ofendido como democrata deste País. -----

----- O órgão Assembleia Municipal era importante, mas as Assembleias de Freguesia eram tão importantes para o País como qualquer Junta de Freguesia, e o Deputado Municipal Victor Gonçalves não podia comparar alhos com bugalhos. -----

----- Quis o Deputado Municipal Victor Gonçalves dizer que a Sra. Vereadora teve uma taxa de realização importante, pessoalmente não sabia por onde a Sra. Vereadora passou, mas pela sua Junta de Freguesia nunca. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, em resposta às três figuras regimentais acabadas de utilizar, começou por dizer que não é nem nunca foi sua intenção ofender quem quer que fosse, pelo que se o Deputado Municipal Luís Campos se sentia ofendido só tinha que pedir desculpa porque não foi essa a sua intenção. -----

----- Nomeadamente não foi essa a sua intenção quando disse que havia ali matérias que foram discutidas que cabiam mais no âmbito de uma Assembleia de Freguesia do

que caberiam no âmbito de uma Assembleia Municipal. Isso não era desvalorizar a Assembleia de Freguesia, isso era considerar as competências relativas a cada um dos órgãos! Eram muito importantes as Assembleias de Freguesia, eram muito importantes as freguesias, era um trabalho profícuo que os Presidente de Junta e os respectivos corpos dirigentes têm desenvolvido ao nível da cidade, ninguém estava contra isso, pessoalmente seria a última pessoa a estar contra isso! Agora, não era discutir na Assembleia Municipal o pequeno pormenor que naturalmente teria cabimento numa discussão feita ao nível de um órgão da freguesia, onde toda agente que estava lá conhecia exactamente o que se passava, porque as pessoas de São Francisco Xavier naturalmente não conheciam a problemática fina daquilo que acontecia no Beato ou na Ameixoeira. Mas no Beato ou na Ameixoeira as pessoas que estavam nas respectivas Assembleias de Freguesia conheciam essa problemática e podiam discutir e perceber o que se estava a passar. -----

----- Portanto, foi com essa intenção ou não com outra. A si nunca o encontrariam a criticar ou a menosprezar qualquer órgão do poder local. -----

----- Passando à questão das estratégias, a que se referira o Deputado Municipal João Pinheiro, disse que ele que estava afastado dessa problemática da educação, que era mais velho e já passara pelas universidades há muito tempo. Que não tem ligado nada disso, não soubesse ou se tivesse esquecido, ainda era como o outro! Agora, o Deputado Municipal João Pinheiro, que era um jovem promissor, que iria ter, assim o esperava e já o disse antes, um futuro brilhante para seu bem, para bem do País e do seu partido que bem precisava, sabia perfeitamente que os currículos das escolas do ensino básico eram da responsabilidade do Ministério da Educação e não da Câmara. --

----- Mas, apesar disso, informou-o agora o Deputado Municipal António Prôa que no período em que foi Vereador do Pelouro dos Espaços Verdes e Ambiente houve uma acção junto de 67 escolas em relação à educação ambiental, que foi uma das falhas que o Deputado Municipal João Pinheiro apontou. -----

----- Portanto, era preciso que todos sentissem as suas responsabilidades e pusessem a mão na consciência. -----

----- E, disse a terminar, quando referiu que os 12 anos de gestão do Pelouro por parte do PCP eram para esquecer, eram mesmo para esquecer, sinceramente. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, novamente no uso da palavra, disse que o que a Câmara Municipal ali trouxe não foi mais que mostrar aquilo que recebeu, ou seja, obra feita pela coligação de esquerda que esteve na Câmara Municipal de Lisboa. A Câmara actual recebeu muitos estabelecimentos de ensino construídos de raiz durante a vigência da coligação anterior, mas perguntava à Sra. Vereadora qual foi o edifício escolar que foi construído no actual mandato. -----

----- De facto, o que a Sra. Vereadora mostrou foi aquilo que efectivamente recebeu, edifícios novos construídos pela anterior Vereação, embora neste mandato tivesse havido algumas intervenções feitas pela Câmara. -----

----- Por outro lado, a Sra. Vereadora não apresentou hoje, por exemplo, qualquer informação sobre a situação em que se encontrava o ginásio da escola n.º 183 e os

seus espaços exteriores, que a sua camarada Ana Páscoa Baptista se esqueceu de colocar. -----

----- Mas dizia o Deputado Municipal Victor Gonçalves em relação às questões hoje ali postas que elas poderiam ser discutidas nas Assembleias de Freguesia. E também eram! As Juntas e Assembleias de Freguesia, nas suas sessões públicas, discutiam os problemas locais, os problemas da educação, os problemas da situação em que se encontravam os estabelecimentos de ensino, por incapacidade da Câmara Municipal de Lisboa intervir em vários deles. -----

----- Tinham um protocolo com a Câmara para a limpeza geral anual e pequenas reparações. Sabiam porventura quanto recebia a Junta de Freguesia do Beato para quatro estabelecimentos de ensino – escolas n.ºs 138, 28, 20 e 123? Recebia 4.748 euros! De facto, se a Junta de Freguesia não intervisse nessas escolas estaria tudo a cair porque a Câmara não intervinha. Ainda hoje tiveram que fazer uma intervenção na escola n.º, 138 em termos de canalizações de esgotos e lavatórios, ou seja, nas instalações sanitárias. E era com a transferência destes valores para as Juntas de Freguesia que a Câmara queria fazer festa? De facto, quem fazia o trabalho eram as Juntas de Freguesia e não a Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- **O Senhor Presidente**, terminadas as intervenções, passou à leitura da recomendação subscrita pelo Deputado Municipal Paulo Quaresma, em nome do PCP, já transcrita nesta acta, após o que a submeteu à votação tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, e as abstenções do PSD, CDS-PP, PPM e do Deputado Municipal independente Rodrigo Gonçalves. -----

----- **PONTO 5 – REABILITAÇÃO URBANA NA CIDADE DE LISBOA.** -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, no uso da palavra, disse que o PSD pediu o agendamento deste ponto por considerar que se tratava de matéria importante a questão da reabilitação urbana, matéria essa que constava como uma das prioridades do programa eleitoral sufragado maioritariamente pela população de Lisboa, onde realmente havia uma aposta valorativa para uma nova imagem da Cidade de Lisboa. Isto é, a substituição da construção *ex-novo* por uma ideia de reabilitação do edificado para a Câmara era uma aposta, que por vezes elencada no passado mas nem sempre teve taxas de execução a um nível satisfatório. E daí a importância deste ponto que consideravam ter sido uma aposta política vencedora para a Cidade de Lisboa. -----

----- Era esta matéria que hoje queriam aprofundar com a apresentação da Câmara, matéria que também conjugada com algumas iniciativas que ali tiveram do ponto de vista institucional, como foi a criação das SRUs, constituía um desafio numa nova organização institucional de gestão em matéria da reabilitação urbana. Na altura do momento constitutivo dessas sociedades tiveram ali debates parciais, mas agora havia uma ligação no seu todo e essa estratégia importava conhecer por parte da Vereação. -

----- Com certeza que uma matéria destas, até pela escassez dos meios financeiros disponíveis, fossem eles quais fossem, por maioria de razão num ano como o corrente em que não tinham Orçamento, implicava parcerias em articulação com proprietários

e consequentemente com um choque de mentalidades que teria que existir. Isto é, a matéria da reabilitação prendia-se com uma nova filosofia política de acção para a cidade, foi isso que foi consagrado no programa eleitoral do PSD, implicava, naturalmente, uma articulação com os agentes económicos e também com uma simplificação de processos administrativos no seio da própria autarquia. -----

----- Implicava, portanto, uma modernização exterior junto dos agentes e cidadãos, e também interior a nível dos funcionários. -----

----- Foi este conjunto de questões que, em traços gerais, constituíram a razão de ser para o pedido de agendamento, pelo PSD, para um debate sobre a reabilitação urbana. -----

----- **O Senhor Presidente**, seguidamente, deu a palavra à Câmara para projectar o trabalho que tinha para apresentar, para que depois prosseguisse o debate. -----

----- **A Senhora Vereadora Eduarda Napoleão**, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

----- “Como é do vosso conhecimento, um dos grandes objectivos prioritários do actual executivo, em resultado do compromisso assumido no projecto eleitoral do Senhor Presidente Dr. Pedro Santana Lopes, é a reabilitação urbana e a requalificação dos núcleos de interesse histórico da Cidade. -----

----- Lisboa é uma cidade com história e procuramos ancorar nessa história um percurso de desenvolvimento, potenciando o cariz monumental do património edificado para o aliar, de forma coerente, ao comércio; à cultura; ao lazer e ao turismo, recursos indispensáveis à sua revitalização. -----

----- Apostámos numa nova cultura urbana o que implica uma visão global que opõe ao crescimento indiscriminado uma nova atenção sobre a cidade existente. -----

----- O novo regime jurídico do licenciamento, na mesma lógica, aliás, que decorria já do RGEU, exige aos proprietários que efectuem obras de conservação nos seus edifícios de oito em oito anos. -----

----- Procurando exigir o cumprimento deste elementar princípio, enunciado na legislação em vigor, foram iniciadas acções concertadas destinadas ao levantamento sistemático do real estado de conservação dos edifícios que apresentavam sinais visíveis de maior degradação. Um nível de degradação muitas vezes também assinalado pelos próprios inquilinos ou detectado pelos serviços camarários competentes. -----

----- Foi também realizado um levantamento em conjunto com as juntas de freguesia, em finais de 2002, que permitiu apurar um grande número de edifícios em mau estado de conservação. -----

----- Começámos, portanto, por um princípio metodológico: -----

----- Bem conhecer para melhor intervir. -----

----- E para melhor Intervir, ajustámos a estrutura municipal aos nossos objectivos. -----

----- Para facilitar as intervenções voluntárias dos particulares no seu edificado, reorganizámos os serviços municipais responsáveis pelo licenciamento e introduzimos um sistema informático – GESTURBE – que, além da adaptação à nova legislação vigente, que se impunha, possibilitou, simplificando, uma considerável redução dos prazos de licenciamento. -----

----- E assistimos, assim, com a operacionalização que levamos a cabo, dos serviços de gestão urbanística, a um crescimento exponencial do número de processos particulares de licenciamento de obras de reabilitação. -----

----- A forma como muitos proprietários têm aderido, naturalmente, a esta nova dinâmica, é para nós gratificante e encorajador. -----

----- Mas, obviamente, tal não exclui a necessidade de intervenção municipal em grande número de casos. -----

----- O incumprimento da legislação por parte dos proprietários dos imóveis, em situações de risco, insalubridade e perigo de derrocada, obriga a que o município, até por imperativos de segurança pública e salubridade, proceda à execução coerciva de obras de conservação, recorrendo à posse administrativa dos imóveis. -----

----- Desde o início de 2002, até à presente data, procedemos a 1022 intimações, das quais resultou a posse administrativa, por parte da Câmara, de cerca de 100 edifícios.--

----- Consideramos que este processo instrutório, decorreu de forma eficaz. Empenhamo-nos extraordinariamente nesta tarefa e as consequências são já visíveis. --

----- Muitas das intervenções particulares beneficiaram do acesso aos Programas, com comparticipação a fundo perdido, RECRIA / REHABITA / RECRIPH. Este executivo aprovou até à data 450 processos e concluiu obra em 240 edifícios. -----

----- As zonas históricas, onde as condições de degradação eram mais acentuadas, e a importância histórica e patrimonial do edificado impunha uma acção global e urgente, foram elaborados projectos e lançadas as empreitadas necessárias à execução de obras com vista à conservação / reabilitação do parque edificado. -----

----- Lançámos seis concursos públicos - dos quais três internacionais - para 6 Bairros em áreas históricas: Alfama, Bairro Alto/Bica, Madragoa, Mouraria, Rua de S. Bento e Baixa-Chiado, a que designámos mega-empreitadas. -----

----- Este modelo permite uma adequada e célere intervenção ao nível da consolidação estrutural, conservação e recuperação dos edifícios. -----

----- Estas mega-empreitadas traduziram-se num Investimento Camarário de cerca de 29 milhões de Euros, para executar obras em 124 edifícios ou fracções, 70 Municipais, 54 Particulares, num prazo de 700 dias. -----

----- Para a implementação de outras obras dispersas nos vários Bairros Históricos e em toda a Cidade, recorreu-se ao lançamento de empreitadas correntes, num total, até à data de 264 (103 Municipais e 161 Coercivas), correspondendo a um investimento global de cerca de 55 milhões de Euros. -----

----- Estamos a falar de um conjunto de 388 edifícios: 97 já reabilitados; 157 actualmente em obra; 38 em fase de iniciar obra e 96 em fase de concurso. -----

----- Com 21 edifícios actualmente em obra no Largo do Intendente, iniciou-se um processo de valorização do edificado nas suas componentes arquitectónicas e patrimoniais, recuperando-se os registos de Filipe Folque com um projecto específico de Espaço Público. -----

----- O Projecto Integrado do Chafariz de Dentro, foi criado em 1995 e pensado para ser executado em 3 anos. No entanto, só em 2002 é considerado o ano de início de obra deste projecto. Foram intervencionados 11 edifícios, pelos respectivos

proprietários, quer através de capitais próprios, quer por via da comparticipação de programas específicos. -----

----- Estão ainda em obra, da responsabilidade da CML 31 edifícios, prevendo-se, ainda este ano, lançar empreitadas em mais 7 edifícios, para completar a intervenção no total de 69. Estão envolvidas cerca de 200 famílias e 70 Unidades Comerciais. Este projecto corresponde a 8 milhões de euros investimento. -----

Relativamente à Unidade de Projecto do Castelo, neste período, foram objecto de empreitada 13 edifícios habitacionais, e foram ainda executadas as instalações sanitárias e o Centro de apoio. -----

----- Prevê-se lançar até ao fim do corrente ano 5 empreitadas no âmbito do URBCOM, mais uma relativa aos balneários e 10 relativas a edifícios, dando-se assim por concluída a intervenção no Castelo. -----

----- Também para a Madragoa e S. Paulo foi aprovada a Requalificação do Espaço público da Rua da Esperança e da Rua Santos o Velho. Trata-se de um investimento global na ordem dos 600 mil Euros. -----

É importante referir ainda que todos os edifícios municipais desta Unidade de Projecto estão a ser intervencionados, com um valor que ronda os 2 milhões e 300 mil euros. --

----- A Rua de S. Bento com 117 edifícios particulares e 32 Municipais tem cerca de 30% do edificado já intervencionado. -----

----- Importa salientar que a opção deste executivo por iniciar a reabilitação da Rua de S. Bento, que, percentualmente integra um maior número de prédios municipais, no conjunto de todas as outras áreas históricas, permitiu eliminar o estigma a que até então os edifícios municipais no seu conjunto estavam vetados. Dando este exemplo de intervenção visível e globalmente sustentada, mais facilmente a Câmara apela aos privados para aderirem à causa. -----

----- A Rua da Madalena na sequência da intervenção pioneira na Rua de S. Bento, onde, dos 61 edifícios existentes naquela artéria, 42 foram objecto de processos de intimação, encontrando-se concluídas obras em 12 edifícios. Estão a decorrer intervenções em 22. Destas 34 intervenções, 20 foram levadas a efeito pelos particulares, o que significa uma taxa de 58% de iniciativa privada, comprovando o efeito pedagógico e galvanizador da nossa intervenção. -----

----- No princípio da definição dos critérios base para a recuperação do edificado, elegemos Eixos Prioritários da Cidade, entre os quais destacamos: -----

----- Rua do Beato, Rua das Janelas Verdes, Rua Presidente Arriaga, Rua Alexandre Herculano, Rua de Belém, Praça do Campo Pequeno, Av. 24 de Julho, Av. da Liberdade, Rua de S. Paulo, Rua da Boavista, Rua da Misericórdia, Rua do Alecrim, Praça Luís de Camões. -----

----- Foi, assim, iniciado o levantamento geral de todos os edifícios que compõem esses eixos e seleccionados os que configuravam situações de Risco, por porem em causa a salubridade e a segurança de pessoas e bens. -----

----- Adequámos a actividade e o papel das Empresas Municipais aos nossos objectivos. -----



----- Com a EPUL preparámos 3 programas específicos: Lisboa a Cores, Repovoar Lisboa e Alfama- Quem Cuida Ama. -----

----- O primeiro programa prevê a recuperação integral de 80 edifícios, 400 fogos, para um investimento estimado de 42 milhões de Euros, destinados preferencialmente a jovens. -----

----- O programa Repovoar Lisboa, tem como objectivo a recuperação integral de 13 edifícios (140 apartamentos) com um investimento de 25 milhões de euros, também preferencialmente destinado a jovens. -----

----- Alfama – Quem Cuida Ama, prevê a recuperação de cerca de 80 fachadas (com uma área de aproximadamente 29.000 m2) num investimento da ordem dos 2 milhões e 500 mil Euros. -----

----- Como exemplo, posso referir o edifício da Alfândega já recuperado, num conjunto de 77 edifícios dos quais 33 estão concluídos e 12 em obra. -----

----- As três Sociedades de Reabilitação Urbana, vulgo SRUs, já aprovadas, constituem, nos termos da lei, estruturas ágeis preparadas para intervir em áreas específicas da Cidade (Baixa Pombalina; Alcântara/Ajuda e Zona Oriental). As SRUs revelam-se instrumentos privilegiados para a promoção de intervenções de reabilitação, ao estabelecer outras formas de relação entre os proprietários e a entidade pública licenciadora. -----

----- Introduzimos também benefícios fiscais à Reabilitação, que passam mesmo pela isenção de taxas municipais, quando está em causa a recuperação de edifícios com mais de 30 anos. -----

----- Recuperámos física, financeira e administrativamente o ora designado Fundo Remanescente de Reconstrução do Chiado. O montante total disponível do Fundo é de cerca de 45 milhões de Euros, prevendo-se que possa vir a mobilizar 100 milhões de Euros, que vão permitir reabilitar cerca de 200 prédios degradados numa zona emblemática da cidade. Actualmente foram recebidas 60 candidaturas, 33 das quais foram aprovadas e 25 edifícios estão em obra, ou já concluídos. -----

----- No Projecto Chiado com Côr, foram identificados 90 imóveis, tendo sido aprovadas 31 Candidaturas, e estando em obra ou concluídos 21 edifícios. -----

----- A reabilitação dos centros históricos é um trabalho que exige interdisciplinaridade. -----

----- Não defendemos uma cidade-museu estagnada no tempo, mas sim uma cidade culta e cosmopolita. Uma cidade onde a tradição coexista com as necessidades e exigências da vida moderna, numa estratégia de integração e desenvolvimento social, urbano e económico. -----

----- O que queremos sublinhar é a dinâmica que estamos empenhados em criar, a bem da recuperação e revalorização da cidade. Queremos disponibilizar condições para que mais fogos fiquem aptos a receber novos habitantes com mais qualidade. -----

----- Aproveito a oportunidade para informar que brevemente lançaremos um concurso destinado a colocar no arrendamento cerca de 38 fogos reabilitados, no Bairro Alto e Mouraria. -----

----- O condicionamento do trânsito em Alfama, Bairro Alto e Sta. Catarina tem vindo a permitir a conjugação da conservação do edificado com o desenvolvimento de projectos que promovam a valorização do espaço envolvente. -----

----- A reapropriação do espaço público enquanto local privilegiado de sociabilidades, onde se desenvolvem actividades culturais e lúdicas, tem contribuído para a fruição da cidade, enquanto território onde a memória se conjuga com a modernidade. Estão nestas circunstâncias os projectos em curso para o Alto do Longo e Alto de Sta. Catarina, assim como a reabilitação do Largo de S. Paulo e do Eixo do Elevador da Bica. -----

----- Os edifícios de cariz religioso bem como palácios, conjuntos arquitectónicos de interesse histórico, constituem um dos principais pólos de atracção, sobretudo do turismo cultural, pelo que consideramos incontornável a sua recuperação como factor de revitalização da cidade. -----

----- Como exemplo, podemos referir a consolidação estrutural do Palácio Pombal e a recuperação dos interiores da Igrejas dos Paulistas, do Menino de Deus e S. Nicolau, entre outras. Daí o interesse da actual gestão camarária, que aposta fortemente na reabilitação urbana, em intervir nestes núcleos artísticos espalhados por vários Bairros Históricos, estabelecendo parcerias com outras entidades públicas, como é o caso da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. -----

----- Foram intervencionadas 15 igrejas. -----

----- Uma medida adoptada recentemente e em fase de implementação, que, seguramente, terá um impacto significativo ao nível da reabilitação urbana de iniciativa particular é o Atendimento Técnico nas Juntas de Freguesia. -----

----- Trata-se do Atendimento, para acompanhamento local aos munícipes, dos processos de Licenciamento Urbanístico nas Juntas de Freguesia. -----

----- Tal como já referimos, no domínio do Licenciamento Urbanístico, Lisboa presta hoje melhor serviço, em resultado da simplificação de procedimentos, da modernização administrativa e integração de sistemas informáticos que tem sido implementada, possibilitando uma decisão adequada mais rápida dos processos. -----

----- Em 2004, deram entrada 8.357 pedidos de alvará de licença e foram emitidas 10.584 licenças, englobando licenças de utilização, arrendamento, construção e alterações. -----

----- Actualmente, em Lisboa, cerca de 60% dos pedidos de licenciamento de obras, dizem respeito a intervenções de reabilitação contra os 33% da média europeia e cerca de 5% da média nacional em 2001. -----

----- Em finais de 2002 foi realizado um primeiro levantamento, em conjunto com as Juntas de Freguesia ao estado de conservação do edificado de Lisboa, tendo-se registado cerca de 5.588 edifícios em mau estado, dos quais, até à data, foram recuperados 1.741 (31%). -----

----- Este resultado pode ser comprovado no nosso site, ponto “Renascer Lisboa”. -----

----- Todos os indicadores mencionados nesta minha intervenção só foram possíveis a partir dos dados extraídos de um Sistema de Monitorização Urbana, que teve por base o desenvolvimento de um roteiro de moradas, associado a códigos SIG, que também

este Executivo desenvolveu, num esforço de interacção entre o Planeamento, a Gestão e a Reabilitação Urbana. -----

----- Conservar e reabilitar Lisboa é o desafio com que nos temos debatido e sobre o qual temos trabalhado afincadamente em todas estas vertentes que acabámos de expor.

----- Dar continuidade à herança arquitectónica e urbanística, dando-lhe meios para uma conservação sustentável, é um objectivo que deveremos prosseguir, mas que, estamos conscientes, só será possível atingir com o empenho de todos. -----

----- Gostaria de lembrar e convidar todos os presentes a visitar a exposição que está patente na Rua Garrett, 72, designada “Conservação e Reabilitação Urbana – Uma nova Cultura de cidade”, aliás as intervenções e a obra estão à vista de todos vós. Basta percorrer Lisboa.” -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra leu o seguinte documento: -----

----- “Na década de noventa, a grande prioridade da coligação de esquerda na Câmara foi a habitação social na qual investiu mais de mil milhões de euros que permitiu acabar com a horrível chega de cerca de 20.000 barracas que envergonhava Lisboa e a tornava socialmente injusta. A partir de 2002, a sua prioridade, se tivesse ganho os eleições, seria a reabilitação urbana. Foi, também a prioridade da coligação de direita.

----- Mas, este Executivo, em vez de pôr mãos à obra, começou por lançar grandes campanhas de propaganda aos seus projectos, continuadas ao longo do seu mandato, que configuraram, por vezes, publicidade enganosa, desbaratando milhares de euros da Câmara. -----

----- O que aqui se passou hoje com a apresentação desta peça publicitária sobre a reabilitação urbana, é mais uma prova disso. Foi uma encenação preparada para enganar esta Assembleia e confundir, de forma despudorada, os lisboetas e a opinião pública. -----

----- Revela que a Câmara já entrou em campanha eleitoral e utiliza para isso o erário municipal. -----

----- Outro exemplo da utilização abusiva dos meios da Câmara para fazer propaganda demagógica do seu trabalho é o *site* “Renascer Lisboa”. -----

----- Em vez de uma informação rigorosa aos munícipes, quem o consultar depara-se com uma informação laudatória que nas palavras da Vereadora Eduarda Napoleão é uma “demonstração do sucesso do nosso esforço de reabilitação da cidade”. -----

----- Não é exacto, Senhora Vereadora! -----

----- Quem o consultar fica com uma ideia distorcida e enganadora do trabalho da Câmara na reabilitação urbana pela forma intencionalmente manipuladora como é apresentado. -----

----- Surge logo uma longa lista de edifícios que a Câmara diz que foram “reabilitados e em reabilitação”, esclarecendo que tal foi possível mercê e passo a citar “do esforço em conjunto entre o Município e particulares, constituindo uma parceria...” -----

----- Perguntamos: -----

----- Qual o “esforço” do Município e que tipo de “parceria” foi concretizada? Será que se trata apenas da totalidade dos licenciamentos de pequenas ou maiores obras de conservação realizadas nestes três anos na cidade? Se for isso é muito pouco. -----  
----- Nada se esclarece deixando passar a ideia na mensagem inserida no *site* “Lisboa está a renascer” de que foi graças ao trabalho desenvolvido pela Câmara. -----  
----- Não se refere que tipo de intervenção foi feita: quantos imóveis são de propriedade municipal; quantos resultaram de obras particulares; quantos são de obras coercivas e data de início e fase da obra; quantos recorreram aos programas de apoio e o montante do financiamento da Câmara. Fica sem se saber quantos projectos foram ainda da iniciativa do anterior Executivo. -----  
----- Senhor Presidente, Senhores Deputados -----  
----- Não é uma forma séria de informar os munícipes. Se a Câmara quer ser julgada pelo seu trabalho, a informação deve ser isenta e rigorosa. Mas o objectivo é outro: é fazer publicidade enganosa -----  
----- Na mesma linha se integra a Exposição “Conservação e Reabilitação Urbana, uma nova Cultura de Cidade”, patente no R. Garrett. Vale a pena analisá-la. -----  
----- Se for tirada do contexto político de hoje, a forma como o tema é tratado faz lembrar o estilo de António Ferro ao exaltar e fazer propaganda do Estado Novo e de Salazar. -----  
----- Sinceramente, tal como a Sra. Vereadora aqui fez, convido todos os Senhores Deputados a visitá-la, vê-la com objectividade e a ler as luxuosas brochuras que a acompanham. -----  
----- Não é uma exposição sobre o trabalho de reabilitação urbana realizado pela Câmara porque pouco haveria para mostrar. -----  
----- É uma exposição, fundamentalmente, sobre projectos e intenções mas apresentados subtilmente como se já estivessem feitos. -----  
----- Todas as obras estão bem identificadas: por freguesia, a fase em que se encontram e o encargo respectivo. Neste caso estão! -----  
----- Mas a verdade é que nos bairros históricos, de administração directa da Câmara, o número de projectos é apenas de 26, dos quais 18 são imóveis de propriedade municipal. -----  
----- E veja-se o grande trabalho da Câmara nestes três anos: - 10 ainda não saíram do fase de projecto; -----  
----- - outros 10 encontram-se em obra; -----  
----- - apenas 6 foram concluídos. -----  
----- Os números são esclarecedores e não precisam de comentários. Acrescento apenas que esta Exposição se irá manter até quase às eleições. Coincidência? -----  
----- Deste modo a Câmara, ao multiplicar-se em acções de propaganda nas quais anuncia fundamentalmente projectos a médio e longo prazo, visa tão somente camuflar a falta de obra realizada. -----  
----- Mas, voltando à Exposição atrás citada. -----

----- Na sua inauguração o Presidente de então, Carmona Rodrigues, disse que “mais importante do que as palavras falam os factos e as obras”. Vamos, pois, aos factos e às obras fazendo o balanço deste triénio. -----

----- Para isso, nada melhor do que analisar os Relatórios de Gestão e comparar as dotações do investimento com a obra concretizada. Embora a Câmara diga que a reabilitação urbana é a sua prioridade, o investimento feito desmente-a. A soma das verbas da dotação dos Planos de Actividades de 2002 a 2004 totaliza 1457 milhões de euros. Mas a soma das dotações atribuídas pela Câmara para a reabilitação urbana, nestes três anos, foi apenas de 115,5 milhões de euros e a execução ficou-se por 54,6 milhões. Ou seja: somente 4,7% da dotação dos Planos de Actividades foi aplicada em obras de reabilitação urbana. E o pior ano foi 2004, já que a taxa de execução do Plano de Actividades nesta área não excedeu 20% e a do Plano Plurianual ficou em 10%. -----

----- Os números falam por si e são inquestionáveis; para objectivo prioritário foi um desastre, espelhando o enorme desaire da Câmara face às suas próprias previsões. -----

----- Por isso, em 2004, muito poucas obras programadas foram efectivamente realizadas nos bairros históricos: na Mouraria e na Madragoa, do financiamento neles previsto de 4,5 milhões de euros, foram feitas obras no montante de 620 mil euros (16,8%). -----

----- Curiosamente, a maior taxa de execução alcançada pela Câmara na reabilitação urbana (76,6%) foi na rubrica acções de divulgação e dinamização social, cuja verba (374 mil euros) excedeu a gasta, quer na reabilitação do Bairro da Madragoa, quer na da Rua de 5. Bento. -----

----- Em obras coercivas a Câmara diz que lançou, em 2004, seis empreitadas nos bairros históricos, que envolveram 29 milhões de euros. Para quê? Não passarão do projecto, pois a Câmara não as pagou: em 2004, a dotação para esse fim era de 1,2 milhões de euros e apenas foram despendidos 108 mil euros. Em 2005 também não as pagará, já que a dotação é exígua. Quanto aos projectos de reabilitação no âmbito do RECRIA, REHABITA e RECRIPH, a Câmara informa que, entre 2002 e 2005, foram aprovados e comparticipados 441. Mas apenas metade destas obras foram concluídas. A este ritmo, de quantos mandatos precisaria a Câmara para a cidade ser reabilitada? -

----- Em três anos é muito pouco face à dimensão do problema e em número bem menor do que se verificou na anterior gestão PS/PCP que chegou a atingir num só ano mais de 300 processos. -----

----- E, por fim, a panaceia das sociedades de reabilitação, criadas três em Lisboa, como todos sabem, mas que ainda não passaram da fase de reabilitação, não tendo, por isso, reabilitado um único imóvel -----

----- Para além da sua acção directa a Câmara cometeu à EPUL a tarefa de conduzir três projectos no domínio da reabilitação urbana: “Lisboa a Cores”, “Repovoar Lisboa” e “Alfama Quem Cuida Ama. -----

----- O primeiro, “Lisboa a Corres” foi lançado em Novembro de 2002. Como já referi

hoje na apreciação da proposta 103/2005, pouco ou nada avançou. O Programa “Repovoar Lisboa”, em parceria com o sector privado, encontra-se, ainda praticamente na estaca zero. -----

----- O terceiro Projecto “Alfama Quem Cuida Ama”, destina-se à recuperação de umas centenas de fachadas e prevê o envolvimento de entidades públicas e privadas. --

----- Será, talvez o único, esse sim, a ser concretizado neste mandato, evidenciando o maior empenhamento deste Executivo com obras de exterior, que dão nas vistas, em detrimento de intervenções de fundo, que não se vêem e custam dinheiro, mas que essas sim resolvem os problemas. -----

----- Contudo, é incontestável que o número de obras de conservação em imóveis privados aumentou significativamente em Lisboa. -----

----- É um fenómeno muito positivo que se verificou recentemente mas com atraso no nosso País em relação aos outros. De facto, em Portugal, o investimento na reabilitação urbana tem sido baixíssimo – cerca de 6% – quando em Espanha atinge 24% e na Europa a média é de 35%. Um dos motivos para este novo interesse pela reabilitação urbana reside no facto de os proprietários de imóveis degradados e os promotores imobiliários terem decidido investir na reabilitação urbana porque passou a ser um negócio rentável devido a factores conjunturais que fazem com que na Bolsa de Valores Imobiliários o valor médio euros/m<sup>2</sup> de fogos usados em algumas zonas dos bairros históricos atinja preços superiores a outras zonas de Lisboa. -----

----- Este segmento tornou-se por isso apetecível para o sector privado que se lançou decisivamente neste mercado com a criação de fundos de investimento, como é o caso “Lisboa XXI” e “Santa Casa 2004”, que se propõem reabilitar centenas de edifícios em Lisboa. -----

----- A Câmara, ao prometer apostar forte na reabilitação urbana, sem ter conseguido concretizar este objectivo, acabou por transformá-lo no elo mais fraco da sua gestão, pondo em evidência o fracasso do seu mandato. -----

----- E o fracasso da Câmara começou por não ter definido uma estratégia adequada. Depois, por ter lançado os projectos tardiamente, a meio do mandato, muitos ainda não passaram da fase de arranque, impedindo a utilização do financiamento disponível para os concretizar. Daí as baixas taxas de execução. -----

----- Perante esta hecatombe a Câmara nem sequer pode desculpar-se com a falta de dinheiro porque, em três anos, ficaram por gastar 60,9 milhões de euros da dotação que orçamentou para a reabilitação urbana. -----

----- E a confirmá-lo o Senhor Presidente afirmou em 2004, e passo a citar, que “tendo em conta os recursos que dispunha tinha a certeza que iria ser capaz de cumprir aquilo a que se propusera”. -----

----- O resultado está à vista. -----

----- Terminando dizendo: -----

----- Esta coligação de direita, por mais publicidade que faça em *outdoors*, *sites*, exposições, etc., não conseguirá esconder o mau trabalho que fez. Por isso os lisboetas já de olhos bem abertos perante esta realidade não voltarão a deixar-se enganar nas próximas eleições, para bem deles e de Lisboa. E poderão contar com o PCP para os

ajudar a recuperar dos atrasos provocados por esta coligação de direita no desenvolvimento da cidade e na melhoria da qualidade de vida dos lisboetas.” -----

----- **O Deputado Municipal Borges de Carvalho (PSD)**, no uso da palavra, disse que a intervenção acabada de fazer não podia deixar de lhe lembrar uma frase que se dizia nos tempos do auge do anticlericalismo republicano, “que a gramática era uma invenção dos jesuítas para baralhar a cabeça do povo”. Realmente não lembrava outra coisa. -----

----- De facto, o orador anterior, com certeza e muito apreciava que o tivesse feito, preparara cuidadosamente a sua intervenção em casa. Preparou-a e fê-la na ali na Assembleia. Uma intervenção delirante, de outro mundo, e até premonitória, porque o quando escreveu a “coisinha” lá em casa já sabia que a Sra. Vereadora ia ali fazer propaganda para enganar o povo de forma despudorada e intencionalmente manipuladora. Ou seja, o Sr. Deputado Municipal do PCP, lá em casa, sem ter visto nada, já sabia que ia ser ali submetido a uma lavagem ao cérebro, do tipo soviético. Ele dizia que era do António Ferro, mas não era, porque disso sabia ele muito mais do que “nós”! -----

----- Portanto, pobres daqueles que ali estavam para serem manipulados pelo despudor desbragado da Sra. Vereadora! -----

----- Mas esqueceu-se de alguns pormenores! Por exemplo, ao fazer o elogio da erradicação das barracas – a que tirava o chapéu – esqueceu-se que foi o Governo do PSD que arranjou a “massa” para acabar com as barracas em Lisboa e noutros sítios. Foi o Eng<sup>o</sup> Ferreira do Amaral que arranjou dinheiro para isso, a Câmara executou e pessoalmente tirava o chapéu, mas também era preciso que tirassem o chapéu ao Eng<sup>o</sup> Ferreira do Amaral, se não ficava a coisa em meio, se não a coisa não seria honesta. ---

----- Aliás, o PCP, que tanto apelava à seriedade, até achava que os números da Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa não eram bons, não interessavam, e estes agora, da Sra. Vereadora Eduarda Napoleão, eram propaganda despudorada. Que vissem bem o critério dessa gente, que vissem bem onde chegava a cegueira puramente soviética e totalitária dessa gente, que vissem bem com quem estavam metidos, que vissem bem com quem o PS tem andado metido! -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra para defesa da honra, disse que quando o orador anterior subiu à tribuna pensava que iria contestar aquilo que ele ali tinha afirmado, com números e com argumentos. Mas não foi isso que se verificou! -----

----- Disse que na sua intervenção não pretendia ofender ninguém. Quando fez a referência às exposições, era porque entendia que de facto havia um paralelismo desta exposição com outras exposições, nomeadamente a do Mundo Português. -----

----- Por outro lado, quando o orador anterior dizia que ele já sabia que a Sra. Vereadora ia fazer esta apresentação, efectivamente já sabia, porque o que a Câmara tem feito nos três anos de mandato é *show-off*, e nesta apresentação aparecia exactamente esse *show-off*. -----

----- Portanto, pedia ao orador anterior que não o fendesse dizendo que o que ele fez e apresentara não era sério, porquanto procurara, objectivamente, apresentar os números

e depois contestar aqueles que constavam da exposição e dos documentos que lhes foram distribuídos, e esta, a seu ver, era uma atitude construtiva e uma atitude séria. --

----- **O Deputado Municipal Borges de Carvalho (PSD)**, no uso da palavra para dar explicações, referiu que quase não valia a pena dar explicações porque reafirmava tudo aquilo que disse, mas por uma questão de respeito para com o Sr. Deputado Municipal sempre diria alguma coisa para que o silêncio não fosse entendido como desconsideração. -----

----- Portanto, apenas pedia que tivesse em atenção o facto de ter chamado propaganda despidorada ao que a Sra. Vereadora ali apresentou e ter comparado com a propaganda do António Ferro, porque se isso não era uma ofensa já não estavam em democracia. -----

----- **O Deputado Municipal Manso Pinheiro (PEV)**, no uso da palavra, começou por dizer, aplaudindo, que esta era uma reunião da descoberta do *power-point* visto que tiveram já duas apresentações seguidas. Achava bem, embora tivessem depois dificuldade em acompanhar alguns desses números acabando por ser difícil limar todos esses dados. -----

----- No entanto, não percebera, e admitia que estivesse errado porque foi na voregem dos *slides*, o facto de ser referido que nas mega-empregadas e nas outras foram reabilitados 388 edifícios, e no fim era apresentado um saldo de recuperação de 1.741 edifícios reabilitados dos 5.588 edifícios em mau estado, conforme levantamento de 2002. Havia aí uma diferença muito significativa que desejava perceber com a ajuda da Sra. Vereadora. -----

----- No seu entender era sério discutir uma diferença que era importante sublinhar. No mandato anterior, de facto, a prioridade não foi dada à reabilitação urbana mas sim à erradicação dos bairros de barracas, e essa prioridade foi transversal. Ou seja, quando na Assembleia foram aprovados empréstimos o próprio PSD se identificou com essa medida até invocando inclusivamente que o Decreto-Lei que tinha enquadrado o PER tinha sido ainda uma medida do Governo de Cavaco Silva e do Eng<sup>o</sup> Ferreira do Amaral, ao tempo Ministro das Obras Públicas. -----

----- Portanto, não era correcto, na sua opinião, tratar como iguais determinadas matérias. Hoje estavam numa fase em que a cidade estava limpa de barracas e a reabilitação de bairros foi estruturante não só para a dignidade da vida das pessoas que viviam nesses, como também foi estruturante para que hoje um outro conjunto de projectos pudesse avançar. Por exemplo, não seria possível concretizar a Alta de Lisboa sem terem erradicado os bairros de barracas em cujas áreas a Alta de Lisboa estava a ser edificada. -----

----- Por isso, essa foi a prioridade do mandato anterior, que não foi só do Executivo mas da totalidade das forças políticas que estavam na Assembleia Municipal, mas aquilo que era uma prioridade do actual mandato, e que também era transversal porque uma das primeiras reuniões da Assembleia foi precisamente sobre reabilitação urbana, e então foi afirmado pelos vários partidos – e em campanha eleitoral constava dos vários programas – que a reabilitação urbana, ultrapassada que estava a prioridade



que consumira esforços muito significativos que foi a erradicação dos bairros de barracas, constituiria agora uma nova etapa nas prioridades municipais. -----

----- Portanto, comparar aquilo que era uma prioridade com aquilo que não era uma prioridade, não era exactamente correcto. -----

----- Por outro lado, também não era correcto dizer-se que o PER significava que a Administração Central dava o dinheiro e a Câmara só alojaria, porque isso não era verdade. Aliás, a Assembleia aprovou empréstimos muito significativos porque o que o Decreto-Lei do PER fazia era uma coisa diferente: a Administração Central era responsável pela solução das questões da habitação, do ponto de vista legal das suas competências, a Câmara Municipal era sócia colectivamente, no entanto a Administração Central participava em 50% e o resto era a Câmara que tinha que resolver. Portanto, de alguma forma a Administração Central ficava com as receitas, e depois, ao dar apenas 50% das verbas, delegava a área das suas competências e atribuía a responsabilidade à Câmara. -----

----- E sabiam bem o valor dos empréstimos que ali aprovaram nos mandatos anteriores para o cumprimento do PER! Por conseguinte, não era exactamente verdade que o projecto do PER fosse a Administração Central dar o dinheiro e a Câmara depois que o gerisse. -----

----- Tinha ainda outras insuficiências, na altura discutiram isso, designadamente uma visão municipalizada da erradicação de bairros de barracas, que era o problema da eliminação de barracas ter que ser resolvida dentro do mesmo concelho. Esse era um erro estrutural, deveria haver uma visão regional do problema, mas nunca o foi. Foi feita apenas uma intervenção municipal nessa matéria. -----

----- Em relação à reabilitação urbana, disse que havia duas preocupações que gostava de partilhar e de alguma forma suscitar comentários da Sra. Vereadora: uma delas a reabilitação do edificado e outra a intervenção urbana ao nível das infra-estruturas, dos equipamentos, da qualificação do espaço/vida, dos usos do solo, etc. -----

----- A intervenção da Sra. Vereadora, no essencial, foi dirigida para o edificado, e sobre essa matéria havia alguns problemas que eram preocupações. E quanto à intervenção urbana tinham também algumas preocupações que se situavam, por exemplo, nesta área: ainda antes das últimas eleições autárquicas, em discussões sobre reabilitação urbana, o Prof. Jorge Gaspar suscitava a questão de eventualmente a reabilitação urbana significar, necessariamente, a redução do número de fogos, porque muitos dos fogos existentes nessa área não apresentavam hoje condições de salubridade que permitissem a sua reabilitação e reocupação tal como existiam. Isto é, tinham áreas mínimas, quartos interiores, ausência de casas-de-banho, etc., portanto muitas das intervenções de reabilitação tinham que significar a fusão de dois ou três fogos na mesma área para criar condições de habitabilidade e de atracção. -----

----- Nessa matéria, portanto, ficava alguma dúvida quando falavam de um conjunto de fogos do que era que estavam a falar. Se foi feita uma reabilitação pura e simples de manutenção do que lá estava, ou se foi feita uma intervenção correctiva sobre o número de fogos, as áreas a edificar e as áreas a libertar até do uso habitacional, que também era admissível e que exigia alguma ponderação nessas matérias. -----

----- De outro ponto de vista, a separação das Unidades de Projecto das competências das infra-estruturas, era uma preocupação que de alguma forma se via acentuada neste *power-point*, porque a intervenção ao nível das infra-estruturas praticamente era ausente. Ou seja, como é que foi a renovação das redes de águas e de esgotos, como foram pensados os equipamentos em falta. A Assembleia, há já alguns anos, aprovara recomendações onde se demonstrava a preocupação com falta de áreas de espaços públicos libertos para o desanuviamiento em malha muito consolidada e apertada, e por exemplo remetiam para alguns equipamentos, que eram equipamentos militares, onde valia a pena fazer intervenções na perspectiva de rever o uso desses equipamentos. A Graça, por exemplo, tinha um quartel e faria sentido que se mantivesse ali esse quartel? Seria prioridade manter esse quartel no centro da cidade, ou faria mais sentido que se usasse aquele território para desanuviar as malha urbana, para fornecer à população da zona outros equipamentos em falta. -----

----- E a grande preocupação em relação à reabilitação urbana era que não viu nenhum plano de ordenamento do território para essas áreas. Por exemplo, para o Castelo, que era outra questão que colocava, o plano de intervenção teve por base um estudo, um levantamento e de alguma forma quase que um plano de ordenamento do território, que consubstanciara, previamente à intervenção, a prioridade, as ordens de intervenção e que não equacionou apenas o edificado mas sim outro conjunto de soluções. E aí a preocupação era se isso estava a ser feito, de que forma, como era que isso estava a ser pensado. E também que balanço foi feito em relação ao plano do Castelo, e que lições foram tiradas para o resto da intervenção na cidade. -----

----- Isto é, a experiência do Castelo demonstrava que no mandato anterior não se andara tanto a dormir como às vezes ali era invocado, era evidente que havia alguma falta de base nestas matérias, mas feitas estas experiências valia a pena que se evitassem já alguns erros do passado. -----

----- Portanto, que balanço em relação ao projecto do Castelo? -----

----- Ainda sobre a intervenção no edificado, lembrou que a Assembleia aprovou uma recomendação do PEV, em Março de 1995, que se dirigia principalmente às áreas dos bairros históricos, sobre a eliminação de barreiras arquitectónicas, sugerindo-se uma intervenção sistemática no sentido de se retirar postes de iluminação e de sinalização de trânsito em passeios com menos de um metro de largura, com a afixação no património edificado sempre que não houvesse património a defender, para libertar os passeios para a sua fruição. Essa intervenção foi feita? Tinha ideia que não até porque não houve nenhuma referência a isso na intervenção da Sra. Vereadora. -----

----- Disse, ainda, que tinha fortes dúvidas que a reabilitação urbana pudesse ser entendida como tem sido, na sua opinião erradamente, em termos de privilegiar o edificado. Mas também em relação à reabilitação do edificado tinha algumas dúvidas quanto às opções. No seguimento do Colóquio sobre a Cidade e a Água, o PEV apresentara uma recomendação, que também foi aprovada, sobre as canalizações de água em chumbo, na qual defendiam uma intervenção sistemática para substituir essas canalizações tendo em conta o seu efeito nefasto para a saúde. Tem havido essa preocupação nas reabilitações urbanas já feitas? -----

----- Ao pintarem, ao substituírem o telhado, estavam a criar algumas condições de habitabilidade que iam adiar uma intervenção estruturante nesse edificado, nomeadamente em termos de redimensionamento dos fogos e da substituição dessas redes arcaicas que eram um perigo para a saúde. Ou seja, ao limarem agora algum do aparente mal-estar iam adiar uma efectiva intervenção que não seria possível continuar a adiar. -----

----- Outra preocupação era a da resistência aos riscos sísmicos. Não podiam continuar a limpar fachadas, até a recuperar pondo uma nova base de cimento por cima, porque estavam a adiar uma intervenção numa área de grande risco que podia representar uma preocupação muito séria de consequências muito graves. -----

----- Portanto, ultrapassada a prioridade absolutamente estruturante como foi a da erradicação de barracas, até pelo que viabilizava da nova cidade que estavam a edificar, esta fase de considerar a reabilitação urbana numa prioridade, significava não a pintura e a recuperação de fachadas e nem mesmo a recuperação dos fogos, mas uma intervenção tão estruturante que levasse a que nas próximas décadas esta não voltasse a ter que ser uma prioridade. -----

----- Uma intervenção de limpeza de edificado, de melhoria e de correcção do edificado, poderia obrigar a que daqui a cinco ou dez anos voltassem a ter que fazer intervenções de fundo. E agora, no *power-point*, não foi apresentado nenhum dado sobre aquilo que foram intervenções de fundo no conjunto das intervenções feitas, que pudessem garantir que nos próximos oito a dez anos não tivessem que estar ali a intervir. -----

----- Aqueles que eram pais sabiam que os pediatras quando as crianças tinham febre procuravam sempre que não se lhes desse nada que pudesse encobrir os sintomas, mas que se limitassem a procurar reduzir a febre e esperar para se poder ver o que se passava, e aqui o problema era saber se estavam a combater a febre com medicamentos que encobriam a efectiva causa da doença. Esta era uma preocupação que julgava ser partilhada, que com certeza era também uma preocupação da Sra. Vereadora e por isso mesmo a punha à sua consideração. -----

----- Por outro lado, do ponto de vista orgânico, ficava também a dúvida do que iria acontecer às Unidades de Projecto com as criação das SRUs. Iam duplicar estruturas, as SRUs iriam ganhar todo o *know-how* e toda a competência e capacidade técnica existentes nas Unidades de Projecto, ou como iriam fazer? -----

----- Outra dúvida era em relação ao Fundo Imobiliário, que foi apresentado na campanha eleitoral como uma das prioridades para a intervenção na reabilitação urbana, ao nível do Túnel do Marquês e ao nível do Parque Mayer, mas que parecia ter desaparecido enquanto solução de intervenção nesse espaço. -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário**, que momentaneamente estava a substituir o Senhor Presidente, informou que foram apresentadas na Mesa, pelo Bloco de Esquerda, duas propostas de Resolução que já estavam a ser distribuídas, que seriam votadas no final do debate sobre este ponto. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, disse que este debate sobre a reabilitação urbana era um debate importante porquanto a matéria

era uma preocupação constante para todos, quer ao nível da Câmara, quer ao nível da Assembleia, quer também ao nível das Juntas de Freguesia na medida em que mexia com todos. -----

----- Uma cidade, como as pessoas, tinha a sua infância, crescia, envelhecia e começava a degradar-se. E naturalmente os edifícios, que são a sua memória, eram alvo dessa degradação porque o tempo é implacável e as coisas que eram modernas há 40, 50, 100 anos, passavam a ser obsoletas, para além possibilidade da sua degradação física e da sua ruína. -----

----- Portanto, era uma preocupação que cruzava todos e todos os mandatos. Esta preocupação de agora não era inferior àquela que existia há 10 ou 15 anos na medida em que nessa altura o parque habitacional estava já em franca e grande degradação. Nessa altura, sobre o parque habitacional da Câmara, que é o principal senhorio do País, todos diziam e apresentavam até fotografias do seu estado de degradação, do seu abandono, da sua ruína. Portanto, era um fenómeno que os atravessava ao longo dos tempos e que iria continuar. Daqui a dez anos as casas continuariam a degradar-se e, infelizmente, haveria outros prédios degradados e por isso mesmo outras necessidades de intervenção. -----

----- Por outro lado, a reabilitação urbana exigia, de facto, que não se olhasse apenas para o prédio, para a fachada, para o interior, para a remodelação interna! Reabilitar era resolver tudo aquilo que era a vivência em redor da habitação das pessoas, através dos espaços verdes, através dos equipamentos sociais, através de tudo que de alguma maneira pudesse dar mais-valia à vivência das pessoas. -----

----- Continuando, disse que a actual Vereação da Câmara Municipal de Lisboa tem demonstrado que a reabilitação urbana é a sua primeira preocupação. Todos viram nesta apresentação simples – e dizia ao Deputado Municipal Feliciano David que foi uma apresentação simples – algumas das coisas que têm sido feitas em relação à requalificação do parque edificado da cidade. E têm sido feitas com as dificuldades que todos conheciam dado as dificuldades financeiras porque atravessava o Município, até pela incapacidade de poder recorrer a empréstimos, portanto não era fácil. Ou seja, aquilo que eram de alguma forma vacas gordas há alguns anos, agora eram mesmo vacas magras e se calhar daqui para o futuro continuariam a ser magras, pelo que era necessário ter muita imaginação para levar por diante esta urgente e tão necessária tarefa. -----

----- Portanto, ainda bem que a Câmara tomara como sua primeira prioridade a reabilitação urbana. -----

----- Mas, como disse há pouco, esta necessidade não aconteceu agora ou há três anos atrás. Se de facto podiam louvar – e o PSD louvava – o grande movimento de reabilitação que se estava a desenvolver em Lisboa, que como também já foi ali dito não decorria só da acção da Câmara mas igualmente daquilo que a Câmara conseguira inocular nos privados para que também pudessem integrar um movimento geral no sentido de recuperar a cidade, porque havia realmente um sentido de repovoamento das zonas históricas, e esse repovoamento das zonas históricas, que trazia para o interior da cidade, para as suas zonas históricas, uma população mais jovem, mais

empreendedora, mais activa e mais aberta ao progresso e à novidade, seria também esse repovoamento uma revigoração para as respectivas freguesias, que todos sabiam que, nomeadamente no casco velho da cidade, estavam anquilosadas, com pessoas de muita idade e com pouca população. E isso também era um fenómeno de reabilitação!

----- Disse, depois, que se falou ali que era normal que este Executivo tivesse como preocupação a reabilitação urbana, na medida em que antes tiveram a preocupação de erradicar as barracas. Mas, na sua opinião, uma coisa não impedia a outra. De facto, todos sabiam que eram uma grande chaga para a cidade os grandes bairros de barracas que nela proliferavam ocupando grandes áreas. Isso foi ali muitas vezes dito, mas, felizmente, a conjugação da vontade política do Governo da altura com a vontade das Câmaras Municipais que aderiram ao PER, levava a que tivessem conseguido que de uma maneira geral, pelo menos em algumas Câmaras de Área Metropolitana de Lisboa, erradicar essa mancha. -----

----- Muitos falaram na altura, e se calhar continuariam a falar, que não bastava construir bairros PER, era preciso dar-lhes vivências, era preciso ocupá-los, era preciso dar-lhes estruturas de apoio e, se calhar, tudo o que se fizesse agora ainda era pouco porque, quer na área da habitação, quer na área da reabilitação, nunca a obra estaria concluída. Teriam sempre que fazer mais, teriam que sempre melhorar, teriam que sempre fazer algo. -----

----- Mas, para além daqueles que no Governo tiveram a clarividência de dar apoio através de acções legislativas e de apoio financeiro aos Municípios para a erradicação das barracas, era preciso louvar aqueles que na Câmara, no mandato anterior, tiveram essa responsabilidade na medida em que, com mais ou menos responsabilidades como todos sabiam, conseguiram ultrapassá-las e resolver muitos desses problemas em Lisboa. -----

----- E ainda há pouco disse ao Sr. Vereador Vasco Franco que ia falar nele, e falava porque felizmente para a Cidade de Lisboa esse Pelouro era da responsabilidade do Vereador Vasco Franco, homem conhecedor, interessado e empenhado, que realmente tomou em mãos esse combate e o levou a bom termo. Felizmente para a Câmara e para a cidade isso foi assim! -----

----- Aliás, se vissem o que foi feito na reabilitação urbana, cuja responsabilidade já era de outro, chegavam à conclusão que, felizmente, a habitação estava com o Vereador Vasco Franco, porque se a habitação não estivesse no Vereador Vasco Franco e se calhar estivesse no PCP, aconteceria o mesmo, ou parecido, que aconteceu à reabilitação urbana. É que, como começou por dizer, a reabilitação urbana não era uma coisa que tivesse começado hoje, não era uma necessidade de agora mas de há muitos anos, e há 12 anos era talvez mais premente que agora porque então os proprietários privados não tinham acções no sentido da recuperação, havia uma inércia muito grande da parte dos proprietários privados no sentido de resolverem o problema da reabilitação, por várias razões entre as quais a Lei das Rendas. -----

----- Mas agora, graças a Deus, esse fenómeno já estava a resolver-se, as pessoas já estavam a perceber que em vez de construir talvez fosse melhor recuperar, que isso tinha valias em termos económicos, que isso lhes criava riqueza, e por isso apareciam

os fundos imobiliários que tinham vindo a aparecer e as acções de privados que se juntavam com entidades bancárias no sentido de resolverem o problema. A reabilitação estava na moda, felizmente estava na moda e era isso que deveriam desejar, que estivesse na moda e apoiarem a Câmara em toda a sua acção por forma a que ela fosse a locomotiva que haveria levar a reabilitação até ao fim. Porque essa reabilitação só feita pela Câmara era impossível, não havia orçamento municipal que chagasse, nem Orçamento de Estado se calhar, para recuperar toda a habitação degradada em Lisboa e aquele que se ia degradando, e se não houvesse intervenção dos privados isso nunca aconteceria. -----

----- Portanto, pedia à Sra. Vereadora que continuasse, que servisse de exemplo a todos, nomeadamente através dos instrumentos que foram criados, à semelhança daquilo que foi o PER, porque agora o Governo do PSD criara as SRUs para que através desses instrumentos e de todos os outros que fosse possível, “Lisboa a Cores”, “SRUs”, “Século XXI”, a cidade fosse recuperada. Lisboa precisava e todo o esforço que se fizesse não era demais. -----

----- Felizmente, disse a concluir, o Pelouro da Habitação nos mandatos anteriores foi do PS. Era uma homenagem que lhes fazia. -----

----- **O Deputado Municipal Luís Campos (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, no uso da palavra, disse que antes de entrar naquilo que pretendia expor, iria fazer uma pequena observação relativamente àquilo que foi dito pelo Deputado Municipal Borges de Carvalho, do PSD. -----

----- Disse, então, que teve o prazer de ouvir hoje alguns discursos dos seus 36 anos, e iam já 32 que não ouvia tanta porcaria na Assembleia Municipal. De facto, quando se falava de limpeza e de lavagem ao cérebro, tinha que perguntar quem fazia a limpeza ou quem não lavara o cérebro. Estavam em democracia, podiam aceitar tudo, mas como comunistas teriam que repudiar, terminantemente, acusações muito graves como partido democrata que viveu clandestinamente para que Portugal fosse aquilo que era. -----

----- Seguidamente, entrando na intervenção propriamente dita, disse que quando se falava de “Lisboa a Cores” isso lembrava-lhe qualquer coisa de muito esquisito, como lavar-se a cara mas o resto do corpo não, era uma promiscuidade contínua. Via os prédios da sua freguesia em que se pintava, arranjavam-se umas janelitas e os desgraçados que lá moravam continuavam a viver na mesma podridão, porque terraços e tudo o mais eram um caos porque ninguém conseguia viver. -----

----- Disse que quando a Sra. Vereadora apresentara todos aqueles *slides* muito bonitos, como Presidente de Junta tinha que lhe perguntar se já tinha ido ao Pátio D. Fradique, um dos grandes acessos a uma zona histórica de Lisboa, concretamente o Castelo de São Jorge. Havia um projecto feito e aprovado, que já foi ao IPPAR, e que a Sra. da EGEAC, Dra. Maria Louro, agora boicotara. Mas não havia ligações entre a Câmara e as empresas municipais para resolver esses problemas? Se calhar, muito mais grave do que isso, era saber que muitos dos imóveis existentes na sua freguesia estavam degradados e a Câmara não pensava neles. -----

----- Por exemplo, para o Largo Rodrigo de Freitas foi apresentado um projecto no sentido de que um prédio passaria para a posse da EPUL para ser recuperado, mas passados três anos ele continuava lá emparedado. Essa era a imagem dos *slides* que a Sra. Vereadora apresentara? -----

----- Que Lisboa conhecia a Sra. Vereadora? Havia a parte histórica de Lisboa onde de certeza a Sra. Vereadora não foi, porque, se fosse, com toda a certeza o teria convidado. -----

----- **O Deputado Municipal Borges de Carvalho (PSD)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que o orador anterior teve a amabilidade de dizer que ele tinha proferido algumas porcarias na Assembleia, pelo que, nesse contexto, passava a referir mais algumas porcarias. -----

----- Disse que o orador anterior referiu que o seu discurso tinha 36 anos, e realmente não sabia a razão porque se referia a 1969, acrescentando também que o PCP era um partido democrata e que muito tinha lutado pela democracia. Mas, com o devido respeito pelos sacrifícios que tantos comunistas fizeram na sua luta contra o fascismo, tinha que dizer que nunca viu nenhum comunista lutar pela democracia mas sim por um outro regime que para si não tinha nada de democrata, o que, aliás, ficou amplamente provado nos anos quentes de 1974 e 1975. -----

----- Portanto, o pedido de esclarecimento que fazia era o seguinte: qual foi o apoio que o PCP deu às várias tentativas que houve para derrube do regime fascista, nomeadamente ao Assalto de Beja, ao Golpe da Sé e vários outros, e também se não era em relação a todas essas tentativas de derrube do fascismo que o Avante escrevia que se tratava de aventureirismo burguês e que as classes trabalhadoras não tinham condições objectivas para tomar o poder e por isso o Partido Comunista não apoiava. -

----- O único comunista que, segundo disse, entrara no golpe da chamada burguesia contra o fascismo, foi o na altura capitão Varela Gomes, contra a vontade do partido e que muito sofreu depois dentro do próprio partido até ser reabilitado. -----

----- Portanto, quando se falava de luta pela democracia precisavam de ter as balizas bem claras e saber muito claramente daquilo que estavam a falar. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra, começou por dizer que para o PCP era indigno o tipo de intervenções que algumas pessoas ali faziam, esquecendo-se que o PCP tinha 84 anos de vida, 84 anos de luta contra o fascismo durante os quais perdera algumas vidas, porque isso deveria merecer o respeito de todos. -----

----- Passando à matéria em debate, disse que pensavam que este ponto, que foi proposto pelo PSD, pudesse ter tido aquilo que se esperava na apresentação tendo em conta a importância que tinha a reabilitação urbana. Mas o que se viu foi abrir o caminho para que a Câmara pudesse fazer ali uma exposição de propaganda sobre essa matéria. -----

----- De facto, a Câmara apresentou alguns *slides* vistosos, algumas fachadas de prédios recuperadas, mas não disse que a reabilitação urbana que se fazia até à tomada de posse da actual Vereação era apenas nos bairros históricos. Ela hoje estendeu-se a

toda a cidade, inclusivamente às obras que os próprios proprietários executavam, e isso também servia para *slides* da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Disse que a Câmara não abriu a reabilitação urbana aos bairros municipais, porque se não teria feito a reabilitação urbana do Bairro da Quinta do Ourives, do Bairro da Salgada e outros bairros da cidade que eram sua pertença e estavam tão ou mais degradados que muitos outros prédios da cidade. -----

----- Por outro lado, em relação aos edifícios que recebeu construídos em termos de PER, nem sequer teve o cuidado de tomar medidas para que eles não se degradassem. Se a Sra. Vereadora fosse a algumas ruas da cidade, como, por exemplo, a Rua João Nascimento Costa e a Rua Carlos Botelho, veria que edifícios construídos ao abrigo do PER estavam quase tão degradados como os outros de construção anterior, o que provava que a empresa que a Câmara criara, ou que estruturara de uma forma diferente, para gerir o património municipal, não era mais que uma empresa excursionista para levar idosos de passeio a vários locais do País. Por isso, o PCP entendia que se a Câmara a integrasse a GEBALIS no plano de reabilitação urbana, deveria ter em atenção o acompanhamento que essa empresa fazia desses trabalhos. ---

----- Os edifícios municipais necessitavam de um acompanhamento para que não ficassem degradados. Existiam edifícios em bairros municipais onde mandaram emparedar as lojas para que eles não se degradassem, mas existindo tantas associações sócio-culturais que solicitavam a cedência de determinadas lojas para poderem exercer as suas actividades, mais valia que se entregassem essas mesmas lojas a essas associações. -----

----- Continuando, disse que o Deputado Municipal Victor Gonçalves fez um esforço enorme para valorizar a acção da Câmara em termos de reabilitação urbana, mas não havia dúvida que a Sra. Vereadora sabe, como ele também sabia, que existiam muitas habitações que eram contabilizadas em termos de reabilitação urbana mas cuja reabilitação não foi mais do que recuperar a fachada, porque os interiores não foram e nalguns edifícios nem sequer as traseiras reabilitadas. Ou seja, apenas foram reabilitadas as fachadas principais porque essas viam-se da rua. -----

----- Por isso, quando pretendiam apresentar à Assembleia a questão da reabilitação urbana, deveriam colocá-la com clareza indicando o número concreto de edifícios recuperados. Por exemplo, a Sra. Vereadora falou em 1.741 edifícios recuperados, pelo que lhe perguntava se na sua totalidade ou apenas na fachada, porque isso seria muito importante para que todos soubessem o que se fez realmente, porque mesmo só a recuperação das fachadas considerava importante que se fizesse. -----

----- De qualquer forma, seria importante que ali não vendessem gato por lebre, isto é, que os números fossem apresentados muito claramente. É que se uma qualquer pessoa chegasse a esta reunião da Assembleia, não conhecesse a cidade e visse os *slides* exibidos pela Câmara, diria: “que grande trabalho está a ser feito”. Mas o facto é que não era assim e a Sra. Vereadora sabia que não era. -----

----- Disse, ainda, que em termos de reabilitação urbana a Sra. Vereadora enviava vários editais para as Juntas de Freguesia afixarem em determinados edifícios a reabilitar. Na sua freguesia tem dezenas de editais afixados, neles se dizia que a



Câmara dava um prazo de 30 dias para que os senhorios respondessem, mas passavam 30 dias, 60, 90 ou 120 e o senhorio não respondia. O que era que acontecia a esses senhorios? É que era a Câmara que os intimava no sentido de executarem as obras, porque, caso não, passaria ela a executá-las coercivamente. Se a Sra. Vereadora quisesse poderia dar-lhe muitas fotografias que tinha consigo que atestavam isso mesmo. Aliás, a Sra. Vereadora na sua exposição referiu o eixo do Beato, e nesse eixo não foi feita nenhuma intervenção. -----

----- **O Deputado Municipal Cal Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que tinha ficado na dúvida quanto à questão da recuperação de fachadas, e por isso perguntava se a alusão a essa matéria dizia respeito ao Largo do Rossio e zonas limítrofes, porque isso não tinha a ver com a Sra. Vereadora Eduarda Napoleão já que foi feito no mandato anterior. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, em resposta ao pedido de esclarecimento, disse que o Deputado Municipal Cal Gonçalves sabia tão bem quanto ele que a questão da recuperação das fachadas do Rossio serviu também para que a Câmara actual pudesse mostrar no EURO-2004 uma praça recuperada e bonita às pessoas que vinham de fora. -----

----- Mas a questão não era essa, porque a população que vive na Praça do Rossio praticamente não é nenhuma. Mas também estavam contra isso, e consideravam que o Rossio deveria merecer a mesma atenção que qualquer outra área da cidade em termos de reabilitação. -----

----- No entanto não foi só no Rossio. Na Rua de São Bento, por exemplo, foram recuperadas fachadas de prédios e não foram recuperadas as traseiras! -----

----- Há pouco um Sr. Deputado Municipal disse que se fazia trabalho de casa, e isso era verdade. Todos sabiam que os eleitos do PCP preparavam os seus trabalhos com base concreta naquilo que viam, e quando os apresentavam ali era na perspectiva de procurar possibilitar um melhor conhecimento das matérias. Se os outros Deputados Municipais fizessem o mesmo de certeza absoluta não aplaudiriam os *slides* que foram mostrados, mas aplaudiriam se calhar outra coisa, até as suas próprias intervenções. -----

----- Exibindo fotografias foi apontando o que existia na sua freguesia, acrescentando que era bom que todos se preocupassem com esta matéria da reabilitação urbana e, se fosse caso disso, valorizar o trabalho que era feito pela Câmara em determinados locais, porque por muito que se fizesse era sempre necessário fazer mais. -----

----- **O Deputado Municipal Ferreira Pereira (PPM)**, no uso da palavra, disse a proposta de Resolução apresentada pelo BE, que solicitava a atenção de todos os partidos e que fosse pedida uma audiência ao Ministro do Ambiente, o PPM votá-la-ia favoravelmente com muito gosto, se fosse também introduzido um pedido de audiência ao Ministro das Finanças para promulgar o mais rapidamente possível uma Lei de Rendas que, por um lado, estivesse de acordo com o que se praticava na Europa, e, por outro, tivesse em conta o impacto que isso iria ter no mercado português pelo que era preciso ter certos cuidados. -----

----- É que o que se ia passar, a partir de 2006, no mercado habitacional em Portugal, seria uma coisa muito complicada já que ia haver uma Directiva da União Europeia que ia obrigar a que as entidades bancárias não emprestassem mais do que 70% do valor do imóvel, o que certamente traria grandes confusões. -----

----- Portanto, era preciso uma nova Lei de Rendas, mas considerava também – e esta era a razão da sua intervenção – que era fundamental, não dizia que fosse o único, mas era um instrumento fundamental na recuperação do património imobiliário. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, começou por referir que o PSD criara alguma expectativa ao BE, e a si pessoalmente, ao pedir o agendamento deste ponto na Ordem de Trabalhos. De facto, foi com a maior alegria que viu o PSD pedir o agendamento desse ponto já que ele tinha a ver com uma matéria que certamente todos os partidos com assento na Assembleia consideravam como o problema estratégico da cidade. O fio da meada se quisessem, o primeiro dos primeiros de todos os problemas, que era a recuperação e a reabilitação da cidade. -----

----- Só que quando se propunha e se fazia um debate era porque se pretendia que se tomassem deliberações sobre propostas com vista às necessárias transformações que esse debate apontava. E por isso, estando-se num debate proposto e apresentado pelo PSD, não entendia que o PSD não apresentasse uma proposta sobre o que havia a fazer. -----

----- Pretendia-se mobilizar a Assembleia Municipal para recuperar a cidade? Pretendia-se ganhar a Assembleia Municipal para a necessidade da tarefa das tarefas que era a recuperação da cidade que todos os partidos tinham como primeiro ponto? É que se não havia nenhuma proposta, se ninguém, nomeadamente quem agendou o ponto, não apresentava nenhuma proposta, pedia imensa desculpa mas só podia concluir que este ponto foi agendado, independentemente da qualidade do *power-point* que viram, para que fosse possível fazer ali uma apresentação daquilo que a Câmara fez, e não para partirem dali todos unidos a dizer que havia problemas sérios na cidade, que estavam todos empenhados em resolvê-los, havia propostas para o fazer e queriam empenhar a Assembleia Municipal nisso. -----

----- De facto, se não havia proposta nenhuma a conclusão que tirava era que este ponto foi agendado apenas para a Sra. Vereadora fazer o seu discurso. Era a única leitura que conseguia fazer e sentia-se defraudado perante a expectativa criada com o agendamento deste ponto. -----

----- Passando à matéria em debate, disse que ao ouvir a Sra. Vereadora – um dia num debate na televisão foi acusado disso, e injustamente – lembrou-se dessa acusação que lhe fizeram por brincadeira. A Sra. Vereadora com certeza levaria também isso na brincadeira com certeza, mas era verdade que nesse tal debate na televisão quando defendia algumas coisas disseram-lhe que parecia a “Alice no país das maravilhas”, e agora diria que a Sra. Vereadora parecia a “Vereadora Napoleão na cidade das maravilhas”. É que estava quase tudo recuperado! Grande parte estava feito! O que não estava feito estava a caminho, estava tudo a andar! -----

----- Era muito bom que fosse assim, mas a realidade era bem diferente! A realidade era que – insistia nos dados oficiais da Câmara – continuava a crescer na Cidade de

Lisboa o número de fogos devolutos. Aquando do debate do PDM, no tempo do Dr. Jorge Sampaio, a cidade tinha 30.000 fogos devolutos, em Dezembro de 2003, no início da discussão da revisão do PDM, os dados da Câmara falavam em 75.000 fogos devolutos, e a pergunta que agora se colocava era quantos desses fogos devolutos a Câmara recuperou, colocou no mercado e entregou a jovens. A esta pergunta, que já várias vezes colocaram, ainda não tiveram resposta. -----

----- Disse que já deu ali vários exemplos, e passava a repeti-los até à exaustão. Se a Assembleia quisesse ir passear pelas Avenidas Novas, dava-lhe o exemplo da Av. Duque D'Ávila n.ºs 65, 67 e 69 e uma vivenda completamente fechada em frente do n.º 63 dessa mesma avenida, tudo em frente da antiga Carris. Pessoalmente interviera junto da Câmara, estava o Dr. João Soares no hospital na África do Sul, portanto já há bastante tempo, esse prédio tinha as suas marquises interditas pelos bombeiros pelo que os moradores não as podiam usufruir, os moradores fizeram uma exposição à Câmara, falou com os sucessivos Vereadores que lhe foram respondendo com o melhor das intenções, porque não estavam a discutir as pessoas mas as políticas e as leis do País, que várias vezes lhe foram respondendo que intimaram os senhorios. -----

----- Quantas vezes se lembrava da sua mãe lhe dizer de ter ido visitar o falecido Presidente da Junta de Freguesia de Arroios, e sempre ele dizia que tinha mandado um ofício para a Câmara para intimar o senhorio, e o senhorio era intimado. Naturalmente que o senhorio intimado respondia à intimação dentro do prazo e dizia que a partir desse momento iria fazer uma consulta ao mercado para ver o que era possível, e passavam-se um, dois, três, quatro meses. Mais uma vez os moradores diziam que não havia nada feito e a Câmara novamente intimava o senhorio, o senhorio respondia que tinha nesse momento quatro empreiteiros que apresentaram orçamento para fazer as obras. Estavam ali Presidentes de Junta, até do PSD, que sabiam isso tão bem ou melhor que ele até pela sua prática concreta, depois escolhiam o empreiteiro, “n” vezes informavam a Câmara que foi escolhido o empreiteiro e adjudicada a obra, mas passavam-se um, dois, três, quatro, cinco meses e não havia obra, e no fim diziam que o empreiteiro que escolheram acabou de falir. Portanto voltava tudo ao princípio: nova intimação, novo concurso, nova escolha de empreiteiro! -----

----- Aliás, nesse sítio, não sendo mais possível ameaçar que a Câmara ia intervir, chegou-se ao ponto do senhorio ter dito que sim senhor iam fazer, reconstruíram as marquises e até pintaram as fachadas dos prédios n.ºs 65, 67 e 69 da Av. Duque D'Ávila. Só que como não intervieram globalmente nos prédios, eles agora tinham rachas onde cabia uma mão entre as novas marquises feitas em ferro novo e o edificado antigo que não foi sequer mexido. Mas, mais do que isso, os telhados estavam na mesma, e como se isso não bastasse havia casas dessas onde os empreiteiros não foram à falência, ou não acabaram as obras porque o senhorio não lhe pagara, sabia-se lá bem agora o que se teria passado. Mas era um facto que quem passasse por lá repararia que esses prédios nem sequer janelas de madeira ou de vidro tinham porque os empreiteiros nem sequer isso acabaram. -----

----- Bom, estava a falar apenas de algumas casas, porque se os Deputados Municipais quisessem atravessar a Av. D. Estefânia e ver as traseiras dos prédio dessa avenida, ou

as traseiras dos prédios da Rua Pascoal de Melo, veriam a quantidade de marquises, em madeira antiga, que estavam em completa derrocada. E estavam a falar das Av. Novas, não estavam a falar da Baixa, de Alfama ou do Bairro Alto! -----

----- Portanto, podiam ali fazer de conta que esta era a cidade das maravilhas, mas a realidade era que estavam a tapar o sol com uma peneira! Lisboa não tinha recuperação há várias dezenas de anos num projecto global a sério! -----

----- Lembrou que o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Prof. Carmona Rodrigues, disse uma vez, num debate havido na Assembleia Municipal, que pelo menos pintar as fachadas dos prédios era importante porque isso evitava infiltrações de água. Era evidente que não estavam contra que se pintasse as fachadas dos prédios, era o que faltava! Mas o problema não era esse, o problema era que daqui a dez ou quinze anos teriam maiores problemas com derrocadas de prédios. Estava a falar das Avenidas Novas, nem sequer estava a falar da Ajuda, da Penha de França ou outros sítios mais antigos da Cidade de Lisboa! E esta é que era a realidade concreta que tinham. -----

----- E depois viam na publicidade que havia mil prédios recuperados! Sinceramente, não era possível! -----

----- Por tudo isso, o BE entendia que eram precisas medidas extraordinárias para um problema extraordinário! Não dava mais tentar tapar o sol com uma peneira, e por isso o BE apresentou duas propostas de Resolução que tinham a ver, a primeira com o facto de serem precisos meios financeiros extraordinários para resolver esses problemas em Lisboa, e não só, e por isso teria que haver um diploma legal da Assembleia da República ou do Governo, porque, seguramente, este problema que existia em Lisboa existia também nas cidades mais antigas do País, como o Porto, Coimbra, etc. -----

----- Era preciso que houvesse coragem para tomar a decisão que foi tomada, não tinha problema nenhum em o dizer, no Governo do Professor Cavaco Silva quando se decidiu que eram precisos fundos financeiros especiais para acabar com as barracas. --

----- Em segundo lugar, eram também precisas medidas especiais para a Câmara dizer ao senhorio que tinha um ou dois meses para começar a obra e “x” tempo para acabar, e ou acabava ou a Câmara tomava conta. Ponto final! A seguir que fosse para tribunal pedir as indemnizações! Porque se a Câmara a seguir pegasse nas casas que reabilitara e as colocasse no mercado, de certeza recuperava, de longe, o dinheiro que investira, mesmo a preços baixos para a juventude. -----

----- Mais, se falavam de 75.000 fogos e tinham um segundo problema estratégico, ligado com este primeiro, que era o envelhecimento da cidade, bastava fazer as contas para se ver o que seria conseguirem colocar no mercado esses fogos dentro de cinco ou dez anos. É que se não iniciassem isso agora daqui a vinte anos se calhar não teriam 75.000 fogos devolutos mas 100.000 ou 120.000. -----

----- Portanto, eram precisas duas coisas: meios financeiros especiais e meios legais especiais. -----

----- Mas veio o argumento que agora se criaram umas coisas especiais para resolver isso, que eram as SRUs. As SRUs eram limitadas a três sítios, o BE teve muita cautela

na aprovação dessas sociedades e por isso se abstiveram na votação para a sua criação. Aliás, estava bem claro para que serviam as SRUs. -----  
----- Dava o exemplo do único relatório que receberam de uma SRU, concretamente a da zona ocidental de Lisboa. O Conselho de Administração tomou posse em Agosto, arranjava uma sede, etc., e de Agosto até agora, sem ter feito nada, esse Conselho de Administração conseguira já gastar 162.000 euros, dos quais 117.016 em pessoal, ou seja, conseguira gastar cerca de 30.000 euros por mês em média! Já estava entendido para o que serviam as SRUs ou não?! E quem era a SRU da zona ocidental? Três membros do Conselho de Administração, provavelmente três motoristas, não sabia mas provavelmente três secretárias, e se calhar um fotógrafo para andar a fotografar, porque de resto não fez nada senão adjudicar um fornecimento de serviços externos, a empresas externas, por 38.000 euros, estudos. Ou seja, nem sequer para o Conselho de Administração soube estudar, teve que entregar para estudar fora. -----  
----- Portanto, ficava claro que as SRUs, assim como a maioria das empresas municipais, serviam neste momento apenas para gastar, gastar, gastar! Porque em relação a esta SRU da zona ocidental isso era clarinho: donde é que lhe vinham as receitas? 100% do capital pertencia à Câmara Municipal de Lisboa, que era a única accionista, portanto as receitas da sociedade iam da Câmara! Então a Câmara Municipal de Lisboa ia pôr dinheiro numa coisa para criar um conselho de administração que recebia por mês, em média, 30.000 euros? Para fazer o quê? -----  
----- Mas o BE, como ele próprio, estavam escandalizados com o que se passou com a SRU da zona oriental, e isso não tinha nada a ver com as pessoas porque todas as pessoas para o BE eram estimáveis. No mínimo aprenderam em política que à mulher de César nas bastava sê-lo, era preciso também parecê-lo, e terem uma pessoa, seguramente da maior dignidade e que respeitava, chefe do Gabinete do Presidente da Câmara mas que a certa altura, por divergências, saíra desse cargo e passou para membro do Conselho de Administração da EPUL, e passados dois ou três meses o Presidente do Conselho de Administração da EPUL demitiu-se porque entrara em contradição com o Presidente da Câmara, foi dito que aí não houve indemnizações embora pessoas da EPUL lhe tivessem dito que houve e por isso gostava de ver as contas para ver se houve indemnizações ou não, mas o facto era que essa pessoa que começara como chefe de Gabinete do Presidente da Câmara, a seguir passou para membro do Conselho de Administração da EPUL aparecia agora como Presidente do Conselho de Administração da SRU da zona oriental! -----  
----- Isto é tudo lógico, não é? Já entenderam para o que serviam as SRUs? O que é que foi feito de análise e de investimento para a recuperação da Cidade de Lisboa? ----  
----- Pedia muita desculpa mas isto era um escândalo! Não tinha outras palavras para classificar senão dizer que era um escândalo porque isto servia apenas para se criarem cargos! Se assim não era que dissessem o que a SRU da zona ocidental, que era exclusivamente de capital municipal, podia fazer a mais que os serviços da Câmara, cerca de 11.000 trabalhadores entre os quais arquitectos, engenheiros, psicólogos, sociólogos, etc., etc. -----

----- O que podia fazer a mais? Quais eram os instrumentos que tinha a mais? Para que é que servia? -----

----- No entender do BE era preciso tomar medidas decididas e não aspirinas para tratar de uma dor de cabeça. Com aspirinas iam pintando umas fachadas, tratavam de uma dor de cabeça mas a infecção continuava, ou seja, os prédios continuavam em degradação. -----

----- E para dar à cidade um sinal claro sobre isso, o BE apresentou uma segunda proposta de Resolução, proposta essa que já ali foi assumida por alguns Deputados Municipais do PSD, nomeadamente pelo seu líder, quer pelo próprio Presidente da Câmara que numa determinada altura disse que não havia mais construção nova. -----

----- E quando o BE escrevia na proposta para não haver novas construções, tinha em conta que havia cooperativas de habitação que tinham projectos em curso ou a Alta de Lisboa que estava em construção, portanto só estavam a falar de coisas novas não estavam a falar do que estava em curso. Isto é, dar uma moratória concreta para dizer que não havia mais construção nova porque era preciso recuperar a cidade. -----

----- Sobre a Lei das Rendas, matéria a que se referira o Deputado Municipal Ferreira Pereira, disse que o BE estava de acordo que era preciso alterar a Lei das Rendas. O BE apresentou na Assembleia da República um projecto para alteração dessa Lei, mas o que era preciso saber era se se conseguia aprovar uma Lei que conseguisse, com o passado histórico que nessa matéria provocava enormes contradições, resolver a contradição entre os senhorios e os inquilinos, não pondo em causa a segurança da vida de quem vivia nessas casas, porque a proposta apresentada pelo PSD essa punha em causa a segurança da vida das pessoas, já que punha completamente na mão dos senhorios a vida dos inquilinos. Com essa proposta não estavam de acordo, mas que era preciso rever a Lei das Rendas com isso já concordavam e iriam voltar a apresentar na Assembleia da República um projecto para o efeito, porque era fundamental para conseguir resolver o problema do mercado. -----

----- Sem haver uma intervenção decidida em dois pontos: meios económicos sérios e capacidade legal para a Câmara intervir, ninguém conseguia fazer nada. Sem isso iriam continuar a fazer muita publicidade, podiam continuar a agendar a matéria em pontos da Ordem de Trabalhos, mas, lamentavelmente, a Cidade de Lisboa continuaria a não ser recuperada. -----

----- Por isso, apresentaram as duas propostas de Resolução. -----

----- **O Deputado Municipal Ferreira Pereira (PPM)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, recordou que tinha perguntado se aceitavam meter na proposta uma solicitação de audiência ao Ministro das Finanças para falar na necessidade de uma nova Lei de Rendas. Não disse que queria a anterior, não disse que queria determinada Lei, mas sim que era necessário uma nova Lei das Rendas para se saber o que era preciso, a até falara na necessidade de anular impactos negativos na vida social portuguesa. -----

----- Portanto, a pergunta mantinha-se! -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)** respondeu que pensava ter sido claro. Da parte do BE não havia nada em contrário porque tinham um projecto sobre a

Lei das Rendas que apresentaram na Assembleia da República e que iam voltar a apresentar. -----

----- Portanto, não tinham nada contra, o que não queriam era estar ali a marcar umas quantas reuniões com uns quantos Ministros. Mas se os Deputados Municipais estavam na disposição de votar assim, então que se pusesse na proposta que o BE não via nisso problema nenhum. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, disse que o agendamento deste debate parecia ao PS que se estava a revelar, infelizmente para a cidade, numa oportunidade perdida. Todos viram, com bastante expectativa, a proposta do PSD, em Conferência de Líderes, para o agendamento deste ponto, todos se questionaram sobre se, eventualmente, o PSD pretendia com esse agendamento fazer uma discussão sobre os problemas que afectavam a Cidade de Lisboa sobre esta problemática, e ela era, manifestamente, das matérias mais importantes da cidade, sobretudo no que respeitava à qualidade de vida dos cidadãos, mas rapidamente perceberam hoje, pela intervenção do líder do PSD, Deputado Municipal Pedro Portugal, que o agendamento mais não tinha sido que o intuito, perfeitamente correcto, de proporcionar à Sra. Vereadora Eduarda Napoleão que viesse à Assembleia Municipal fazer uma apresentação daquilo que, aparentemente, o PSD considerava a sua coroa de glória neste mandato. -----

----- Mas passando à análise dessa coroa de glória da Sra. Vereadora Eduarda Napoleão, e também do Sr. Presidente Dr. Pedro Santana Lopes e do Sr. Vice-Presidente Prof. Carmona Rodrigues, a primeira questão era que, como também já foi dito e redito por quase todas as bancadas, estavam em presença, de novo e uma vez mais, de duas visões sobre a cidade. A Sra. Vereadora apresentara-lhes ali uma visão idílica, uma visão no sentido de que sobre a reabilitação urbana tudo rolava sobre esferas, uma visão de que, finalmente, nessa matéria a Câmara estava hoje a realizar uma obra extraordinária. Só que, infelizmente para a Cidade de Lisboa, mas sobretudo infelizmente para os cidadãos da cidade, essa não era a realidade que podiam constatar. -----

----- E porque o PS tem sempre dito e iria continuar a dizer que o que era verdade tinha que ser dito ali, numa primeira nota referia, com toda a frontalidade, que, obviamente, entendiam que sobre a reabilitação urbana a Câmara Municipal tem feito obra. Disseram isso já várias vezes ao longo do mandato, e iam tinham que o repetir. -

----- Agora, era bom que tivessem cuidado com a avaliação desse fazer obra, porque o fazer obra a que estavam a assistir não era, infelizmente, o fazer cidade. Eram duas coisas completamente diferentes! -----

----- A excelente apresentação, laboriosamente preparada, que a Sra. Vereadora Eduarda Napoleão procurara transmitir à Assembleia Municipal, do ponto de vista do PS era tão laboriosa que lhes apresentava, apenas, uma face, e gostariam de conhecer também a outra face do processo. A Sra. Vereadora procurara colocar o enfoque, normal e natural, no número de obras realizadas, no número de processos que têm tido deferimento, no número de realizações de obras coercivas que a Câmara tem feito, isso parecia-lhes inquestionável, sobretudo parecia-lhes inquestionável porque

algumas obras estavam a ser realizadas e, portanto, não negavam a realidade. Não gostavam de enterrar a cabeça na areia, portanto aquilo que era a realidade existia, e existia de facto. -----

----- Agora, para poder avaliar essa realidade, precisavam de saber tudo na sua globalidade. Designadamente precisavam que a Sra. Vereadora – era um favor que a Assembleia pedia com toda a legitimidade, designadamente o PS já fez esse pedido anteriormente à Sra. Vereadora, ao Sr. Presidente e também ao Sr. Vice-Presidente da Câmara – visto que a sua explanação assentara em números, lhes dissesse a outra parte dos números. Por exemplo, nalgumas das intervenções que a Câmara Municipal fez, e que assumidamente foram entendidas por ela como intervenções importantes e fundamentais, mesmo que se tratasse apenas de recuperar obras de fachada, ou seja recuperar as fachadas dos imóveis, não questionavam, apenas diziam que era uma opção que eventualmente não seria a mais viável, não seria a opção de fundo, e, sobretudo, não seria a opção que a cidade necessitava. Mas, enfim, foi a opção política que a maioria entendera fazer, e, por conseguinte, aquilo que pediam agora era que pelo menos fossem dados os números dessa opção. -----

----- Ou seja, quando a Sra. Vereadora comunicava à Assembleia Municipal que a Câmara, no âmbito da reabilitação urbana, veio a fazer intervenção em “x” números de imóveis, aquilo que ficou por dizer, e agora solicitavam que fosse dito, foi o número de imóveis onde a Câmara interveio apenas recuperando as fachadas não intervindo no seu interior. Isto porque estavam a falar de recuperar na íntegra ou recuperar apenas o aspecto visual! O PS, já o disseram, não contestava o interesse da recuperação apenas das fachadas, mas queriam saber o número de edifícios intervencionados nas fachadas e o número de edifícios também intervencionados nos interiores, porque isso permitir-lhes-ia ter uma visão mais global do problema. -----

----- Essa era uma visão crucial, sobretudo porque a Sra. Vereadora sabia, como a Assembleia sabia e a Câmara também sabe, que em muitos edifícios houve intervenção nas fachadas mas as traseiras já não foram recuperadas porque estavam escondidas e já não havia a necessidade de intervir. E, mais do que isso, não só não se foi à intervenção nas traseiras como também não se recuperaram os interiores de alguns desses quarteirões, porque como não era visualmente atraente também não havia necessidade. -----

----- Convinha que pudessem saber isso, designadamente da intervenção da Sra. Vereadora naquela que era a jóia da coroa do Executivo municipal neste mandato para que pudessem ficar a saber um pouco mais daquilo que era realmente a jóia, porque, obviamente, queriam associar-se ao regozijo que a Sra. Vereadora transmitira hoje à Assembleia. -----

----- Era evidente que partilhavam das preocupações que a Sra. Vereadora expressara. Aliás, parecia-lhes haver um grande consenso na Assembleia Municipal que radicava no facto de na última campanha eleitoral todas as forças que se apresentaram a sufrágio terem exactamente como ponto fundamental a reabilitação urbana, porque, como já foi dito e redito, se tinha encerrado o processo da erradicação de barracas. Esse desiderato foi conseguido e havia então uma nova necessidade. -----



----- Dirigindo-se à Sra. Vereadora disse que, infelizmente para a Cidade de Lisboa e para os seus cidadãos, o número hoje apresentado, e sobretudo porque a Sra. Vereadora e a sua equipa gostavam de falar na realização física, nessa realização física em termos de mandato ainda continuavam muito aquém daquilo que a cidade necessitava. -----

----- Certamente a Sra. Vereadora concordaria que pese embora o esforço que foi feito, pese embora o esforço que o PS entendia que o Executivo municipal tem inculcado, sobretudo procurando ser um factor de arrastamento, isso reconheciam, percebia-se que existia da parte da Câmara uma tentativa para funcionar como uma força motivadora para arrastar atrás de si todo um processo que conseguisse fazer cidade, o facto era que até ao presente, e estavam já próximo do final do mandato, lamentavelmente para a cidade uma das coisas que era o objectivo fundamental da maioria, que era trazer de novo as pessoas a viver em Lisboa, era hoje um completo fracasso, e era isso que importava avaliar. Sobre essa matéria, zero, era o fracasso total! -----

----- Aliás, assistiram agora a uma medida correcta, uma medida boa que o PS aplaudia porque tinham sempre a postura de dizer que o que estava bem feito deveria ser aplaudido, deveria ser elogiado, e portanto queria elogiar o facto de a Câmara Municipal tencionar colocar no mercado de arrendamento 38 habitações para jovens com uma faixa etária alargada, o que também não questionavam. No entanto, não percebiam bem como iria funcionar o arrendamento, até porque houve uma explicação aparentemente contraditória quando se referia que a forma de se encontrar a renda não poderia ser quem podia pagar mais porque senão estariam a excluir alguns que não podiam pagar e, portanto, ninguém certamente teria percebido como ia funcionar essa oferta do mercado de arrendamento. Mas aquilo que era essencial, ou seja colocar no mercado de arrendamento estas habitações, o PS estava de acordo e elogiava. Apenas diziam que era pena serem tão poucas e que fosse só agora que estavam em final de mandato. -----

----- A terminar, disse que ficavam na expectativa de que até ao final do mandato, a Sra. Vereadora, através de um novo agendamento que o PSD fizesse, pudesse apresentar ali algo de mais concreto, algo de mais palpável, algo que pudesse realmente ser a jóia da coroa da Câmara Municipal de Lisboa para que os fazer gostar daquilo que foi feito. -----

----- **O Senhor Presidente**, nesta altura do debate, disse que eram 20 horas e havia ainda cinco inscrições, pelo que apelava à capacidade de síntese dos inscritos para ver se terminavam este ponto nesta reunião. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra, disse que não queria deixar de agradecer, felicitar e encorajar a Sra. Vereadora Eduarda Napoleão pelo trabalho que ali apresentou, pelo trabalho que tem feito, que prosseguisse nesse caminho porque esse era o caminho correcto. Era muito agradável a um Deputado Municipal da maioria da Câmara poder ir à tribuna enaltecer e defender uma estratégia, uma política que estava a ser paulatinamente prosseguida. ---

----- Naturalmente o problema da reabilitação urbana em Lisboa não nascera em 2002. Os prédios que estavam agora degradados já estavam degradados pelo menos, e agravou-se essa degradação, desde 1989. Dir-lhe-iam que a estratégia da altura dos governos PS/PCP na Cidade de Lisboa foi a erradicação das barracas, foram precisos mais de 12 anos para erradicar as barracas de Lisboa, e era inacreditável, porque não era sério, que Deputados Municipais ali viessem exigir que em três anos o Executivo municipal reabilitasse todo o parque habitacional. -----

----- Não podiam deixar de falar do passado, era importante que falassem dele, pessoalmente estive três meses com funções de apoio no gabinete de um Vereador na Câmara, e era lamentável que em Janeiro de 2002 não existisse uma listagem de prédios devolutos que eram propriedade da Câmara Municipal de Lisboa. Durante esses três meses vi as dificuldades que os serviços tinham em funcionar entre si, os serviços não se articulavam entre si, não falavam uns com os outros, e portanto ao fim de três anos houve que agilizar a máquina municipal para responder a uma série de questões que estavam em défice na Cidade de Lisboa, uma das quais era a reabilitação urbana. -----

----- Mas não se reabilitava apenas porque a Sra. Vereadora queria, reabilitava-se porque o Executivo criara os mecanismos e conseguira motivar e agilizar a estrutura municipal para cumprir esses objectivos. E aquilo que se fez em doze anos ou nível da máquina municipal não era em três que se apagava naquilo que tinha de mau, e tinha muita coisa de mau porque havia, como todos sabiam, duas Câmaras distintas que se controlavam uma à outra, a do PS e a do PCP. -----

----- Disse, depois, que era natural que os Presidentes de Junta fossem à tribuna suscitar as questões que nas respectivas áreas de jurisdição os afligiam em matéria de reabilitação, mas o melhor exemplo que ali estive quanto à dificuldade nessa matéria era que para qualquer Presidente de Junta de Freguesia o seu caso era o mais importante. Mas a Câmara Municipal não tinha esse poder, tinha que definir prioridades, tinha que articular intervenções, tinha que procurar ser equitativa nas intervenções que fazia ao nível das várias freguesias, e por isso era natural que houvesse situações nas várias freguesias que ainda não estavam resolvidas. -----

----- Agora, houve um passo que foi dado, que continuava a ser dado como ficou ali muito claro. E o que também resultou muito claro foi que os Deputados Municipais da oposição que intervieram traziam um discurso para um determinado formato que entendiam dever ser este debate. E depois, como lhes saiu o tiro pela culatra e atiraram ao lado, não tiveram agilidade para reformular os seus discursos. Procuraram denegrir de uma forma perfeitamente inaceitável, porque não foi de boa fé – e havia ali pessoas que reputava que tinham boa fé – que ali colocaram em causa o trabalho que a equipa da Sra. Vereadora tem feito, como ficou demonstrado, porque mais do que as palavras valiam as imagens e o que a oposição não gostou de ver foi as imagens desse património reabilitado. -----

----- Disse, depois, que na reunião anterior da Assembleia Municipal a obra do regime era o Túnel do Marquês, e a oposição “bateu” no Túnel; hoje, afinal, a obra do regime já era já era a reabilitação urbana, e a oposição “bateu” na reabilitação urbana; depois

era o trazer os jovens para Lisboa, e a oposição “bateu” nos jovens para Lisboa. Isso significava que passo a passo o Executivo municipal estava no bom caminho, porque para as tais obras do regime que afligiam a oposição os passos estavam a ser dados tanto que sentiam necessidade de ir ali “bater” e tapar o sol com a peneira. As questões de Lisboa estavam a ser feitas, o jargão de fazer cidade estava a ser feito pelo Executivo municipal e não pela oposição. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, depois de dizer que esperava que o seu formato se enquadrasse no do orador anterior, leu o seguinte documento: -----

----- “Temos estado aqui a ouvir falar muito de reabilitação urbana mas infelizmente apenas ouvimos falar de reabilitação urbana do núcleo central da Cidade de Lisboa. Mas a cidade não é apenas o seu Centro Histórico e os bairros típicos do centro da cidade. O que me preocupa, e enquanto Presidente de uma das Juntas de Freguesia do limite da cidade é com a falta de um plano de reabilitação urbana para essas zonas da cidade. Com a reestruturação da Câmara levada a cabo pela actual maioria camarária vimos desaparecer a Divisão de Núcleos Dispersos. A Câmara esqueceu-se dos pátios, das vilas, da zona dos Olivais Velho, da zona da Ameixoeira, da zona de Carnide, entre outras. -----

---- As zonas periféricas da cidade foram abandonadas por esta maioria de direita. E espero que isto vá ao encontro do formato que o orador anterior pediu. -----

----- Mas reabilitação urbana não se aplica apenas às zonas históricas. A reabilitação urbana também é urgente e necessária nos bairros sociais. -----

----- E falar de reabilitação urbana não é apenas falar da questão da habitação. Devemos entender a reabilitação urbana como algo mais abrangente. Quando falamos de reabilitação urbana devemos também falar dos espaços exteriores, dos pátios, das quintas, dos poços, das hortas. Tudo isto é reabilitação urbana mas, às vezes, quando falamos dela caímos na tentação de apenas falarmos em prédios e mais prédios e pior ainda apenas em fachadas de prédios. -----

----- Eu sou Presidente de uma Junta de Freguesia que tem uma diversidade social, económica e habitacional muito grande e riquíssima. E no meio de toda esta diversidade temos uma zona antiga, um núcleo central, temos bairros sociais, entre eles o maior bairro social da Península Ibérica (Bº. Padre Cruz), etc. e enquanto que toda a Cidade de Lisboa na década de 90 perdeu mais de 100 mil habitantes, a Freguesia de Carnide foi a que mais cresceu. Crescemos 28%, nalguns casos, infelizmente, à custa de algumas quintas, de poços e de hortas que desapareceram naquela zona de Lisboa. -----

----- Mas vamos por partes! A reabilitação urbana nos bairros sociais, não vimos isso aqui nos *slides*! Em Carnide nada foi concretizado. Posso dar um exemplo: a zona antiga do Bº. Padre Cruz onde residem cerca de 4.000 pessoas. São cerca de 1.000 fogos construídos no início dos anos 60, todos propriedade do Município de Lisboa. Todos com um quintal à porta e onde ainda se vive um verdadeiro ambiente de vizinhança. Felizmente, na zona envolvente a este bairro ainda podemos ver as hortas

comunitárias onde os moradores, na sua maioria idosos ocupam ali o seu tempo. Estas hortas tem uma forte componente social e comunitária. -----

----- Se nada for feito e rapidamente, esse bairro arrisca-se a entrar num processo de degradação irreversível. Muitas das habitações estão a necessitar de intervenções urgentes e profundas; algumas habitações estão emparedadas e conseqüentemente em degradação; o espaço público está por cuidar: não se cuida da iluminação pública, não se cuidam dos espaços verdes e dos passeios. Não existem regras claras quanto a possíveis intervenções e assistimos em alguns casos ao nascimento de construção abarracadas em anexo aos edifícios já existentes. -----

----- O orador anterior dizia há pouco que não havia uma listagem de fogos municipais devolutos, e eu pergunto se a Câmara tem uma listagem dos fogos devolutos apenas daquele bairro. Não tem! Se tiver pedia que enviasse essa listagem. -----

----- E esta reabilitação urbana? O que nos pode a Câmara Municipal de Lisboa dizer sobre a reabilitação de alguns dos Bairros Sociais? Infelizmente, também neste campo foram 4 anos perdidos. -----

----- E o que dizer do Centro Histórico de Carnide? Sra. Vereadora Eduarda Napoleão, convido-a a contradizer as minhas palavras e a apresentar aqui uma, basta uma intervenção executada por esta Câmara Municipal nos últimos 4 anos na zona de Carnide! Infelizmente Srs. Deputados nada foi feito! O Centro Histórico de Carnide e as zonas envolventes foram também elas abandonadas pela Câmara Municipal. -----

----- Apesar de sucessivamente vermos inscrito no Plano Plurianual de Investimentos a recuperação do espaço público do Centro Histórico de Carnide nada foi concretizado e agora este plano, que deveria ter sido executado em 2002, foi arrastado para 2006/2007! Se olharmos para a execução financeira do Plano Plurianual de Investimentos, que iremos discutir aqui em breve, a taxa de execução do projecto de reconstrução e remodelações de vias de Carnide Velho podemos ver que a mesma foi de 0 %. É verdade Srs. Deputados ... vergonhosamente 0 %! -----

----- Mas infelizmente não ficamos por aqui! Desde 2001 que se encontra na gaveta o Plano de Urbanização Carnide/Luz. Faltou a coragem política desta maioria para colocar à discussão e fazer aprovar este instrumento fundamental para o desenvolvimento de Carnide! É urgente que a Câmara faça aprovar este documento! É preciso rapidamente clarificar expectativas. A aprovação deste documento seria uma forte ajuda para que começasse a reabilitação urbana em Carnide, e é disso que Carnide está à espera, porque a partir do momento em que o plano esteja aprovado eu tenho a certeza que grande parte da recuperação vai ser feita, estou ciente disto, pela parte dos privados, tendo o acompanhamento da autarquia. -----

----- Já solicitei várias vezes, por escrito, à Sra. Vereadora Eduarda Napoleão uma reunião de trabalho para abordarmos este assunto. Infelizmente nem sim, nem não! Também já expôs o problema várias vezes nesta Assembleia mas mais uma vez sem obter qualquer resposta concreta e objectiva. Será que é desta Sra. Vereadora? Será que passados três anos e meio deste a sua tomada de posse que aceita dialogar sobre este assunto fundamental para a 6º maior freguesia de Lisboa? A esperança é a última a morrer e eu continuo com esperança! -----

----- E entretanto o Centro Histórico de Carnide continua num já longo processo de degradação! -----

----- Até as pequenas intervenções em habitações particulares que eram realizadas pela Junta de Freguesia ao abrigo do anterior protocolo de descentralização de competências deixaram de se realizar. Em 4 anos, no anterior mandato graças a essa parceria entre a Junta de Freguesia de Carnide e a Câmara Municipal de Lisboa foram intervencionadas dezenas de habitações, conseguimos melhorar a qualidade de vida de várias pessoas, nomeadamente idosos. Conseguimos construir pequenas casas de banho em algumas dessas habitações. Eram pequenas mas significativas intervenções para os moradores daquelas habitações. -----

----- Mas também neste campo a Câmara Municipal deixou cair este trabalho! Primeiro não, depois talvez, depois sim vamos avançar, depois no meio de uma negociata para aprovação do Plano de Actividades e Orçamento do ano anterior o assunto volta a ser notícia e são aprovadas verbas mas o que é certo é que mais uma vez tudo ficou no mundo das promessas e do papel! -----

---- Senhoras e Senhores Deputados afinal a reabilitação urbana não está assim tão bem de saúde! Afinal a reabilitação urbana foi uma bandeira desta maioria camarária, mas uma bandeira que teimosamente continua a abaixo da meia haste!” -----

----- **O Deputado Municipal Cal Gonçalves (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia dos Anjos, no uso da palavra, disse que ouviu com atenção o debate gerado em torno da reabilitação urbana, e confessava que era com alguma tristeza que via o estado a que chegou este mesmo debate. Ou seja, o PSD, como muito bem foi referido, trouxe esta questão à Assembleia Municipal porque a considerava relevante e importante para a cidade, e tendo consciência que o trabalho que se estava a fazer era um bom trabalho, não quis, ainda assim, ficar com os louros para si e pôs esta questão em debate no fórum da cidade, a Assembleia Municipal, esperando, obviamente, que os grupos político/partidários nela representados mostrassem da sua capacidade, da sua vontade, do seu querer, pela recuperação da cidade. -----

----- Mas, em vez disso, já de algum modo não os surpreendia olhando para os 12 anos que lhes deixaram, verificaram uma situação bem diferente: propostas ou contrapropostas em relação ao trabalho que estava a ser feito, zero! Críticas balofas sem fundamento e sem substracto, muitas! -----

----- O que gostaria de ter ouvido no debate, e não ouviu – e esta era talvez a vantagem de ser um dos últimos a intervir – era que concomitantemente com a afirmação que foi sendo feita pela oposição de que a recuperação era das fachadas, essa mesma oposição dissesse que no passado fez aquela recuperação da fachada do Rossio, fez uma proposta para a recuperação da fachada da Praça da Figueira mas não a conseguiu concretizar, enfim tinha andado mal mas agora tinha propostas sólidas, concretas, diferentes. -----

----- Mas não! Em vez disso, viu muitos Deputados Municipais, nomeadamente do PCP, e quando referia do PCP não era por desconsideração mas pelo reconhecimento que era uma bancada que trabalhava, mas que nesta matéria se esquecera de fazer o essencial, isto é, o trabalho de casa. E o trabalho de casa deveria ter sido feito, não

com o trazer fotografias, como fez um Deputado Municipal do PCP, de situações já existentes na sua freguesia quando esta Câmara iniciara o mandato, mas sim com a indicação de problemas concretos apontando à Sra. Vereadora a maneira como sugeriam que fossem resolvidos. Ou seja, apresentando os problemas e propostas concretas para os resolver. Era para isso que estavam ali e não só para o bota-abaixo. --

----- Disse, depois, que decidira fazer uma intervenção contravapor em relação àquilo que fizeram os seus colegas Presidentes de Junta de Freguesia, e neste contravapor convidava também os Deputados Municipais do PCP, que em determinada altura andavam visitando com regularidade o Largo do Intendente e a zona dos Anjos, mas que ultimamente não os tem visto por lá, pois tinha muito prazer em acompanhá-los quando lá quisessem ir para ver a obra que estava a ser feita pela Câmara Municipal de Lisboa, coordenada pela Sra. Vereadora Eduarda Napoleão. -----

----- E a propósito da zona dos Anjos, não sabia se PS ou o PCP na altura da campanha eleitoral colocaram grandes *outdoors* na Av. Almirantes Reis denunciando a situação de insegurança, esses *outdoors* foram recentemente retirados mas esqueceram-se de requalificar os passeios que danificaram com a sua colocação, pelo que convidava a essa requalificação ou pelo menos, se tal não fosse possível, que quando fossem retirar as coisas comunicassem à Junta de Freguesia que ela mandaria tapar esses buracos dos passeios. -----

----- Em relação ao Largo do Intendente e no que dizia respeito à recuperação urbana, disse que têm visto a intervenção da Câmara, não só directamente em obra. Sabiam, porque já lhes foi dito pela Sra. Vereadora, da mega-empregada e das dificuldades que houve em torno dela, das intervenções que estavam a ser feitas. Mas, mais importante que isso, era que pela primeira vez, há mais de 15 ou 20 anos mesmo, a população e os proprietários começavam a acreditar que era possível a recuperação daquela zona. -----

----- De facto, se fossem à Av. Almirante Reis, no troço que vai do Restaurante Ramiro para cima, veriam que aquela ilha ali ao lado estava neste momento já significativamente recuperada, e concomitantemente com essa recuperação estavam ali, como se disse há pouco, quase 30 edifícios em obra. Era significativo! -----

----- E era significativo principalmente se se lembrassem que a recuperação do Largo do Intendente constara do caderno eleitoral da maioria que antecederia a actual, em três campanhas sucessivas, sem sequer ter conseguido, como era também seu objectivo, de lá retirar as camionetas. -----

----- Efectivamente, aquilo que lá encontraram foi uma situação bem diferente, uma área degradada, onde se encontrava inclusivamente um edifício que teve a derrocada no primeiro mandato da coligação de esquerda, e em relação ao qual, pasme-se, em 2002 não se sabia do processo. Ou seja, havia um edifício, ao pé da Travessa da Bica, que tinha entrado em derrocada há alguns anos e não se sabia onde parava o processo dessa derrocada! -----

----- Mas hoje a realidade nos Anjos era bem diferente! Diriam que não estava concluída. Claro que não! Diriam que ainda faltava muito. Com certeza! Mas o que é que era expectável fazer-se mais em três anos? No seu entender não era possível

fazer-se mais, sobretudo se tivessem até em conta tudo aquilo que não foi feito durante doze anos. -----

----- Em nome da população da Freguesia dos Anjos, disse que desejava agradecer à Sra. Vereadora a intervenção, o apoio e a recuperação que tem sido dada aquela zona da cidade. Que continuasse por aí pois era por aí o caminho a que se comprometeram. -

----- Disse, ainda, que em relação a este debate desejava deixar a seguinte linha de importância: este era o fórum democrático da cidade, era o fórum de discussão, era o fórum de participação, mas hoje a participação dos Deputados Municipais, nomeadamente da maioria de esquerda, ficara muito aquém daquilo que era a expectativa da Cidade de Lisboa, daquilo que a maioria de esquerda também pensava que o povo de Lisboa também pensasse que era a expectativa para a cidade e para o mandato que se aproximava. Isto porque de propostas concretas nesta matéria, nada, zero. Ou seja, uma oportunidade perdida! -----

----- Apenas o BE percebeu, não na plenitude, qual era o objectivo desta discussão. Ou seja, o objectivo do PSD não era tanto ir para ali com propostas feitas dizer que eram os donos da sabedoria, da verdade e tinham ali a bíblia sobre a recuperação da cidade. Não, não era isso, o que pretenderam foi outro aspecto. Foi dizer que estavam a fazer obra, que estavam a fazer trabalho, sabiam o que queriam e para onde iam, mas nem por isso esqueciam que a cidade tinha outras formas de olhar, outras formas de pensar, e por isso escancaravam as portas e as janelas dizendo que viessem todos e dissessem que eram as suas propostas e ideias para a cidade. E aí só o BE, em parte, efectivamente correspondeu. -----

----- Nesse particular agradecia a participação do BE, que não foi entendida pelos restantes e era pena porque a cidade perdera um debate significativo para conhecer as propostas da oposição. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que já abriu a janela e apresentou propostas concretas. O orador anterior entenderia que tendo a Sra. Vereadora um plano de urbanização pronto para uma zona da cidade mas que estava na gaveta, e desde 2002 ele andar permanentemente a pedir à Sra. Vereadora para abrirem o debate e dialogar, isso não seria uma proposta concreta para a cidade? -----

----- Se calhar estava distraído! -----

----- **O Deputado Municipal João Almeida (BE)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que o BE registou o cumprimento que o Deputado Municipal Cal Gonçalves fez, mas de facto continuavam sem perceber como era que uma bancada que propôs o agendamento de um ponto na Ordem de Trabalhos, reclamando propostas da Assembleia ela própria não tivesse apresentado uma única proposta. -----

----- **O Deputado Municipal Cal Gonçalves (PSD)**, em resposta aos pedidos de esclarecimento, começou por dizer que mal seria que nesta altura do mandato viessem à Assembleia ainda com propostas. Não vinham à Assembleia com propostas mas sim com uma acção concreta que era o que estava a ser feito no terreno. O que não deixavam era de abrir a matéria ao debate da Assembleia dizendo o que estava a ser

feito, o que estava a ser alcançado, aquilo que encontraram, aquilo que se propuseram fazer e o caminho que traçaram e se propuseram cumprir. Mas isso não queria dizer que não houvesse outras formas de sentir e de pensar a cidade, e por isso quiseram auscultá-las. -----

----- Aludindo ao pedido de esclarecimento do Deputado Municipal Paulo Quaresma, disse que era óbvio que não lhe competia a si responder, mas a Sra. Vereadora, quando fizesse a sua intervenção, certamente lhe responderia para esclarecer a questão.-----

----- Portanto, da parte do PSD, o objectivo era debater aquilo que estavam a fazer, não era esconderem-se atrás das realizações do Executivo, era trazê-las ao confronto de opiniões na Assembleia, que era o fórum próprio da cidade, e por via dela dá-las a conhecer à cidade e estarem, de peito aberto e frontalmente, prontos para a discussão, para a análise e para o confronto de ideias, mas, fundamentalmente, aceitando receber ideias, sugestões, propostas, e nessa matéria ficaram a saber que a maioria de esquerda, por aquilo que viram, em termos de propostas, zero. -----

----- **O Senhor Presidente**, seguidamente, procedeu à verificação do *quorum* e tendo constatado que apenas estavam presentes 50 Deputados Municipais, deu por encerrada a reunião informando que a Sessão prosseguiria no próximo dia 3 de Maio com este mesmo ponto, primeiro interviriam os Deputados Municipais já inscritos, depois daria a palavra à Câmara passando-se a seguir à votação dos documentos. -----

----- Eram 20 horas e 30 minutos. -----

----- E eu, \_\_\_\_\_, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com a Segunda Secretária, \_\_\_\_\_ . --

----- O PRESIDENTE -----